

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM

Adolescente

Caderno do Orientador Social – Ciclo I
Percurso Socioeducativo II

Consolidação do Coletivo

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Vice-Presidente da República

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

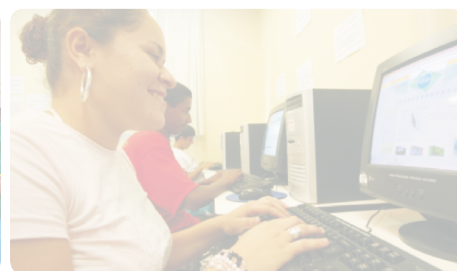
Arlete Avelar Sampaio

Secretária Executiva

Rosilene Cristina Rocha

Secretária Executiva-Adjunta

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM Adolescente

**CADERNO DO ORIENTADOR SOCIAL – CICLO I
PERCURSO SOCIOEDUCATIVO II**

“Consolidação do Coletivo”

1ª Edição

**Brasília
2009**

Expediente:

Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Secretária Nacional de Assistência Social: Ana Lígia Gomes

Diretora do Departamento de Gestão do SUAS: Simone Aparecida Albuquerque

Diretora do Departamento de Proteção Social Especial: Valéria Maria Massarani Gonelli

Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais: Maria José de Freitas

Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social: Fernando Antônio Brandão

Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Aidê Cançado Almeida

Coordenadora-Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica: Mariana López Matias

Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica: Alexandre Valle dos Reis

Colaborador: Jeison Pábulo Andrade.

Consultoria:

Claudio Ribeiro Huguet (Saúde);

Elisa Dias Becker Reifschneider (Direitos Humanos e Socioassistenciais);

Fabiano Antônio dos Santos (Esporte e Lazer);

Fábio Deboni da Silva (Meio Ambiente);

Felipe Sobczynski Gonçalves (Esporte e Lazer);

Fernanda Severo (Cultura);

Mercedes Manchado Cywinski (Política Pública para Juventude);

Renata Gerard Bondim (Políticas Públicas de Qualificação Social e Profissional para o Trabalho Juvenil) e

Renata Junqueira Ayres Villas Boas (Projeto e Prática Comunitária).

Tiragem: 30.000 exemplares

Projeto Gráfico: Grafix Dourado & Souza Ltda CNPJ: 02.341.721/0001-90

Impressão: Gráfica Brasil

Coordenação da Publicação: Departamento de Proteção Social Básica

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, sala 641

CEP: 70.054-900 –Brasília – DF

Telefone 0800 707 2003

<http://www.mds.gov.br>

Caderno do Orientador Social : Cido I : Curso Socioeducativo II : “Consolidação do Coletivo” / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 104 p. (Projovem Adolescente : Serviço Socioeducativo)

ISBN 978-85-60700-20-2

ISBN 978-85-60700-24-0

1. Juventude. 2. Assistência Social. 3. Políticas Públicas. 4. Serviço socioeducativo. 5. Participação cidadã. 6. Formação Técnica Geral para o trabalho. 7. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. I. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. II. Título

Apresentação

O tema da juventude ocupa um lugar de destaque na Agenda Social do Governo Federal, cujos objetivos gerais são a redução da pobreza e da desigualdade, a erradicação da fome e a promoção da autonomia e da inclusão social das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

Com igual ênfase política e de maneira complementar ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, a Agenda Social enuncia prioridades e organiza as ações que vêm demonstrando, na prática, ser possível promover o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

No processo de construção da Agenda Social, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE, da Educação – MEC, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ constituíram um Grupo de Trabalho com a tarefa de discutir a integração de programas governamentais voltados aos jovens – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. O objetivo foi elaborar uma estratégia que articulasse intersetorialmente as políticas públicas e os respectivos programas, conferindo-lhes escala, otimizando ações e potencializando resultados.

Como resultado dessa iniciativa, optou-se pela reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, criado em 2005, ampliando sua faixa etária para o público de 15 a 29 anos e criando quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra. O novo Projovem foi lançado em setembro de 2007 pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.629, de 10 de junho de 2008.

A intersetorialidade na concepção e implantação do Projovem vai além da sua gestão compartilhada e busca alcançar a efetiva integração de programas e ações promovidos por cada um dos ministérios parceiros. Sua lógica visa assegurar um atendimento integral e contínuo aos jovens dos 15 aos 29 anos de idade, oferecendo-lhes a possibilidade de participação nas diversas modalidades do Programa.

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude.

Um importante avanço na concepção da política de proteção e promoção social para os jovens e suas famílias é o aprofundamento da integração entre as transferências de renda e os serviços socioassistenciais. A alteração dos critérios de concessão dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família, estendidos às famílias com jovens de 16 e 17 anos que frequentam a escola, foi articulada à modalidade Projovem Adolescente, como parte de uma acertada estratégia de promover a integração das políticas sociais voltadas à juventude, público mais exposto à violência e ao desemprego.

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo configura-se, assim, como mais um passo importante na consolidação da rede de proteção e promoção social que estamos construindo de forma republicana e pactuada no Brasil. Ele é mais um componente do processo de construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado com a atuação solidária do Governo Federal, de Estados, de Municípios e do Distrito Federal.

Desde a criação do MDS, em janeiro de 2004, temos trabalhado vigorosamente pelo fortalecimento e institucionalização das políticas de proteção e promoção social, promovendo a estruturação de uma rede articulada de políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Renda de Cidadania. Estamos ainda ampliando e integrando as ações de geração de oportunidades para a inclusão produtiva voltada às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Nosso compromisso é consolidar essas políticas no campo das políticas públicas de garantia de direitos de cidadania, regulamentadas com padrões de qualidade, critérios republicanos de alocação de recursos, transparência e controle social.

No Projovem Adolescente, esse compromisso está expresso neste conjunto de publicações. Aqui são apresentados os fundamentos, a concepção, os referenciais e princípios metodológicos estruturantes e norteadores das ações integrantes do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Mais do que superar a fome e a miséria – estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana – é necessário garantir a todos as oportunidades para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas de bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do País. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira.

Patrus Ananias de Sousa

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Projovem Adolescente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo integra a Política Nacional de Assistência Social, política pública de proteção social de caráter universalizante, que se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A política de assistência social, desenvolvida no âmbito da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, organiza-se em proteção social básica (que visa a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições em várias dimensões e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) e em proteção social especial (que visa a proteção a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus-tratos, exploração sexual, envolvimento com atos infracionais, trabalho infantil, entre outras). A intervenção de cada forma de proteção, ou de ambas, depende das necessidades dos contextos de prevenção ou da ocorrência de riscos e da complexidade dos danos sociais e do comprometimento do direito à vida e à sobrevivência que envolva indivíduos, famílias ou grupos sociais.

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a concepção de proteção social amplia o campo da assistência social pelo significado preventivo incluído na ideia de proteção. “Estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão / precarização / privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição.” (SPOSATI, 2007, p. 17).

A PNAS, nessa perspectiva, organiza sua rede socioassistencial não mais em função de públicos, mas de seguranças que respondam às necessidades e assegurem direito, dentre os quais:

(a) **segurança de renda**, cujo objetivo é garantir que todo cidadão brasileiro, independentemente de ter vínculos ou não com trabalho, tenha acesso à provisão material necessária para suprimento de suas necessidades básicas, por meio do acesso aos benefícios socioassistenciais e a outras formas de transferência de renda. A segurança de renda também se materializa por meio da realização de projetos de enfrentamento à pobreza;

(b) **segurança de acolhida**, que visa garantir o direito das pessoas ao atendimento, por profissional qualificado, para obter informações sobre direitos e como acessá-los. Em casos de abandono, fragilização ou perda de vínculos familiares ou em situações que impeçam a convivência e a permanência na família, os serviços de acolhida operam na atenção às necessidades humanas de abrigo, reforço (ou construção) de vínculos familiares, proteção à vida, alimentação e vestuário;

(c) **segurança do convívio**, que tem por foco a garantia do direito constitucional à convivência familiar e à proteção à família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes, por meio de ações centradas no fortalecimento da autoestima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade. Alguns autores¹ se referem às relações de convivência como uma rede de apoios de sociabilidades, capaz de oferecer um ambiente educativo e emocionalmente seguro às pessoas em sua convivência social.

O Projovem Adolescente articula um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condi-

ções de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais – retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto ou egressos de medida de internação – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

De forma preventiva e potencializadora do papel de referência e contrarreferência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o Projovem Adolescente visa contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens, para que possam gerir seu processo de segurança social.

O Projovem Adolescente, como serviço socioeducativo, apoia-se em dois importantes pilares do SUAS:

1) **matricialidade sociofamiliar**: que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída) em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, bem como assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens e garantam o exercício pleno de suas funções sociais;

2) **territorialização**: o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias, no território de abrangência do CRAS. Define-se aí um universo cultural e histórico e um conjunto de relações e interrelações a serem considerados, bem como situações a serem objeto da ação articulada das diversas políticas públicas.

Outro fato a destacar é a **intersetorialidade** dos serviços socioassistenciais que diz respeito à:

a) oferta tanto do Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Trabalho, Esporte e Lazer, Cultura, Direitos Humanos e Segurança Alimentar);

b) socialização e democratização do acesso a esses serviços e benefícios; e

c) articulação e funcionamento intersetorial dos serviços, como condições para sua universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania das pessoas.

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais, aliado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida, exigem ações que vão além da transferência de renda e bens materiais. Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.

As ações de proteção social que viabilizam um conjunto de bens sociais, serviços e benefícios não-materiais situam-se no arco dos serviços socioeducativos que se constituem no caráter principal do Projovem Adolescente e estarão refletidas no Traçado Metodológico.

O Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente integra-se a outras estratégias de ação voltadas para as famílias, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e aos programas e serviços de proteção social especial executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, voltados aos jovens, às famílias e

à comunidade. Essa integração se dá de forma complementar e não substitutiva, de modo a proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e de desigualdades sociais, as quais afligem milhares de famílias nas diversas regiões do Brasil.

Decerto os problemas sociais estão arraigados profundamente na vida dos homens e mulheres desse país. São problemas complexos e de difícil solução. Atuar em escala e preventivamente junto à juventude, abrindo-lhe oportunidades de desenvolvimento humano, inserção social e participação cidadã, como propõe o Projovem Adolescente, é um passo importante que se dá rumo à sociedade que almejamos construir.

Secretaria Nacional de Assistência Social

Sumário

1. Objetivos, estrutura e funcionamento do projoovem adolescente – Serviço Socioeducativo	16
2. Concepção e metodologia das ações socioeducativas	18
3. O Percurso Socioeducativo II “Consolidação do Coletivo”	21
3.1. Objetivos.....	21
3.2. Temas integradores: juventude e saúde – juventude e meio ambiente.....	22
4. Conteúdos, atividades e dinâmicas do Percurso Socioeducativo II: temas transversais.....	23
4.1. Juventude e meio ambiente.....	25
4.2. Juventude e saúde	37
4.3. Juventude e direitos humanos e socioassistenciais	59
4.4. Juventude e cultura	62
4.5. Juventude e esporte e lazer	71
4.5.1. Dinâmicas integrando Cultura, Esporte e Lazer	77
4.6. Juventude e trabalho	81
5. Bibliografia.....	95
6. Anexo.....	98

Introdução

Este Caderno do Orientador Social – Ciclo I – **Percurso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”** é parte integrante do conjunto das publicações elaboradas pelo MDS com o intuito de proporcionar, às equipes profissionais e aos gestores responsáveis pelo Projovem Adolescente em todo o País, as bases conceituais e os subsídios teóricos e práticos necessários à estruturação e desenvolvimento de um serviço socioeducativo de qualidade, voltado aos jovens de 15 a 17 anos, no âmbito da proteção social básica do SUAS. Integram este material de orientação os seguintes volumes:

1. Adolescências, Juventudes e Socioeducativo: Concepções e Fundamentos;
2. Traçado Metodológico;
3. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo I – “Criação do Coletivo”;
4. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”;**
5. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo III – “Coletivo Pesquisador”;
6. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”;
7. Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” – Participação Cidadã;
8. Caderno do Facilitador da FTG – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Formação Técnica Geral”;

O caderno “Adolescências, Juventudes e Socioeducativo: Concepções e Fundamentos” apresenta as noções de juventudes e adolescências nas quais se baseia o Projovem Adolescente, além de um breve histórico sobre as políticas públicas voltadas para assegurar os direitos sociais desses segmentos e, por fim, desenvolve a noção de “socioeducativo”, visto como direito à assistência social que potencializa a convivência familiar e comunitária.

Tais fundamentos fornecem as bases conceituais para a estruturação do “Traçado Metodológico – Ciclo I e Ciclo II” que apresenta diretrizes metodológicas, princípios e uma proposta de estruturação e desenvolvimento de ações socioeducativas com os jovens em cada território referenciado pelo CRAS, considerando:

- eixos estruturantes e temas transversais para o trabalho socioeducativo;
- dimensões metodológicas e princípios orientadores;
- planejamento, avaliação e sistematização das ações socioeducativas;
- papel do Orientador Social e do Facilitador de Oficinas;
- instrumentos de acompanhamento e registro;

- conquistas e aquisições esperadas como resultado das ações socioeducativas;
- síntese do Ciclo I;
- síntese do Ciclo II.

A partir do Traçado Metodológico, foram elaborados os volumes dos Cadernos do Orientador Social relativos aos quatro Percursos Socioeducativos que integram o Ciclo I e ao Percurso Socioeducativo V, que constitui o Ciclo II do Projovem Adolescente. Esses cadernos apresentam objetivos e programação detalhada das ações socioeducativas com conteúdos e atividades teóricas e práticas que envolvem seis temas transversais:

- Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais;
- Juventude e Cultura;
- Juventude e Esporte e Lazer;
- Juventude e Meio Ambiente;
- Juventude e Saúde;
- Juventude e Trabalho.

Os temas transversais são as grandes linhas de conteúdo do Projovem Adolescente. Tal como trabalhados nos percursos socioeducativos, por meio de tópicos cuidadosamente selecionados por sua relação com a juventude e relevância para o processo de formação do jovem, oferecem um importante arcabouço referencial para as equipes que irão desenvolver o Projovem Adolescente, que podem e devem criar a partir deste material, adequando as sugestões de conteúdos e ações às suas realidades locais e regionais. Desta forma, espera-se que os profissionais aportem contribuições próprias que enriqueçam o trabalho com os jovens, preservando e valorizando a essência da proposta socioeducativa aqui apresentada.

É importante ressaltar que todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais do que um esforço disciplinar e temático, o grande desafio desta equipe interministerial, juntamente com a equipe de consultores constituída pelo MDS para a elaboração deste material – e que se expressa no texto de cada um dos volumes – foi o esforço de explorar as inter-relações entre os diversos temas, num enfoque intencionalmente interdisciplinar. Além disso, o trabalho articulado teve sempre o intuito da integração das políticas públicas conduzidas por estes Ministérios e Secretarias, na perspectiva de contribuir ao desenvolvimento integral e pleno dos jovens do nosso país.

A fim de tornar possível a articulação dos temas e a convergência das ações socioeducativas, o trabalho foi realizado sob o prisma ordenador de três eixos estruturantes, descritos mais adiante, na seção que trata da estrutura do Projovem Adolescente. Enquanto nos percursos I a IV do Ciclo I o eixo da “Convivência Social” fornece a liga para os temas transversais, no Ciclo II do serviço socioeducativo, uma vez consolidados os resultados relativos à convivência

social, a ênfase se desloca para os eixos da “Participação Cidadã” e do “Mundo do Trabalho”. Por esta razão, o Percorso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” é apresentado em dois volumes, cada um deles dedicado a um destes eixos estruturantes. Mais uma vez, o desafio foi evitar obras estanques e produzir dois textos articulados entre si. Assim, buscou-se oferecer os nexos entre os dois eixos estruturantes e, de fato, os produtos coletivos integradores de cada um dos módulos da Formação Técnica Geral (FTG) para o Mundo do Trabalho são instrumentais passíveis de apropriação pelos coletivos, no encadeamento das ações de participação cidadã.

Acrescente-se que o volume I do Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percorso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” aprofunda algumas questões sobre os temas transversais trabalhados no decorrer do Ciclo I, bem como apresenta algumas experiências exitosas desenvolvidas com ou por jovens, em várias partes do Brasil, cujo conhecimento e estudo podem contribuir para a definição de rumos das ações socioeducativas, quanto à formação dos jovens para o mundo do trabalho e para sua participação cidadã, enfrentando os desafios da realidade à sua volta. Dentre as intenções para a inclusão desses relatos de experiências reais e concretas, há uma mensagem implícita dirigida às equipes que executam o Projovem Adolescente em todo o Brasil: não se trata de utopia, é possível!

Por fim, oferece-se em todas as publicações² uma bibliografia com referências dos textos utilizados e de outros títulos que podem ser úteis ao aprofundamento de conhecimentos, análises e informações.

A leitura atenta desses materiais, pelos gestores estaduais e municipais de assistência social, pelos técnicos e coordenadores dos CRAS e pelos profissionais que atuarão diretamente com os jovens – Orientador Social, Facilitadores de Oficinas de Convívio por meio do Esporte e Lazer e da Arte e Cultura e Facilitador da Formação Técnica Geral para o Mundo do Trabalho – é de fundamental importância, no sentido de conferir unidade conceitual e metodológica ao Serviço Socioeducativo ofertado em todo o País, com vistas a que os objetivos do Projovem Adolescente sejam alcançados em todos os municípios e no Distrito Federal.

1. OBJETIVOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROJOVEM ADOLESCENTE – SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO

O Projovem Adolescente é um serviço socioeducativo de Proteção Social Básica, inserido na Política de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vinculado ao Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. Sua principal diretriz é complementar a proteção social à família, a partir do apoio direto aos jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de Proteção Social Especial, ou sob medidas de proteção ou socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto em cumprimento de medida de internação.

O Projovem Adolescente oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica e proativa no seu meio social e no mundo do trabalho. Orienta-se para o incentivo ao retorno e à permanência do jovem na escola, o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, a ampliação do acesso às políticas públicas, o fortalecimento de sua autonomia e o estímulo ao seu protagonismo social.

O serviço está organizado em dois ciclos – Ciclo I e Ciclo II –, que desenvolvem ações socioeducativas com Coletivos de Jovens (grupos de 25 jovens), sob a responsabilidade de um Orientador Social e de um ou mais Facilitador(es) de Oficinas, com o acompanhamento e a supervisão de profissional de nível superior do CRAS.

a) O Ciclo I tem por objetivo tornar o Coletivo de Jovens um espaço de referência formativa e de convívio afetivo, lúdico e solidário para os jovens, que gera oportunidades para o desenvolvimento de criatividade e instiga novos interesses. As ações socioeducativas devem:

- propiciar novos conhecimentos sobre cultura, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho;
- valorizar a ação e a reflexão sobre valores éticos, estéticos e a cidadania;
- promover vivências coletivas, no território e na cidade, capazes de sensibilizar e mobilizar o interesse comum dos jovens para o desenvolvimento de ações de interesse social no Ciclo II.

O Ciclo I está organizado em quatro Percursos Socioeducativos que traçam o caminho a ser percorrido pelos Coletivos no primeiro ano do Projovem Adolescente, ordenando as ações socioeducativas e orientando o trabalho dos profissionais que atuarão junto aos jovens:

- Percurso Socioeducativo I: “Criação do Coletivo”
- **Percurso Socioeducativo II: “Consolidação do Coletivo”**
- Percurso Socioeducativo III: “Coletivo Pesquisador”
- Percurso Socioeducativo IV: “Coletivo Questionador”

A duração do Ciclo I e a de cada um dos quatro Percursos Socioeducativos que o compõem deve ajustar-se ao ritmo e às características específicas de cada Coletivo, em sintonia com a dinâmica do contexto local em que se insere. O Ciclo I efetivamente termina quando o Coletivo de jovens, com base nas ações socioeducativas realizadas até o final do Percorso Socioeducativo IV, for capaz de caracterizar motivações e interesses comuns, formular e concluir por desafios presentes na realidade social que vão pautar a atuação social dos jovens no território desde o início do Ciclo II.

A respeito da organização dos tempos, para fins de ordenamento do trabalho da equipe de profissionais responsável pelo Projovem Adolescente, estima-se a duração aproximada de um ano para a conclusão do Ciclo I, com cerca de três meses para o desenvolvimento de cada um dos quatro Percursos Socioeducativos previstos. O ritmo de desenvolvimento dos percursos socioeducativos deve ser constantemente avaliado, com flexibilidade, considerando-se que o Coletivo pode necessitar de um período maior ou menor de estudos e vivências, internas e externas, para alcançar o amadurecimento requerido ao final do Ciclo I, para o início do Ciclo II. É importante, no entanto, observar rigorosamente, durante os dois ciclos do Projovem Adolescente, a carga horária semanal de 12h30m, de forma a assegurar a continuidade e sistemática de participação dos jovens no serviço.

b) O Ciclo II tem por objetivo consolidar o Coletivo de Jovens como espaço de referência formativa que aprofunda a orientação e a formação para o mundo do trabalho e para a participação cidadã. Promove a apropriação de tecnologias de comunicação e instrumental de planejamento participativo, convergindo para o desenvolvimento pelos jovens de projetos coletivos de interesse social que representem experiências práticas de exercício da cidadania. O Ciclo II está organizado em apenas um percurso socioeducativo e propõe um conjunto de ações voltadas à articulação de conhecimentos, recursos materiais e humanos que proporcionem a consolidação das aquisições promovidas pelo Projovem Adolescente no primeiro ano de trabalho conjunto e a ampliação da capacidade de realização pelos jovens de suas potencialidades: **Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador.**

Dessa forma, as ações socioeducativas do Ciclo II do Projovem Adolescente desenvolvem-se num novo patamar, prevendo-se o planejamento e a implementação de ações sociais no território, protagonizadas pelos jovens, a partir da elaboração de um Plano de Atuação Social (PLA) e da execução de projetos coletivos de interesse social que o concretizam. Por outro lado, investe-se, agora de forma concentrada, na Formação Técnica Geral (FTG) dos jovens, visando à inserção futura no mundo do trabalho, o que abrange o exercício de diversas capacidades transversais, concomitantemente ao desenvolvimento de habilidades de comunicação oral e escrita – enfatizando a inclusão digital – e ao desenvolvimento individual de um Projeto de Orientação Profissional (POP).

2. CONCEPÇÃO E METODOLOGIA DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

A concepção e as diretrizes metodológicas das ações socioeducativas do Projovem Adolescente foram construídas a partir dos três eixos estruturantes que visam ao desenvolvimento integral dos jovens nas diversas dimensões de sua vida como indivíduo, como cidadão e como futuro profissional, e buscam orientar suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade. Os **eixos estruturantes** aos quais nos referimos são:

EIXOS ESTRUTURANTES



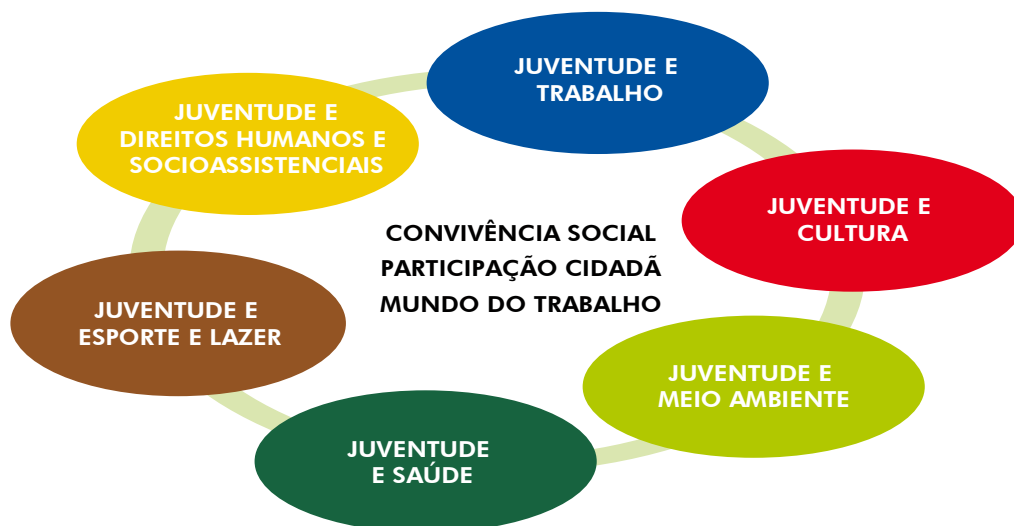
A Convivência Social – valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, das formas particulares de socialidade e sociabilidade dos jovens e da criação de vínculos e interação com os seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade;

A Participação Cidadã – sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público;

O Mundo do Trabalho – introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e capacidades transversais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica; inclusão digital e nas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e à transformação da realidade.

Esses três eixos estruturantes articulam e integram seis **temas transversais**, seus conteúdos e atividades teóricas e práticas, com base nos quais são desenvolvidas as **ações socioeducativas**.

TEMAS TRANSVERSAIS



É a articulação entre os **eixos estruturantes** e os **temas transversais** que propicia aos jovens a construção de uma visão integrada dos conhecimentos de cultura, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho. Em cada Percurso Socioeducativo, os temas transversais desenvolvem conteúdos teóricos e atividades práticas, orientando e apoiando a realização das ações socioeducativas a serem propostas pelo Orientador Social em seu trabalho com os jovens.

Os temas transversais, articulados entre si e integrados pelos eixos estruturantes, seguiram as diretrizes concebidas no Traçado Metodológico, fundamentadas em **dimensões metodológicas e princípios orientadores**, visando tanto ao desenvolvimento das ações socioeducativas, quanto ao trabalho a ser realizado com os jovens pelo Orientador Social e demais profissionais.

DIMENSÕES METODOLÓGICAS



Partir dessas dimensões metodológicas³ para o desenvolvimento das ações socioeducativas e para o relacionamento com os jovens significa:

- valorizar o aprendizado mútuo, a troca de ideias e de experiências e estimular o desenvolvimento de postura crítica a partir da reflexão sobre o cotidiano e suas vivências (dimensões dialógica e reflexiva);
- ampliar a capacidade de analisar, comparar, refletir e de acessar informações e conhecimentos, bem como de reproduzir e criar novos saberes (dimensão cognitiva);
- investir no desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, na construção de interesses comuns e na criação de vínculos afetivos (dimensão afetiva);
- exercitar a tolerância, a cooperação, a solidariedade, o respeito às diferenças e a cidadania (dimensão ética);
- desenvolver sensibilidades para a percepção do outro em suas diferenças e na diversidade de suas expressões artísticas, culturais, étnicas, religiosas, de condições físicas e de orientação sexual (dimensão estética); e
- valorizar o jogo, a brincadeira e a alegria no jeito de ser jovem, para seu desenvolvimento integral e sua emancipação (dimensão lúdica).

Para assegurar essas dimensões metodológicas na implementação das ações socioeducativas e para que, de fato, contribuam para o desenvolvimento dos jovens, o seguinte conjunto de princípios deve orientar o relacionamento dos profissionais do Serviço Socioeducativo com os mesmos:

- a criação de espaços socioeducativos pautados pela liberdade de expressão e por práticas democráticas;
- a corresponsabilidade e a participação dos jovens no planejamento, na execução, na avaliação e sistematização das ações socioeducativas;
- a valorização do saber e da vivência dos jovens como o ponto de partida das ações socioeducativas;
- a construção coletiva de conhecimentos, tornando os jovens sujeitos ativos de sua formação;
- a articulação entre os projetos pessoais e coletivos, entre o privado e o público, o local e o global, o particular e o geral como condições de ampliar e qualificar as experiências individuais e coletivas;
- o estímulo ao protagonismo e autonomia dos jovens;
- a reflexão crítica e permanente sobre os preconceitos e discriminações em relação às questões de gênero, etnia, culturas, religiões, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, condições físicas, mentais e cognitivas.

3. O PERCURSO SOCIOEDUCATIVO II

“CONSOLIDAÇÃO DO COLETIVO”

Consolidando o Coletivo, fortalecendo os laços e qualificando a participação

Neste Percurso, o desafio do Orientador Social é promover a consolidação dos vínculos de pertencimento do jovem ao Coletivo e estimular a produção e sistematização individual e coletiva de saberes e conhecimentos, com vistas à qualificação de sua participação nas ações socioeducativas do Projovem Adolescente.

3.1. OBJETIVOS

São os seguintes os objetivos das ações socioeducativas neste Percurso II:

1. Construir pontes entre o jovem, o Serviço Socioeducativo e o seu meio social;
2. Promover o trabalho coletivo, como fator de socialização e enraizamento de vínculos; de companheirismo de trabalho e afetividade, investindo nos relacionamentos entre os jovens, com o Orientador Social e Facilitadores de Oficinas;
3. Desenvolver a percepção dos jovens sobre a importância da participação como meio para a troca de saberes; para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre atitudes e procedimentos nas várias atividades, sobretudo nas de trabalho, que podem influenciar na melhoria da qualidade de vida;
4. Desenvolver o potencial de comunicação dos jovens, estimulando a manifestação de opiniões e posicionamentos e instigando a sua criatividade por diversos meios e formas de expressão (oral, escrita, corporal, entre outras);
5. Refletir com os jovens sobre suas relações com a escola a partir de questões mapeadas e tematizadas no Percurso Socioeducativo I;
6. Preparar e realizar com os jovens Encontro com as famílias/responsáveis pelos jovens, envolvendo a elaboração da pauta, a definição de uma agenda e a discussão e implementação das estratégias de mobilização dos familiares;
7. Organizar um Encontro entre o Coletivo e a equipe do PAIF;
8. Ampliar a compreensão dos jovens sobre o meio ambiente em sua relação com a saúde, modos de produção e práticas culturais, com vistas à adoção de atitudes e práticas que concorram para qualidade de vida em bases saudáveis e sustentáveis local e globalmente;
9. Elaborar mapeamento/cartografia dos equipamentos, instituições e serviços públicos das diferentes áreas sociais presentes no território, em estreita articulação com os interesses e necessidades dos jovens.

3.2. TEMAS INTEGRADORES: JUVENTUDE E SAÚDE – JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

No Percurso II, Juventude e Meio Ambiente e Juventude e Saúde são os temas integradores, ordenando e articulando os demais temas transversais e imprimindo ênfase na ampliação da compreensão dos jovens sobre a sua condição de ser em crescimento e em desenvolvimento e sobre a situação e as condições do meio ambiente em seu território e no mundo.

Os conteúdos e atividades propostos para o desenvolvimento das ações socioeducativas buscam a sensibilização dos jovens para as responsabilidades e atitudes necessárias ao bem-estar e à qualidade de vida individual e coletiva. Em todos os demais temas transversais são tratados problemas e questões que dizem respeito diretamente ao jovem, tanto do ponto de vista de sua condição juvenil, de ser em crescimento, com potencialidades a serem desenvolvidas, quanto do ponto de vista das condições presentes em seu território, que favorecem e/ou dificultam um crescimento saudável e o sentimento de pertencimento ao seu território.

Sem perder de vista a dimensão lúdica, neste Percurso, as demais dimensões metodológicas⁴ – dialógica, reflexiva, cognitiva, afetiva, estética e ética – ganham importância na concepção dos conteúdos e das atividades, como estratégia pedagógica para o desenvolvimento de práticas socioeducativas democráticas e emancipatórias.

Destacam-se, entretanto, neste Percurso, as **dimensões dialógica, reflexiva e afetiva** como essenciais à construção de um ambiente propício à participação dos jovens e à manifestação de seus posicionamentos e visões de mundo, concorrendo, assim, para um relacionamento de efetivo diálogo, de mútuo aprendizado e de respeito e afetividade entre os jovens e os profissionais do serviço socioeducativo. Entende-se que o efetivo diálogo é ponto de partida e de chegada para a reflexão, análise e apropriação coletiva de conhecimentos, como condição de crescimento pessoal no convívio social e de aprendizagem de valores de respeito e tolerância, tornando os jovens sujeitos ativos de sua formação no Coletivo.

4. CONTEÚDOS, ATIVIDADES E DINÂMICAS DO PERCURSO SOCIOEDUCATIVO II: TEMAS TRANSVERSAIS

Apresenta-se a seguir quadro com o detalhamento do conjunto de temas transversais deste Percurso Socioeducativo, destacando-se os tópicos que compõem cada um deles e seus respectivos objetivos. Este quadro oferece uma síntese do desenvolvimento dos conteúdos propostos para cultura, esporte e lazer, direitos humanos e socioassistenciais, meio ambiente, saúde e trabalho para todo o Percurso II.

Quadro 1 – Síntese dos tópicos e objetivos por tema transversal no Percurso Socioeducativo II

TEMAS TRANSVERSAIS					
Temas Integradores		Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais JDHS	Juventude e Esporte e Lazer JEL	Juventude e Cultura JC	Juventude e Trabalho JT
Juventude e Meio Ambiente JMA	Juventude e Saúde JS				
1. Qual é o meio ambiente do nosso local? Identificar as formas como o meio ambiente está presente na comunidade, seja por meio de mapas, desenhos e fotos, seja por meio das histórias da comunidade, traçando um panorama da situação do meio ambiente na comunidade, desde o seu início até os dias atuais.	1. Vivenciando o crescimento e o desenvolvimento Construir uma analogia entre o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes, seu amadurecimento e desenvolvimento como cidadão e o ser importante para a comunidade, com a conquista de novas aptidões, capacidades e responsabilidades, estabelecendo uma aproximação direta com o desenvolvimento do Coletivo.	1. Diversidade e igualdade Explorar a diversidade e as diferenças que singularizam os indivíduos para a ampliação da percepção da igualdade da essência humana.	1. Cultura corporal e saúde Mostrar ao jovem as distinções entre a aptidão física e saúde e os limites e possibilidades da atividade física como sinônimo de promoção de saúde, por meio da reflexão sobre como a atividade física na promoção da saúde tornou-se mais uma mercadoria do que direito do cidadão.	1. Matrizes culturais e a diversidade na formação da sociedade brasileira Problematicar a percepção da localidade, da família e das origens para entendimento da formação da sociedade brasileira em sua diversidade.	1. Mundo do trabalho, mercado de trabalho e do consumo Desenvolver a percepção sobre como as atitudes e procedimentos no dia a dia e nas atividades do trabalho podem ou não concorrer para um ambiente saudável e sustentável; propiciar um olhar crítico sobre o corpo, a saúde (física e mental) e o meio ambiente; compreender as formas de alienação dos sujeitos na produção e no consumo;

TEMAS TRANSVERSAIS

Temas Integradores		Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais JDHS	Juventude e Esporte e Lazer JEL	Juventude e Cultura JC	Juventude e Trabalho JT
Juventude e Meio Ambiente JMA	Juventude e Saúde JS				
2. Será que a proteção ambiental é realmente importante? Refletir acerca da importância da proteção do meio ambiente, identificando argumentos a favor e contra e debatendo-os.	2. Sexualidade e Direitos Humanos Sensibilizar para o conhecimento do próprio corpo em suas várias dimensões, inclusive a sexual e reprodutiva, trabalhando a saúde, os direitos e as responsabilidades daí decorrentes, incorporando Informações imprescindíveis, úteis ao empoderamento de adolescentes, inclusive para a prevenção e interrupção de situações de abuso sexual em relações assimétricas.		2. Organização do Esporte e do Jogo Mostrar ao jovem o esporte e o jogo em sua organização interna, como manifestações que potencializam a formulação coletiva de regras. Para isso, o jovem deve compreender as distinções entre jogo e esporte e suas importantes aproximações.	2. Cultura e cidadania Valorizar a importância das conquistas de direitos à saúde e da proteção da cultura e da natureza para a qualidade de vida.	2. Qualidade de vida e qualidade no trabalho Promover a compreensão da relação indissociável entre trabalho-saúde-vida-meio ambiente e qualidade de vida. Desenvolver visão crítica sobre as formas de produção, organização e divisão do trabalho que alienam, por um lado, e, por outro, sobre como atitudes e procedimentos nas várias atividades, sobretudo nas de trabalho, podem concorrer ou não para a emancipação sustentável
3. É só jogar o lixo no lixo? Conhecer os modelos de vida (individuais e coletivos) a partir da temática do lixo, ampliando a percepção sobre os processos de produção e consumo, discutindo a proposta dos 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e identificando experiências concretas de reciclagem.	3. Saúde da Gente Dar atenção à saúde bucal como fator importante para apresentar-se no/ao mundo e ter ganho em autoestima.				
4. Cada um deve fazer somente a sua parte? Questionar visões de proteção ambiental meramente individuais, provocando reflexões sobre aspectos políticos e de cidadania, indicando possibilidades de intervenção coletiva de proteção ambiental, com base na crítica e na nova interpretação do princípio "pensar global e agir local".					

4.1. JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

Como vimos nos tópicos anteriores, o meio ambiente está mais presente em nossas vidas do que podemos imaginar. Começa por nós próprios, nossas ações, territórios, modos de vida, modos de produção, entre outros aspectos. Envolve também as plantas e os animais, os rios, córregos, montanhas, mares, ar, chuvas, ventos. “Mas como foi e qual é a situação do meio ambiente em nossa comunidade?” “Ele está melhor ou pior do que antes?” Vamos começar a responder a essas e outras questões, provocando os jovens a perceberem “o meio ambiente do seu local” a partir de um olhar sobre o passado e o presente da comunidade.

“Meio ambiente é igual à preservação da natureza?” “Será que a proteção ambiental é realmente importante?” “É só jogar o lixo no lixo?” “Cada um deve fazer somente a sua parte?” Essas e outras indagações conduzem uma discussão sobre as justificativas das ações de proteção ambiental, trazendo o questionamento para o eixo individual / coletivo.

1. Qual é o meio ambiente do nosso local?

O objetivo deste tópico é identificar as formas como o meio ambiente está presente na comunidade, seja por meio de mapas, desenhos e fotos, seja por meio das histórias da comunidade, traçando um panorama da situação do meio ambiente na comunidade, desde o seu início até os dias atuais.

Conhecer o nosso local é um passo essencial para melhor nos conhecermos. Afinal, nossa história, em muitos casos, se confunde com a história do local onde vivemos. Ali estabelecemos relações de amizade e parentesco, compartilhamos experiências e situações semelhantes. Ajudamos a dar vida ao lugar, ao mesmo tempo em que ele nos molda também. Mas será que conhecemos bem onde moramos?

Todo lugar tem sua história. Ou melhor, suas histórias. De problemas, de dificuldades, de conquistas. Mas e o meio ambiente? Faz parte dessa história? De que forma?

E como está a comunidade hoje? E o meio ambiente nela? Por mais que em muitos casos possa parecer que não há meio ambiente em nossa comunidade, há sempre como percebê-lo.

ATIVIDADE 1 – História ambiental da comunidade

O objetivo desta atividade é resgatar a história do lugar onde se vive tendo como referência o meio ambiente.

Etapa 1: Preparando a conversa com as gerações mais velhas

Peça aos jovens que conversem com seus avós, tios, pais e outros parentes e colegas que vivem há mais tempo na comunidade. Como era a comunidade no passado? Como foi seu início? Como era o rio/córrego do bairro? Havia muitos bichos no local? E a mata, como era? Como as pessoas se divertiam? De que elas sobreviviam? Quais eram os passatempos preferidos das crianças?

Peça aos jovens que procurem entre seus parentes, vizinhos e amigos uma pessoa mais velha que conheça a história da comunidade e tenha vontade de contá-la a outros jovens. Antes, esta pessoa deve contar a história ao jovem e depois ela é convidada a comparecer a um Encontro dos jovens para compartilhar sua história com os demais.

Etapa 2: Encontro de gerações: História ambiental da comunidade

No dia do Encontro, reúnem-se os convidados trazidos pelos jovens e organiza-se uma roda de histórias com todos. Cada convidado tem um tempo para contar sua história, abrindo para perguntas dos jovens e complementos dos demais convidados. É certamente uma atividade bastante interessante, e será mais ainda se os convidados trouxerem fotos, músicas e objetos que ajudem a ilustrar essa história e se alguém da turma registrar tudo isso.

É importante fazer um fechamento da atividade, agradecendo aos convidados pelas histórias e reafirmando a importância de conhecer as histórias da comunidade e de registrá-las, para que os mais novos (e os que virão) também a conheçam.

ATIVIDADE 2 – Mapa do lugar

Esta atividade tem o objetivo de construir um mapa da comunidade, incluindo rios, córregos, matas, ruas, praças, casas e tudo o mais que for possível se lembrar. Através do mapa, todos podem ter uma percepção mais ampla do lugar onde vivem, e melhor inter-relacionarem a comunidade e o meio ambiente local.

Material de apoio

Pedaço de papel (craft, pardo ou similar) em tamanho grande (3x2 metros); pincéis atômicos (cores variadas), canetinhas, lápis de cor, guaches.

Dica

Verifique na prefeitura ou na associação de moradores se há um mapa da comunidade. Ele pode ajudar na realização desta atividade, mas caso não haja um mapa, a atividade poderá ser feita mesmo assim.

A intenção é que todos confeccionem o mapa coletivamente, iniciando o desenho a partir de um local de referência da comunidade (exemplo: rio, lagoa, praça, rua, campo de futebol, entre outros). A partir desse local, devem-se ir incluindo os demais itens do mapa. É importante orientá-los sobre o propósito desta atividade, que não é de elaborar um mapa muito detalhado de todas as casas, ruas e estabelecimentos da comunidade, mas traçar uma visão geral da mesma, especialmente incluindo os aspectos ambientais percebidos pelos jovens. Algumas dicas podem ser importantes como, por exemplo, praças, rios, córregos, lagoas, montanhas, matas, árvores, trilhas, campo de futebol, terrenos. Lembre-se que em todos eles a presença de animais e plantas é certa, e materializam a presença do meio ambiente na comunidade.

Esteja atento ao processo de confecção do mapa, orientando e acompanhando os jovens na sua elaboração e discussão. Podem surgir dúvidas e polêmicas sobre alguns aspectos no mapa, como o curso de um rio ou a localização de uma mata. Nesse caso, procure perceber as causas dessas dúvidas. “Porque será que não sabemos o curso exato do

rio que passa aqui na comunidade”? Perguntas desse tipo permitem que a atividade vá além de um simples desenho de um mapa, ajudando a ampliar a percepção dos jovens sobre o local onde vivem.

Caso haja no Coletivo jovens que morem em comunidades diferentes, podem-se formar outros grupos de modo a cada um elaborar o mapa da sua comunidade.

Ao final da elaboração do mapa, converse com os jovens sobre a atividade. Algumas perguntas podem ajudar a dar um rumo a esse diálogo: “Foi fácil? Se cada um elaborasse o seu mapa conseguiria se lembrar de tudo o que está nesse mapa? Há coisas no mapa que não conheço? Quais? Por quê? Faltou algo no mapa? O mapa surpreendeu? Por quê?”

2 – Será que a proteção ambiental é realmente importante?

O objetivo deste tópico é refletir acerca da importância da proteção do meio ambiente, identificando argumentos a favor e contra, debatendo-os.

Atualmente, fala-se muito na preservação ambiental. Ela está mais presente nos meios de comunicação, nas conversas, nos discursos das empresas, governos, associações, bancos. Mas, além de ser um assunto da moda, por que o tema está tão em evidência?

É importante perceber que, ao mesmo tempo em que se fala sobre o assunto, a degradação do meio ambiente também avança a passos largos. Nunca se falou tanto sobre meio ambiente, mas também ele nunca foi tão degradado. Essa contradição nos provoca a discutir a questão deste tópico “Será que a proteção ambiental é realmente importante?”.

Diversos argumentos podem ser levantados a partir do debate gerado pela pergunta e certamente pode se constituir numa atividade bastante interessante. A seguir, enunciaremos uma relação de argumentos que podem ser identificados num debate como esse, a fim de ajudar a “aquecer” a conversa e a perceber seus diversos ângulos e pontos de vista.

Um primeiro argumento, bastante esquecido na atualidade, refere-se a uma questão ética. Afinal, se o ser humano tem o direito de sobreviver no planeta, porque os demais seres vivos também não o têm? Com que direito o ser humano pode decidir sobre a sobrevivência ou não desta ou daquela espécie? Portanto, o primeiro argumento significa que “todos os seres vivos (humanos ou não) têm direito à vida no planeta, em condições dignas e o mais próximas às suas condições naturais”. É importante perceber, também, que muitas vezes nossas ações não causam impactos diretos imediatos sobre alguns seres vivos, mas no futuro podem causar. Por exemplo: uma usina nuclear, com boa manutenção, pode não causar impactos num determinado ambiente, mas se algo der errado nela, o risco é bastante elevado para todos os que vivem ao seu redor (humanos e não humanos).

Outro argumento, mais conhecido, diz respeito aos benefícios que o meio ambiente oferece a nós, humanos. Afinal, precisamos de água, energia, matérias primas, ar puro, e tantas outras coisas para sobreviver. Todas elas vêm direta ou indiretamente da natureza, e, portanto, a sua proteção assegura nossa sobrevivência. Esse argumento é pautado por uma visão utilitarista, e significa que é preciso proteger o meio ambiente porque ele nos é útil e assegura nossa sobrevivência.

Os argumentos anteriores podem ser estendidos para as futuras gerações, afinal, é preciso pensar no presente e no futuro, na sobrevivência de todas as espécies e certamente na nossa também. A questão é que o mundo vai mudando ao longo das décadas, e as gerações mais novas vão “recebendo” um mundo diferente, com novas facilidades e problemas. Quem pensaria em comprar água mineral dez ou quinze anos atrás? Quem poderia imaginar há dez anos que o assunto do aquecimento global estaria tão em alta hoje em dia?

Quando pensamos nas futuras gerações, o debate se torna mais complexo. Afinal, como proteger algo para pessoas que nem sequer vivem ainda no planeta? Quanto é preciso proteger? De que maneira? Além disso, é preciso perceber que o ser humano vai desenvolvendo novas tecnologias e conhecimentos que jogam a favor e contra a proteção do meio ambiente. Por exemplo: atualmente tem-se avançado muito na produção de fontes alternativas de energia (solar, eólica), que geram menos impacto ambiental. Tem-se também avançado cada vez mais na reciclagem e destinação adequada do lixo. Em contrapartida, quem já ouviu falar em bomba atômica e lixo espacial? Ou seja, alguns avanços tecnológicos nem sempre asseguram menores impactos ambientais.

Uma das estratégias adotadas para assegurar uma proteção mais efetiva do meio ambiente é a criação de áreas para proteção ambiental, chamadas no Brasil de **Unidades de Conservação**. Essas áreas podem ter diferentes finalidades, todas elas ligadas à proteção ambiental como pesquisas, turismo, educação ambiental. Elas são criadas em áreas importantes de serem preservadas, com grande diversidade de espécies, ecossistemas e de recursos naturais (como água, por exemplo). Podem estar próximas a grandes centros urbanos ou distantes deles, como em diversas áreas na Amazônia. Podem ainda preservar povos tradicionais (indígenas e quilombolas, por exemplo), com suas culturas de convívio com a natureza. O importante é perceber que todas essas áreas têm a sua importância, demandam profissionais e verbas para sua manutenção e enfrentam problemas diversos.

Além dessas Unidades de Conservação, há diversas outras áreas que servem como abrigo de animais e plantas e que ajudam na sua preservação. Por exemplo, em muitas cidades há praças e parques que, mesmo não sendo uma Unidade de Conservação formalmente instituída, contribuem e muito para a proteção ambiental, oferecendo abrigo, locais de moradia, de reprodução e alimento para animais e plantas. Oferecem, ainda, para nós humanos um ar mais puro, água limpa, sombra, espaço de lazer e descanso e muitos outros benefícios que, certamente, contribuem para elevar nossa qualidade de vida. Afinal, quem nunca passeou num parque? Não é um bom lugar para relaxar e curtir a natureza?

Ou seja, proteger o meio ambiente não é uma tarefa fácil e simples, mas requer muito esforço, trabalho e dedicação. Pode ser feito de diversas formas. Vimos aqui uma delas, voltada à criação e manutenção de áreas específicas de proteção ambiental, conhecidas como Unidades de Conservação. Além delas, vimos que há também praças e parques nas cidades – espaços importantes para a proteção de diversas espécies de plantas e animais e para a nossa qualidade de vida.

ATIVIDADE 3 – Levantamento de áreas de proteção ambiental

Esta atividade deve ser realizada em dois momentos, um inicial, para introduzir o assunto, a partir do texto acima e as orientações da atividade, e outro para os jovens socializarem as suas pesquisas.

Material de apoio

“Diário de Campo” do jovem, para registro e elaboração das informações da pesquisa.

Etapa 1: Pesquisa orientada sobre as áreas de proteção ambiental

As pesquisas podem ser feitas individualmente ou em grupos de até quatro pessoas. Todos serão orientados a identificar na comunidade, município ou região se há áreas que, de alguma forma, contribuem para a proteção ambiental. Pode ser uma praça; zoológico; parque municipal, estadual ou nacional; reserva ecológica; reservas extrativistas; reservas indígenas, ou qualquer outra área cuja finalidade seja proteger o meio ambiente. Cada jovem ou grupo deverá escolher uma área e fazer uma breve pesquisa na mesma. Ela pode ser feita de diversas formas: entrevistar funcionários, visitantes e moradores (se houver); visitar o local; buscar informações em livros, jornais, revistas e em órgãos ambientais locais. O importante da pesquisa é identificar:

- a) Qual a importância da área para a proteção ambiental? Por que a área foi criada?
- b) Quais as atividades oferecidas na área? Como é seu dia a dia?
- c) Quais os principais benefícios que a área traz para a comunidade?
- d) Quais os principais problemas enfrentados?
- e) Curiosidades sobre a área como, por exemplo, histórias, lendas e fatos interessantes.

Etapa 2: Socializando os resultados da pesquisa sobre as áreas de proteção ambiental

Cada jovem ou grupo deverá apresentar, no momento seguinte, os resultados da sua pesquisa. Isto poderá ser feito de diversas formas: fotos, desenhos, mapas, depoimentos, relatos, entre outras. Todos devem socializar entre si as suas descobertas, e abre-se um amplo debate ao final, procurando perceber quais são as semelhanças e as diferenças entre as áreas pesquisadas.

Vá além! Saiba mais!

Aqui vão algumas dicas de sites na Internet onde é possível encontrar informações sobre Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas brasileiros.

- www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/Territorio01.htm
- www.ibama.gov.br
- www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm
- www.quilombo.org.br

Além dessas áreas, uma atividade interessante é conhecer uma Estação de Tratamento de Água (ETA) ou uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no seu município, para ver as dificuldades e os custos desses tratamentos. Na visita, procure se perguntar sobre as relações entre o tratamento de água e de esgoto e as áreas de proteção pesquisadas pela turma.

3 – É só jogar o lixo no lixo?

O objetivo deste tópico é conhecer os modelos de vida (individuais e coletivos) a partir da temática do lixo, ampliando a percepção sobre os processos de produção e consumo, discutindo a proposta dos 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e identificando experiências concretas de reciclagem.

Sem dúvida, o lixo se apresenta como um problema real em muitos lugares do Brasil e do mundo. Ao longo da história da humanidade, temos gerado cada vez mais lixo, resultante de modelos de vida mais consumistas do que no passado. Vários fatores têm contribuído para isso, como veremos. Só para se ter uma ideia, cada brasileiro gera, em média, um quilo e duzentos gramas de lixo por dia!

Mas se o lixo é um problema, ele também pode ser solução. Até certo ponto sim, mas essa afirmação é bastante perigosa. Sabemos que o Brasil é um exemplo de reciclagem para o mundo, alcançando índices bastante elevados de reciclagem de diversos materiais, especialmente de latas de alumínio (em torno de 95% de reciclagem).

O desenho a seguir dá uma ideia dos tempos estimados para a decomposição de cada material encontrado no lixo atualmente. Perceba que com atitudes em nosso dia a dia podemos ajudar a diminuir a presença desses materiais em nossas cidades. Por exemplo: por que pegar uma sacola plástica a cada vez que você vai à padaria ou mercado? Por que comprar um refrigerante de garrafa plástica e não de vidro? Lembre-se: as escolhas também são nossas.

PAPEL DE 3 A 6 MESES	NYLON MAIS DE 30 ANOS
PANO DE 6 MESES A UM ANO	PLÁSTICO MAIS DE 100 ANOS
FILTRO DO CIGARRO 5 ANOS	METAL MAIS DE 100 ANOS
CHICLE 5 ANOS	BORRACHA TEMPO INDETERMINADO
MADEIRA PINTADA 13 ANOS	VIDRO 1 MILHÃO DE ANOS

Fonte: www.ufrrj.br

A reciclagem é uma realidade no país e tem se constituído não só numa atividade importante do ponto de vista ambiental, como também do social. Inúmeras pessoas vêm gerando trabalho e renda a partir da reciclagem, formando cooperativas, criando novos produtos a partir de materiais recicláveis, recuperando autoestima e dignidade.

Lixo: bom tema transversal

Perceba o quanto o tema do lixo é um bom exemplo didático para proporcionar uma discussão transversal, afinal ele não só trata da questão ambiental, como também econômica, social, política, cultural, entre outras. Vamos dar uma olhada? Pela ótica social, o lixo, por um lado, pode ser encarado como uma atividade degradante, envolvendo catadores e pessoas que vivem da coleta, muitas vezes desumana, do lixo. Por outro lado, pode ser visto como uma oportunidade de geração de trabalho e renda, como já mencionado sobre a reciclagem. Veja se os jovens conhecem alguém que sobrevive da coleta de lixo: como vivem, que problemas enfrentam etc. Uma outra ótica é a da segurança alimentar, afinal muito do que se joga no lixo pode ser reaproveitado, servindo, inclusive, de refeição para diversas pessoas. É claro que se trata de uma alimentação bastante questionável do ponto de vista ético e de saúde pública.

Mas a reciclagem é só um dos pilares dessa transformação. Você já ouviu falar de 5R's?

- **Repensar** hábitos de consumo;
- **Recusar** produtos que causem danos ao meio ambiente ou à nossa saúde;
- **Reduzir** a geração de lixo;
- **Reutilizar**, sempre que possível;
- **Reciclar**, ou seja, transformar em novo produto.

Esses cinco verbos estão nessa ordem não por acaso. Representam uma sequência de importância nessas ações. O primeiro passo é **repensar** nossos hábitos de consumo, partindo da pergunta: “é preciso consumir tanto?”. Diz respeito à necessidade de cada pessoa frear a onda consumista em que vivemos. Em seguida vem a orientação de **recusar** produtos nocivos ao meio ambiente e à nossa saúde. Há diversos produtos que, para serem fabricados e após serem consumidos, causam impactos no meio ambiente e na nossa saúde. Esses produtos devem ser evitados sempre que possível, pois, assim, estaremos forçando suas fábricas a melhorarem seu processo de fabricação e a cuidarem do destino correto de seus resíduos. Por exemplo: pilhas e baterias de celulares, ao serem descartadas, tornam-se um resíduo perigoso por conterem metais pesados e, por isso, têm destinação específica. Na sequência, o próximo passo é **reduzir** a geração de lixo. Enfrentando esse pilar, estaremos atacando a raiz do problema do lixo, ou seja, a sua geração. Se diminuirmos o consumo, reduziremos a geração de lixo e, assim, estamos praticando uma ação de proteção ambiental. Afinal, tudo o que consumimos é produzido a partir de matérias primas e de energia e, quanto mais aumentarmos nosso consumo, novas fontes de energia e de matérias-primas serão necessárias. Ou seja, mais hidrelétricas, mais mineração, mais impactos.

Vamos então ao quarto passo: **reutilizar**. Ele nos mostra que muitos materiais gerados a partir do nosso consumo podem ter outros usos e finalidades antes de serem considerados “lixos”. Reutilizar significa ampliar a vida útil desses materiais e, assim, evitar que eles sejam enviados para o lixo. Ao invés de se jogar fora aquela garrafa de refrigerante, podemos usá-la para colocar água, e assim por diante.

Finalmente, o último passo é **reciclar**. Infelizmente ele é o único lembrado quando se fala sobre o lixo. Como vimos, a reciclagem se constituiu num importante instrumento de geração de trabalho e renda a muitas pessoas, famílias e comunidades. Entretanto, é preciso se perguntar: qual é a raiz do problema do lixo?

É importante debater essa questão percebendo que só há geração de lixo porque há consumo, e, portanto, é o consumo que deve ser enfrentado com mais força quando se fala em proteção ambiental. Portanto, olhando novamente para a questão “é só jogar o lixo no lixo?” fica mais fácil perceber que a resposta é não. É evidente que destinar corretamente os resíduos por nós gerados é fundamental para promover a saúde pública, impedindo a veiculação de doenças, mas não é suficiente para reverter a problemática do lixo. Afinal, é preciso pensar além: como esse lixo está sendo depositado? Minha cidade tem aterro sanitário? Parte do material que foi para o lixo poderia ter sido evitada? Há separação de materiais recicláveis e não-recicláveis? Quem recolhe esses materiais? Faz o quê com eles? Vive-se com dignidade coletando materiais recicláveis? É um trabalho desumano?

A partir dessas perguntas apresentadas acima, é possível estabelecer uma importante relação, entre lixo e saúde. Afinal, muitas doenças são transmitidas por condições precárias de higiene. Jogar o lixo em qualquer lugar não só contribui para poluir nossa cidade, como também pode trazer muitos problemas: o lixo entra em decomposição, deixando o lugar sujo, com mau cheiro e atraindo mosquitos, baratas, ratos e tantas outras pragas, que, por sua vez, transmitem uma série de doenças. Quais as doenças mais comuns na sua comunidade? É bem provável que elas tenham relação com o lixo (água, esgoto e saneamento básico). Por isso, muitas pessoas afirmam que é melhor e mais barato investir em saneamento básico do que no tratamento das doenças ocasionadas pela falta de água potável, de destinação adequada do lixo e do esgoto. Afinal, sabemos muito bem que sujar é mais fácil do que limpar, não é? Mas não deveria ser.

Dica

As questões sugeridas neste tópico ajudam a provocar uma boa discussão sobre o assunto. Há certamente muitas outras, e todas elas, com inúmeras respostas. Lembre-se: o importante é, sempre que possível, ir até a raiz da questão. É ela que nos ajuda a identificar as causas do problema e, conseqüentemente, suas possíveis soluções.

ATIVIDADE 4 – Qual o nosso padrão de consumo?

Esta atividade pretende identificar o padrão de consumo da casa de cada jovem.

Material de apoio

Cartolina; pincéis atômicos (cores variadas), canetinhas, lápis de cor.

Etapa 1: Coleta e registro de materiais recicláveis no lixo caseiro

Cada um deve separar amostras dos lixos produzidos na sua casa no período de até uma semana, levar apenas os materiais recicláveis e anotar numa cartolina a quantidade dos materiais não-recicláveis (restos de alimentos, lixo dos banheiros, outros) gerados no mesmo período, para depois serem comparados aos demais.

Etapa 2: Seleção e classificação dos materiais recicláveis

Após o período estabelecido, todos devem trazer os materiais separados acompanhados de uma estimativa de peso dos materiais não-recicláveis (resíduos orgânicos – restos de alimentos, papéis higiênicos usados, outros).

Os materiais trazidos podem ser organizados da seguinte forma: vidro, metal, papel, plástico, caixas longa vida. Cada jovem deverá separar seus materiais nessas categorias, identificando quais os materiais mais gerados pela sua família no período de uma semana. Em seguida, todos devem colocar seus materiais em compartimentos específicos a cada tipo de material. Pode ser destinada uma caixa para cada um, ou simplesmente um espaço no chão da sala, desde que devidamente identificados.

Lembre-se, ao orientar esta atividade todos devem lavar bem os materiais recicláveis que vão separando, pois, se eles não forem bem lavados, vão ser atacados por micro-organismos e gerar mau cheiro.

Após todos destinarem adequadamente os materiais trazidos de casa, é possível discutir a atividade. Quais os materiais estão em maiores quantidades? (em peso e em volume). Por quê? Seria possível reduzir a produção desses materiais? De que forma? Será que o padrão de consumo identificado na nossa comunidade é o mesmo de um bairro rico da cidade? Por quê? Quais as diferenças entre eles? Quem gera mais lixo? Por quê?

Etapa 3: Exposição e destinação dos materiais recicláveis

Ao final da atividade, discuta com a turma a proposta de realizarem uma exposição com esses materiais para os familiares e amigos. Não seria interessante que todos vissem o “lixo” que geram em uma semana? Assim, cada família poderá ver, na prática, o trabalho aparentemente maluco que cada jovem estava fazendo ao separar os materiais que iam para o lixo.

Após a exposição, verifique a possibilidade de destinar todos os materiais a catadores ou a alguma cooperativa de reciclagem da comunidade. Além disso, alguns materiais podem ser reutilizados em atividades artísticas como oficina de sucata.

ATIVIDADE 5 – A reciclagem na nossa comunidade

Esta atividade visa a identificar experiências reais de reciclagem na comunidade, conhecendo suas trajetórias, avanços e dificuldades.

Material de apoio

“Diário de Campo” do jovem, para registro e elaboração das informações.

Etapa 1: Reconhecimento da reciclagem na comunidade

Oriente os jovens a levantarem, na comunidade, pessoas (catadores de lixo) e cooperativas de reciclagem em funcionamento. A ideia é que jovens sejam organizados em grupos (de até quatro integrantes); eles deverão escolher um catador ou cooperativa que atue na comunidade e produzir uma matéria jornalística sobre essa experiência.

Etapa 2: Elaboração de matéria jornalística sobre reciclagem na comunidade

Algumas questões importantes para a produção da matéria:

- a) Apresentação da pessoa ou da cooperativa: quem é/são?
- b) Desde quando atua nessa atividade? Como começou?
- c) Onde reúne o material? Leva ou vende para quem?
- d) Por que trabalha nesse ramo? Gosta do que faz?
- e) Qual o principal benefício da sua atividade para a comunidade?
- f) Quais os principais problemas? O que poderia melhorar?

Etapa 3: Exposição e debate sobre a matéria “A reciclagem na comunidade”

Cada grupo deverá trazer a sua matéria, reunindo depoimentos, fotos, materiais, e apresentá-la aos demais. Após a exposição de todos os grupos, abre-se uma discussão sobre as semelhanças e diferenças entre as experiências relatadas.

Vá além! Saiba mais!

O assunto é quente e pode gerar atividades muito interessantes. Que tal programar uma visita a uma usina de triagem de lixo do seu município para conhecer de perto essa realidade? Caso seu município não possua uma usina de triagem, porque não visitar o aterro sanitário ou até mesmo o próprio lixão local? Pode não ser uma atividade muito agradável, mas sem dúvida será uma experiência inesquecível para muitas pessoas. E, lembre-se: trata-se de uma atividade que deve ir além de uma mera visita, por isso, buscar informações e provocar os jovens a pensar a respeito do assunto é fundamental.

Aí vão algumas dicas de sites para ampliar suas informações:

- www.cempre.org.br
- www.lixo.com.br
- www.recicloteca.org.br

Além desses sites, há um documentário (disponível na Internet e em algumas locadoras) chamado “Ilha das Flores” que aborda a questão do lixo. É um vídeo de cerca de 15 minutos de duração e rende ótimas discussões. O vídeo pode ser encontrado no site: www.portacurtas.com.br

As Atividades 3 e 4 do tema Juventude e Trabalho apresentam dinâmicas para uma percepção crítica e debate dessa realidade em Ilha das Flores. Vale a pena assistir!

Além desse vídeo há outros disponíveis na videoteca do Centro de Informações e Documentação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, CID Ambiental do MMA: www.mma.gov.br

4 – Cada um deve fazer somente a sua parte?

O objetivo deste tópico é questionar visões de proteção ambiental meramente individuais, provocando reflexões sobre aspectos políticos e de cidadania, indicando possibilidades de intervenção coletiva de proteção ambiental, com base na crítica e na nova interpretação do princípio “pensar global e agir local”.

Quando se fala na questão ambiental, é bastante comum ouvir as expressões “cada um deve fazer a sua parte” e “estou fazendo a minha parte”. Elas apontam para a responsabilidade individual de cada um frente ao tema e a seus problemas. Mas será que isso é suficiente para reverter a grave crise ambiental que o planeta atravessa?

Infelizmente não. Vamos pensar juntos. Se cada habitante da Terra fizesse a sua parte, seria possível reverter o ritmo do aquecimento global? Possivelmente não, pois o problema é tão grave que exige ações coordenadas e mais amplas. Além disso, qual seria a exata medida da “parte” de cada um? Ela seria a mesma para um brasileiro e um norte-americano? Ela seria a mesma para um habitante da favela e um morador de um condomínio de luxo? Por quê?

Portanto, há duas questões para a reflexão:

a) as “partes” de cada habitante do planeta são bastante diferentes entre si, e estão diretamente relacionadas ao seu acesso à informação, ao poder e ao seu padrão de consumo. Esta ideia ajuda a explicar um princípio chave da questão ambiental “responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas”; e

b) em decorrência desse princípio, percebe-se que os diferentes países e, dentro deles, os diferentes setores dessas sociedades têm responsabilidades diferentes perante o tema. Ou seja, cada um desses setores e países deve pagar essa conta de maneira diferente.

Olhemos essa questão no Brasil. Qual seria a “parte” de um jovem que já nasceu num mundo em crise em comparação com a de um grande industrial? É evidente que todos têm responsabilidade, mas em escalas diferentes. Decorrem daí mais dois novos princípios ambientais: 1. A questão ambiental é também enfrentada nos campos da cidadania e da política. 2. A questão ambiental extrapola as fronteiras dos estados e dos países. Sobre o primeiro, é importante perceber que o Brasil avançou muito na proteção do meio ambiente, também por conta das leis criadas e dos órgãos que cuidam do assunto. Certamente, há muitos problemas e carências no cumprimento dessas leis, mas elas representam um importante avanço na proteção ambiental. E quem as formulou? E como fica, nesse caso, a noção do “cada um deve fazer a sua parte”? No caso de uma lei, suas implicações interferem na vida de muitas pessoas, estabelecendo novas responsabilidades para cada cidadão, setores, empresas, entre outros.

No caso do segundo princípio, nota-se que o meio ambiente está presente em todo o planeta. Há até uma teoria, chamada de “teoria de Gaia”, na qual o próprio planeta Terra é considerado um organismo vivo e que se encontra doente por conta dos impactos ambientais que vem sofrendo. Nessa teoria, o aquecimento global seria uma espécie de febre de que o planeta estaria padecendo, decorrente de alguma “doença”. Portanto, não há fronteiras entre os países quando se trata de meio ambiente. Uma ação poluidora num país pode afetar diversos outros, afinal as correntes de ar, o mar e tantas outras dinâmicas “vivas” do planeta se encarregam de circular tudo isso. Um rio que é poluído num país segue poluído para os demais. Um exemplo bastante didático dessa questão é a região polar do Ártico (hemisfério norte), que vem sofrendo constantes reduções na camada de gelo em decorrência do aquecimento global. Se tão poucas pessoas moram no Ártico, de onde estão vindo as causas desse problema?

Portanto, fazer a sua parte é importante, mas não é suficiente para reverter os graves problemas ambientais que o planeta enfrenta. É preciso fazer mais, ir além! Um caminho possível passa pelas ações coletivas – criar ou se unir a associações ecológicas, ONGs, movimentos ambientalistas; cobrar de nossos governantes o cumprimento de suas responsabilidades e promessas; evitar consumir produtos de empresas poluidoras, entre outras. Há muitas maneiras de agir coletivamente e elas não eliminam as ações individuais de cada um, apenas ampliam o poder de transformação, algo de que realmente o planeta necessita com urgência.

ATIVIDADE 6 – Onde estão os ambientalistas?

Esta atividade pretende estimular os jovens a identificarem na comunidade pessoas e grupos que promovem ações de proteção do meio ambiente, como forma de melhor conhecerem suas realidades, dificuldades e impactos que geram no local.

Material de apoio

“Diário de campo” do jovem, para registro e elaboração das informações.

Pretende-se que os jovens pesquisem, na comunidade, pessoas, empresas e grupos que fazem o inverso, ou seja, causam danos ao meio ambiente, como, por exemplo, criações de pássaros, depósitos de lixo em córregos e rios, uso de venenos, fábricas que poluem.

A ideia é que os jovens percebam que tanto as ações de proteção quanto as de destruição do meio ambiente resultam em consequências que impactam muitas pessoas, não ficando restritas apenas às pessoas que as praticam. Esses impactos (positivos ou negativos), por sua vez, podem gerar novas ações em outras pessoas – sensibilização, revolta, denúncia, mobilização – mostrando que há uma reação em cadeia que parte de cada ação.

Etapa 1: Pesquisa: ações que impactam positiva e negativamente o meio ambiente

Oriente os jovens a formarem grupos (de até 4 pessoas) e pesquisarem na comunidade pessoas, empresas, entidades e grupos que promovem ações de proteção e de dano ao meio ambiente. Algumas informações relevantes a serem pesquisadas: ramo de atividade, ações realizadas (positivas e negativas) no meio ambiente, tempo de atuação, por que o faz, principais problemas que enfrenta.

Organização da juventude na proteção do meio ambiente

Felizmente, já existe no Brasil um movimento de juventude pelo meio ambiente, envolvendo jovens engajados na luta pela proteção ambiental. Esse movimento ganhou forte impulso a partir da realização das Conferências Nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente, realizadas pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, com a criação e consolidação dos chamados “Coletivos Jovens de Meio Ambiente”, os CJs, e a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, a REJUMA. Atualmente, há CJs em diversos municípios brasileiros, onde também esta rede atua.

Para saber mais, acesse os sites:

www.mec.gov.br/secad (clique em “Educação Ambiental” e depois em “Programas, projetos e ações”. Em seguida, é só descer a página até o item que trata dos Coletivos Jovens).

www.rejuma.org.br (página da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade).

Etapa 2: Socializando, debatendo e buscando alternativas

Feita a pesquisa, todos devem socializar entre si as descobertas. Elas surpreendem? Discuta a respeito das ações que podem ser feitas para ajudar a reverter os impactos negativos identificados e ampliar as iniciativas positivas des-

cobertas. Se houver rádio, jornal ou outro meio de comunicação na comunidade, eles podem ser usados para essas ações. Pode-se, por exemplo, criar um prêmio para os protetores do meio ambiente na comunidade. O mesmo pode ser pensado para os maiores poluidores. Será que assim eles mudam de atitude?

4.2. JUVENTUDE E SAÚDE

No Percurso Socioeducativo I, trabalhamos com os jovens temas ligados diretamente à vida deles e que permitem que se conheçam como jovens e reconheçam uns aos outros, a partir de uma visão positiva e ampliada da saúde.

Veremos também que o jovem adolescente tem direito à saúde sexual e à saúde reprodutiva, o que abrange ampla informação sobre anticoncepção, gravidez, exercício da sexualidade e sobre as doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS. Você, Orientador, deverá criar possibilidades para conversar de modo preliminar sobre como os jovens poderão disseminar as ações que estão desenvolvendo a partir do Projovem Adolescente: como poderão multiplicar o número de pessoas afetadas positivamente por este Coletivo? Ao fim deste Percurso, propõe-se ainda que os jovens reflitam sobre sua saúde bucal e a da família. Como melhorá-la? Lembre que para um bom e gostoso beijo é importante cuidar da higiene bucal.

1. Vivenciando o Crescimento e o Desenvolvimento

O objetivo deste tópico é construir uma analogia entre o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes, seu amadurecimento e desenvolvimento como cidadão e o ser importante para a comunidade, com a conquista de novas aptidões, capacidades e responsabilidades, estabelecendo uma aproximação direta com o desenvolvimento do Coletivo.

Afinal, o que é a adolescência para estes jovens? Percebem mudanças nos seus corpos? Como lidam com elas? Conseguem perceber de que modo elas influem no seu comportamento? Estranham-se, por vezes, em relação a si mesmos? E as mudanças ligadas à sexualidade? É um assunto discutido pelos jovens?

ATIVIDADE 1: Eu sou/estou adolescente?

1) Com os jovens organizados em círculo, apresente as questões acima. É possível que inicialmente fiquem um pouco tímidos. Estimule a participação: algum dos jovens já viveu uma situação, de preferência engraçada, devido a essas mudanças que ocorrem na adolescência? Conhecem alguma história desse tipo, como, por exemplo, a mudança na voz de um rapaz, ou coisa parecida?

Dica

*Esse é um momento oportuno para a orientação da atividade com base nas dimensões metodológicas e nos princípios orientadores do Traçado Metodológico. Enfatiza-se aqui a importância das dimensões: **dialógica** – o diálogo entre iguais numa relação de aprendizado mútuo, na troca de ideias e de experiências, na socialização de conhecimentos, no trato de conflitos e na negociação e construção de consensos, facilitados pela convivência e pelo trabalho coletivo e em grupo; **reflexiva** – o desenvolvimento de postura crítica a partir da reflexão sobre o cotidiano, sobre as experiências pessoais, coletivas e comunitárias e sobre as práticas socializadoras vivenciadas pelos jovens em suas diversas redes; e a **ética** – o exercício da participação democrática,*

da tolerância, da cooperação, da solidariedade, do respeito às diferenças nas relações entre os jovens e entre estes e os Orientadores Sociais, para o desenvolvimento de princípios e valores relacionados aos direitos, à dignidade humana, à cidadania e à democracia.

Escute os jovens e depois peça que se dividam em dois grupos e inventem, cada qual, uma cena. Um grupo bola e encena uma situação engraçada e o outro, uma cena que represente o desconforto em virtude das mudanças na adolescência. A ideia é que a atividade ajude a quebrar o gelo entre eles, permitindo que se identifiquem, lembrando de situações parecidas e que lhes permitam socializar com os colegas o que pensam e sentem a esse respeito.

2) Quando cada grupo acabar de fazer a sua cena, propõe-se um exercício aos jovens para que possam dar vazão às suas ideias e sentimentos por meio de ações. Os atores continuam em seus lugares e o jovem que quiser se manifestar substituirá alguém da cena, adotando uma postura diferente para o mesmo personagem, de forma a produzir um outro desfecho da ação. Os jovens comentam, então, a experiência: como sentiram a primeira cena? E quando a cena foi alterada, como foi que se sentiram? Lembre-se que é importante controlar o tempo e mediar a discussão, no sentido de que todos tenham o direito à palavra, mas também à reserva e ao silêncio. Repetir o procedimento com a outra cena.

Dica

Se um jovem mostrar-se sempre muito quieto, silencioso, e pouco participativo, avaliar a possibilidade de ter uma conversa em particular com ele, para que possa se abrir, caso o deseje, sem tanta exposição no grupo, e tente fazer com que o adolescente sinta que ele pode contar com você, como um apoio para os primeiros ensaios de participação no Coletivo.

Adiante você encontrará informações sobre as mudanças que ocorrem na adolescência. Nossa sugestão é que você possa ir trabalhando, percorrendo estas informações, sempre que perceber que os jovens as estão demandando, para não transformar em uma aula sobre as mudanças corporais, o que pode se tornar algo muito chato mesmo.

ATIVIDADE 2 – Definindo adolescência

Preparação: Providencie papéis impressos com “pedaços de informação” sobre crescimento e desenvolvimento. Organize os adolescentes em pequenos grupos e forneça a eles esses “pedaços de informação” – adiante descritas – para que façam um esforço de tentar chegar à informação completa, contextualizando-a e apresentando-a depois ao grupo grande, demonstrando o quanto conseguiram avançar a partir dos dados iniciais.

Dica

Adiante estão informações que você pode imprimir e recortar, distribuindo “pedaços” para cada grupo. Leia atentamente o texto a seguir, que trata de assunto da maior importância para o adolescente. Sugerimos que, a partir de sua leitura, faça um fichamento anotando as ideias mais importantes. Organize-se para tirar as dúvidas que forem surgindo no grupo, procurando, no entanto, construir o conhecimento com os jovens. O tema da sexualidade tem um lugar de destaque na vida dos jovens e vários assuntos ligados ao tema podem gerar ansiedade e chacotas entre eles, como, por exemplo, a primeira ejaculação, a ginecomastia (surgimento de mamas temporárias nos meninos), o surgimento das mamas nas meninas, a primeira menstruação, a primeira relação sexual, a alteração do timbre da voz em meninos, entre outros. Informe-se bem e esteja preparado para lidar com essas situações.

Adolescência é um momento de mudanças significativas na vida de uma pessoa incluindo o crescimento físico e mudanças psicológicas e sociais ou, mais apropriadamente, psicossociais, dada a maneira como tais fatores interagem e se afetam mutuamente.

O crescimento normal durante a adolescência inclui a maturação sexual e um aumento do tamanho do corpo. O ritmo e a velocidade dessas alterações variam em cada pessoa e são afetados tanto pela hereditariedade (características genéticas herdadas de pai, mãe e outros ascendentes), como pelo ambiente. Atualmente, a maturidade física começa em uma idade mais precoce que o verificado há um século, provavelmente em razão da melhoria da nutrição, da saúde geral e das condições de vida.

Durante a adolescência, a maioria de meninos e meninas atinge a altura e o peso do indivíduo adulto. Ainda assim, para dois adolescentes que acabam apresentando o mesmo peso, o tempo para atingi-lo pode ser consideravelmente diferente. Nos meninos ocorre um crescimento repentino e concentrado entre os 13 e os 15 anos e meio, chamado de estirão de crescimento, podendo ser esperado um ganho de 10 centímetros no ano de crescimento máximo. Nas meninas, o estirão de crescimento ocorre entre os 11 e os 13 anos e meio, podendo ser esperado um ganho de 9 centímetros no ano de crescimento máximo. Em geral, os meninos tornam-se mais pesados e altos que as meninas. Em torno dos 18 anos, os rapazes ainda devem crescer aproximadamente 2 centímetros e as meninas um pouco menos. Os ossos, os músculos e todos os órgãos crescem, exceto o sistema linfático (diminui de tamanho) e o cérebro (que atinge seu peso máximo durante a adolescência).

As alterações sexuais geralmente ocorrem em uma sequência determinada. Nos meninos, em torno dos 11 anos, as primeiras alterações são visíveis com o crescimento do escroto e testículos, seguido do aumento do pênis e do crescimento das vesículas seminais (que transportam o sêmen) e da próstata. Em seguida, surgem os pelos pubianos. Os pelos faciais e axilares surgem aproximadamente dois anos após o surgimento dos pelos pubianos. A primeira ejaculação geralmente ocorre entre os 12 anos e meio e os 14 anos, aproximadamente um ano após o início do aumento do pênis. O momento preciso da primeira ejaculação é determinado por uma combinação de fatores psicológicos, culturais e físicos. A ginecomastia (unilateral ou bilateral) é comum em jovens adolescentes do sexo masculino, mas ela geralmente desaparece em um ano.

Na maioria das meninas o primeiro sinal visível de maturação sexual é o despontar das mamas, seguido pelo seu crescimento. Logo em seguida surgem os pelos pubianos e axilares. Geralmente, a menarca (primeira menstruação) ocorre aproximadamente dois anos após o início do crescimento das mamas. A altura aumenta mais acentuadamente antes do início da menstruação.

Ao final do texto, no Anexo 1, apresentamos uma tabela com as etapas do desenvolvimento sexual em adolescentes de ambos os sexos.

2. Sexualidade e Direitos Humanos

O Objetivo deste tópico é sensibilizar para o conhecimento do próprio corpo em suas várias dimensões, inclusive a sexual e reprodutiva, trabalhando a saúde, os direitos e as responsabilidades daí decorrentes, incorporando informações imprescindíveis, úteis ao empoderamento de adolescentes, inclusive para a prevenção e interrupção de situações de abuso sexual em relações assimétricas.

A vivência da sexualidade na adolescência envolve várias dimensões, como a do prazer, do direito à informação e direito à escolha informada, que vêm acompanhados da necessária responsabilidade pelos próprios atos.

Nossa experiência como seres humanos sexuados é multidimensional. Inclui experiência biológica do corpo e as dimensões psicológica, social e moral. É importante distinguir o significado das palavras “sexo” e “sexualidade”.

O Sexo é um conceito biológico que faz referência às características genitais e extragenitais (formato diferente dos corpos do homem e da mulher, por exemplo) que diferenciam macho e fêmea quanto ao ato sexual e mecanismos de procriação.

A Sexualidade é muito mais do que Sexo. Ela envolve sexo, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressada pelas fantasias, pensamentos, desejos, crenças, atitudes e valores. As expressões da sexualidade serão específicas para cada sociedade, pois envolvem normas morais, religiosas e científicas, que vão sendo apreendidas pelas pessoas desde a infância.

Falaremos ainda sobre o gênero, que é mais do que o sexo e do que a sexualidade, que diz respeito ao modo como nos apresentamos ao mundo e à forma como nos relacionamos com nossos corpos sexuados.

Os direitos sexuais estão incluídos nos direitos humanos, que são direitos fundamentais da pessoa, porque garantem que ela tenha todas as oportunidades para desenvolver-se e participar plenamente da vida em todas as suas potencialidades. São considerados direitos humanos o direito à vida, à saúde, à moradia, à educação, os direitos sexuais e direitos reprodutivos. Respeitar os direitos humanos é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista igualdade de direitos, é preciso respeito às diferenças. A igualdade e equidade (veremos depois o que isso significa, quando falarmos em promoção da saúde) entre homens e mulheres são fundamentais para o desenvolvimento saudável da humanidade e para tornar o respeito aos direitos humanos uma realidade cotidiana em cada família, nas mais diversas sociedades.

Direitos sexuais e saúde sexual

Que são direitos sexuais? São os que conferem ao ser humano a possibilidade de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminação e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a). A garantia desses direitos, entretanto, pode estar ameaçada por discriminações e preconceitos, entre os quais se destaca a homofobia.

Discriminação contra condutas sexuais divergentes

A homofobia é a aversão à homossexualidade ou aos próprios homossexuais. A homofobia fere os direitos das pessoas de escolherem e terem suas preferências sexuais pessoais e não serem discriminadas por isso. Muitas vezes tendemos a não aceitar o que é diferente da gente. A outra face dos direitos sexuais e da saúde sexual é o respeito às diferentes práticas sexuais, como, por exemplo, as homossexuais, heterossexuais ou bissexuais. Por que será tão difícil praticarmos o respeito e a tolerância à diversidade (ao que é diferente) e desafiar os estereótipos (clichês, lugar-comum) sexuais e a homofobia?

ATIVIDADE 3 – O quanto somos preconceituosos?

Esta atividade requer sensibilidade e atenção do Orientador Social, já que ela pode afetar alguns jovens. Por isso, respeite sempre a decisão dos jovens de participar ou não das atividades propostas e mostre-se disponível para um bate-papo se alguém precisar de acolhimento.

1) Em um ambiente espaçoso, convide os jovens a caminhar e circular pelo espaço, procurando captar o olhar do outro, quando os olhares se encontrarem. Instrua-os a sustentar o olhar e ver qual é a sensação de olhar o outro nos olhos. Avise aos jovens que, em um determinado momento, você vai pedir que eles se agrupem o mais rapidamente possível em grupos de quatro pessoas. Você pode fazer um ensaio antes para que eles relaxem para a atividade, solicitando que formem rapidamente grupos com outras quantidades de pessoas, até que seja formado o grupo de quatro adolescentes. É importante que os grupos a se formarem não reproduzam as relações pré-existentes de amizade. Por isso, é importante solicitar que se espalhem e caminhem de forma aleatória e não em pequenos grupos.

2) Passe então a tarefa para os grupos constituídos no primeiro momento da atividade. Pergunte se eles, como grupo, acham que são preconceituosos de forma geral e, especificamente, se se consideram homofóbicos (conforme definição acima). Eles devem sustentar com argumentos concretos a sua resposta e dizer se acham que a postura dos grupos ajuda a construir uma sociedade melhor ou não. Por quê? E como? Como de costume, alguém deve passar o recado dos grupos pequenos ao grupo grande (dessa vez, de preferência alguém que não tenha ainda falado para todos), abrindo-se posteriormente um debate geral, quando você deve avaliar a necessidade de passar alguma informação adicional para eles sobre o tema.

Uma boa forma de enriquecer esta atividade é lembrar dos grandes holocaustos humanitários, quando grupos de pessoas tentaram eliminar aqueles a quem julgavam diferentes e piores que eles, como fizeram os nazistas, por exemplo, em relação aos judeus.

Saúde sexual

A saúde sexual é a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica uma abordagem positiva da sexualidade humana e respeito mútuo nas relações sexuais. Para que se tenha saúde sexual é importante, também, que as pessoas conheçam e se previnam das doenças sexualmente transmissíveis.

As Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs são passadas nas relações sexuais com (e por) pessoas que estejam com essas doenças. Algumas DSTs são: sífilis, clamídia, herpes genital, hepatite B, HPV (condiloma), tricomoníase, HIV/AIDS, entre outras.

Algumas manifestações comuns das DSTs são corrimentos, irritação, feridas, caroços ou verrugas nos órgãos genitais, coceiras, dor na relação sexual, dor embaixo do umbigo. Se as DSTs não forem identificadas e tratadas a tempo, podem trazer prejuízos ainda maiores à saúde do portador e daqueles que forem contaminados pelo portador. A pessoa deve procurar um serviço de saúde logo que surgirem os primeiros sintomas, para que o tratamento possa ser mais eficaz e descontinuar relações sexuais sem proteção com parceiros. Outra situação em que o adolescente deve procurar o posto de saúde é quando se expõe a relações sexuais sem proteção, principalmente se fizer isso com frequência.

O que é HIV?

É o vírus causador da AIDS, que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. A AIDS é uma doença que compromete o sistema de defesa do organismo provocando a perda da proteção contra doenças. Por isso, a pessoa pode desenvolver vários tipos de infecções e/ou câncer. A pessoa portadora do HIV pode ficar vários anos sem desenvolver a doença. Isso ocorre por que o vírus vai se multiplicando lentamente. No entanto, a pessoa contaminada, mesmo que não tenha sintoma de doenças, pode transmitir o vírus para uma outra pessoa. O HIV pode ser transmitido através da relação sexual vaginal, anal, ou oral com uma pessoa contaminada; através da transfusão de sangue ou contato com sangue contaminado; pode ser transmitida da mãe contaminada para o filho durante a gestação, durante o parto ou através da amamentação. Muitas pessoas são contaminadas e não sabem que estão. Hoje, os dados de contaminação pelo HIV evidenciam a contaminação nas pessoas mais jovens.

Entre os *jovens de 13 a 19 anos*, considerando-se o período de 1982 a 2006 e o possível atraso de notificações, o *número de casos vem crescendo desde o início da epidemia* enquanto o número de óbitos se mantém estável desde 2000. (Boletim Epidemiológico AIDS / DSTs, ano IV, nº 1, grifos nossos). Por essa razão é importante que a pessoa se preocupe em fazer o teste para o HIV nos Centros de Aconselhamento e Testagem (CTA) ou nas unidades de saúde quando não houver o CTA no município. É fundamental o uso do preservativo em todas as relações sexuais.

A contraparte disso é o grande preconceito de que acabam sendo vítimas os portadores de HIV. Os adolescentes devem ser informados sobre as formas protegidas de contato com pessoas portadoras do vírus e sobre a necessidade do respeito e acolhimento sem discriminação do portador de HIV, o que diminuirá seu sofrimento, aumentará sua autoestima, ampliando, assim, também sua sobrevivência. É impressionante, pensando-se a sociedade como um todo, em como podemos apressar a morte das pessoas com o nosso preconceito.

Serviços

Os serviços de saúde devem garantir às adolescentes e aos adolescentes o acesso ao leque de serviços de saúde sexual de alta qualidade, começando por informação detalhada sobre todos os assuntos ligados à sexualidade, aos direitos, incluindo-se informação sobre métodos contraceptivos, provisão de preservativos (camisinhinhas), tratamento de DSTs e procedimentos seguros para a interrupção da gravidez nos casos previstos em Lei. E devem apoiar os homens, para que assumam a responsabilidade quanto ao seu comportamento sexual e reprodutivo, incluindo-se informações e serviços de contracepção, prevenção e tratamento de DSTs e HIV, acesso a recursos contraceptivos, como camisinhinhas, além de prover informações e programas que promovam a igualdade entre os gêneros e a eliminação da violência contra as mulheres, bem como informações e programas para eliminar práticas nocivas como a mutilação genital feminina.

ATIVIDADE 4 – Produzindo material informativo sobre saúde⁵

Material de apoio

Você, Orientador Social, em parceria com o CRAS, ou através de solicitação direta ao Ministério da Saúde – MS, deve providenciar materiais diferentes como cartilhas, folhetos e pequenos cartazes sobre proteção contra DSTs, AIDS e gravidez não planejada.

Notas

5. A atividade proposta aqui emana de uma experiência bem sucedida de Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes do Município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro – Brasil, mais especificamente de oficina realizada durante o I Seminário de Atenção Integral à Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes do Município de Petrópolis. Trata-se de procurar seguir uma das mais importantes diretrizes em Políticas Públicas: reproduzir e multiplicar experiências bem sucedidas.

Etapa 1: Sendo fisgado pelo material informativo

1) Espalhe esse material em uma mesa grande e oriente os jovens a circularem em torno dessa mesa, olhando bem os materiais. Após algumas voltas ao redor da mesa, oriente-os a pegar o material que mais tenha chamado a atenção.

2) Depois disso os adolescentes reúnem-se em grupos pequenos para responder a duas questões e a enfrentar um desafio: devem responder por que escolheram o material que pegaram, destacando o que chamou a atenção deles. Depois devem responder, por que, de maneira geral, os jovens não se interessam em pegar e ler esse tipo de material, para chegar-se, enfim, à tarefa.

Etapa 2: Criando e produzindo material informativo

Material de apoio

Publicações fornecidas pelo MS aos órgãos da área de saúde no município, para material de suporte. Para material de apoio à confecção de novos materiais informativos: papel, cartolina, tesoura, lápis, canetas, pincel atômico, guache, cola, entre outros materiais para confecção de desenho, cartaz, folder, panfleto, entre outros.

Orientar os a confeccionar, eles mesmos, divididos em pequenos grupos, um material que eles considerem que chame a atenção deles próprios e do adolescente em geral, e, depois disso, indique como e onde ele distribuiria esse material. Considere que esse material pode ser tanto em linguagem plástica e visual, quanto em linguagem verbal. É uma oportunidade para estimular pequenos textos, lemas, charges, texto de cordel, entre outros. Ao longo de cada passo desta atividade deverá ser lido, apresentado aos grupos um pedaço de informação sobre uma DST específica ou sobre outros assuntos correlatos.

Direitos Reprodutivos

Assim como os adolescentes têm direito à vivência da sexualidade, têm também os chamados direitos reprodutivos. Esses direitos ancoram-se no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de *decidir livre e responsavelmente* sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos, e de ter acesso às informações e aos meios para exercer suas responsabilidades. Inclui também o direito de gozar de um alto padrão de saúde sexual e reprodutiva.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não mencione especificamente esses direitos, acaba exercendo um importante papel suplementar à sua defesa, ao amarrá-los e dar certos contornos legais importantes, colocando-se então como guardião legal de que serão exercidos de forma a respeitar crianças e adolescentes. Protege as crianças e adolescentes de abuso por adultos e de que tomem decisões ainda não suficientemente amadurecidas.

É nesse sentido, que se entende a investida ou relação sexual entre um adulto e criança ou adolescente menor de 14 anos como caso de abuso sexual, com violência presumida. Na situação de violência presumida, a pessoa maior de idade que teve essa relação ou investida contra a criança ou adolescente menor de 14 anos não poderá alegar para a justiça que a criança ou o adolescente quis a relação e agiu sedutoramente ou provocadoramente. A lei e os juízes entendem que crianças e adolescentes abaixo desse limite de idade não têm condições de avaliar, entender e escolher livremente o que querem nesta matéria, da sexualidade e sexo,

estando em situação de vulnerabilidade em relação às práticas sexuais e demandando proteção do Estado. Para os jovens entre 14 e 18 anos incompletos, caberá ao juiz que receber uma eventual denúncia de abuso sexual decidir se de fato houve abuso ou não.

Conta muito para caracterizar uma relação como abusiva uma assimetria (grande diferença) entre os parceiros, que assim como pode ser de idade, pode também estar relacionada ao poder. O abuso sexual, inclusive, tem sua origem no abuso de poder. Quem abusa do poder acha que pode ter tudo, não conhecendo, nem respeitando limites, muitas vezes nem mesmo os legais. Por isso, frequentemente, acham que podem ter relações sexuais com crianças ou com pessoas que não manifestem livremente esse desejo. Veremos depois, quando tratarmos das relações de gênero, que o abuso de poder tem sua origem no patriarcado, quando todo o poder pertencia ao homem da casa, o patriarca, e todos os demais orbitavam (giravam) em torno dele.

Incluído entre os direitos sexuais e reprodutivos, está o direito de todos os indivíduos, inclusive aqueles com menos de 18 anos, de exercerem controle sobre seus próprios corpos, de viverem relações sexuais e o direito à reprodução, *livres de violência e de coerção*. Assim como (o direito) o ato de contraírem matrimônio, com consentimento livre e pleno de ambas as pessoas tem que ser visto no contexto em que ocorram as situações, caso a caso. Esse direito acaba sendo limitado, no sentido do melhor interesse da criança e do adolescente, às situações descritas no parágrafo anterior.

Outra situação em que o direito fica legalmente restrito é a do matrimônio de jovens entre 15 e 17 anos, só podendo ser formalmente exercido por adolescentes legalmente emancipados (que trabalham e têm autonomia, atestadamente por um documento da justiça que comprove e antecipe os plenos direitos civis) ou com o consentimento dos pais. Na prática, porém, parece-nos que esse rigor legal não tem sido tão precisamente observado, o que pode trazer prejuízos para meninas e adolescentes do sexo feminino, especialmente.

Gravidez adolescente sob o ângulo dos direitos reprodutivos

Já houve, na área de Saúde, uma ideia de que a gravidez na adolescência traria riscos de saúde para a adolescente, o que justificava um movimento no sentido de desestimular a gravidez de mulheres adolescentes. Hoje já se caminha para outra compreensão de que, mesmo sendo adolescente, ela tem o direito de ter um filho, que isto pode ser muito importante para ela em determinadas circunstâncias em que outros caminhos, outras possibilidades de projeto de vida, não se apresentam à adolescente. Se, por um lado, ficou claro que se trata de um direito, por outro lado, não resta dúvida de que se apresenta como uma situação nova que demanda uma atenção especial, tempo e dedicação, e que gera enormes desafios – que podem transformar-se em dificuldades – para os jovens, tais como o de conciliar a maternidade/paternidade com o investimento na sua formação escolar e complementar, com a necessidade (própria dessa faixa etária) de partilhar e ampliar os espaços de sociabilidade com outros jovens de sua idade e, principalmente, o desafio de se preparar adequadamente para o parto, fazendo um acompanhamento pré-natal adequado. Após o parto, os jovens pais terão a responsabilidade de responder às necessidades muito especiais de cuidados com o bebê.

Nessa faixa etária, quando a gravidez é uma escolha, e os adolescentes jovens têm o direito de escolher a maternidade/paternidade, normalmente a preparação, as condições afetivas, psicológicas e práticas para receber o filho na sua vida são diferentes de quando a gravidez é inesperada ou fruto do descuido ou da desinformação sobre o uso de anticoncepcionais.

ATIVIDADE 5 – Gravidez adolescente: como vemos?

Pergunte aos jovens o que pensam sobre a gravidez na adolescência. Divida-os em grupos mistos, não podendo ficar no mesmo grupo quem já era amigo antes de vir para o Coletivo. Todos os grupos têm debate livre sobre o assunto “gravidez na adolescência”, e apenas um grupo terá que defender a gravidez na adolescência, argumentando sobre o que ela pode trazer ou significar de bom.

Um dado adicional apontado por vários estudos (Portella, 2005, p. 26) mostra que os pais em situações de gravidez adolescente têm idade entre 21 e 28 anos, ou seja, muitos casos seriam possivelmente caracterizados pela justiça como sendo de abuso sexual, um homem de 25 anos com uma adolescente de 14, por exemplo, dá o que pensar...

Os direitos reprodutivos incluem também o direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência.

Saúde Reprodutiva

Os direitos reprodutivos são essenciais para que as mulheres e os homens, adultos e adolescentes exerçam a saúde reprodutiva, incluindo-se o direito a serviços integrais e de boa qualidade, que assegurem privacidade, informação completa, livre escolha, confidencialidade e respeito. Requer condições adequadas de saúde e nutrição, proteção contra a violência e redução dos riscos de saúde decorrentes de condições ocupacionais e ambientais.

Muito embora o conceito de saúde reprodutiva se aplique tanto aos homens quanto às mulheres, seu impacto é maior no caso das mulheres. Logo, os adolescentes em questão têm o direito de ter acesso a informações e educação em saúde sexual e saúde reprodutiva e, uma vez detentores dessas informações, de ter acesso a meios e métodos que os auxiliem a evitar uma gravidez não planejada e a prevenir-se contra doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS. Sua liberdade de escolha deve ser respeitada.

Responsabilidades do adolescente do sexo masculino

No exercício da sexualidade, no cuidado em relação ao sexo e à paternidade *é fundamental* para o adolescente do sexo masculino, caso tenha vida sexual ativa, que suas práticas sejam seguras, garantindo tanto o autocuidado como o cuidado com a outra pessoa com quem se relaciona afetiva e sexualmente. Deve participar ativamente também do esforço e de ações para a prevenção de gestação não desejada (nas atividades de contracepção) e de autocuidado para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/HIV/AIDS, dividindo com as adolescentes do sexo feminino as responsabilidades com relação à criação dos filhos e à vida doméstica. Em caso de gravidez, seja ela planejada ou não planejada, será o momento de mostrar-se responsável em relação à paternidade, o que será muito importante tanto para a mãe, como para o bebê.

Atenção

Adolescentes e jovens têm direito a ter atendimento sem discriminação de qualquer tipo, com garantia de privacidade e sigilo.

O pai adolescente ou jovem tende a ser deixado de lado, como se não fosse parte fundamental no processo da gravidez, o que é comprovado pelo fato de não haver, pelo menos até 2005, nenhum levantamento sobre paternidade adolescente em fonte oficial.

Gravidez adolescente – Planejamento reprodutivo como ferramenta

Os números sobre a gravidez adolescente e sobre interrupção desse tipo de gravidez no Brasil comprovam a importância do assunto.

Não se trata de fazer um julgamento de valor sobre a gravidez na adolescência, pois é um direito, constando dos direitos reprodutivos. No entanto, os números mostram que grande parte dos casos de gravidez adolescente não tem acontecido como o exercício de um direito, por vários motivos. Em muitos casos, por exemplo, resultam de violência sexual. Vejamos algumas estatísticas:

- 16% das mortes maternas de mulheres entre 15 e 24 anos, ou seja, de cada 100 adolescentes e jovens mulheres entre 15 a 24 anos que morrem, 16 morrem por aborto inseguro (dados de 1997, In: Portella, 2005, p. 27).

- Em 2001, a principal causa de morbidade entre adolescentes relacionava-se à gravidez, parto e puerpério (77,28%), que é a 7ª causa de morte de mulheres de 10 a 24 anos (5,52%). Nesse mesmo ano, 1.583 mulheres morreram em decorrência de agravos relacionados à gravidez, parto e puerpério. Dessas, 257 (16,2%) tinham entre 10 e 19 anos e 642 (40,55%), entre 20 e 29 anos. Portanto, mais de metade dos óbitos maternos registrados pelo DATASUS atingem a população mais jovem (56,7%)⁶ (Ferreira e Portella, 2005). Vale ressaltar que, como vimos, o aborto inseguro inclui-se como uma das causas de mortalidade materna e, portanto, contribui para esse percentual (Ferreira e Portella, 2005, apud Portella, 2005, p. 28).

Entre as mulheres adolescentes, especialmente as mais pobres, que provocam aborto inseguro, ou pedem ajuda para tal, o procedimento costuma ser feito clandestinamente, sem condições adequadas, o que acaba levando a graves complicações, hemorragias intensas, com grande perda de sangue e morte (Ferreira e Portella, 2005, apud Portella, 2005, p. 26).

ATIVIDADE 6 – A interrupção da gravidez na adolescência

1) Escute o que os jovens têm a dizer sobre o assunto. O que acham disso? Conhecem situações (sem expor ninguém) que ajudem o Coletivo a entender o fenômeno? Debata com eles brevemente sobre quais seriam as causas desse cenário. O que pensam sobre esse alto número de abortos?

2) Organize então os jovens em pequenos grupos, nos quais terão a tarefa de responder a cinco perguntas: 1. Existem formas para diminuir o número de situações de interrupção de gravidez? 2. Que formas eles propõem para atingir esse resultado? Ou seja, os dados falam por si, mostram como é muito mais importante e seguro haver a prevenção da gravidez quando não se tem o claro desejo de ter um filho. Prevenir para não correr o risco de fazer um aborto inseguro depois e fazer parte desta triste estatística que parece distante, mas, na verdade está muito perto de nós (ver UNICEF / Alhambra, 1985, p. 49-57, por exemplo, com depoimento de mães da Rocinha). Considerando o caso de

Notas

6. Esse dado pode estar relacionado, como o demonstram os estudos sobre mortalidade materna já realizados no país, à precariedade na assistência ao pré-natal e, no caso desse segmento populacional, à ausência de atenção específica a adolescentes e jovens gestantes.

a gravidez não ter sido evitada, ou ser desejada e escolhida: 3. Segundo a experiência dos jovens, como é a assistência, incluindo o pré-natal, a adolescentes e a jovens gestantes? 4. Por que será que é assim essa assistência? 5. O que podemos fazer para tentar mudar esse quadro?

O que é planejamento reprodutivo?

É um conjunto de ações que orienta a pessoa tanto para ter filhos (concepção) quanto para prevenir uma gravidez indesejada (anticoncepção).

Atenção

A primeira relação sexual está acontecendo cada vez mais cedo. É muito importante que adolescentes e jovens estejam informados sobre sexo seguro, incentivando-se o uso da camisinha masculina ou feminina em todas as relações sexuais. A camisinha é o único método de dupla proteção, já que protege tanto contra as DSTs / AIDS, como previne eventual gravidez indesejada, embora, para este último objetivo, o ideal seja o uso combinado de dois métodos, como, por exemplo, a camisinha associada à pílula para garantir segurança contra a gravidez não planejada.

Contracepção e gravidez na adolescência

Os adolescentes de ambos os sexos podem ter experiências sexuais. No entanto, muitos adolescentes sexualmente ativos não estão devidamente informados sobre a contracepção, a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a AIDS).

Os métodos anticoncepcionais são meios de que as pessoas dispõem para evitar a gravidez. Existem métodos femininos e masculinos. Os métodos podem ser *reversíveis*, quando a pessoa, após parar de usar, volta a ter a capacidade de engravidar, ou *irreversíveis*, como a ligadura de trompas uterinas na mulher e a vasectomia no homem, que, após serem realizados, torna muito difícil recuperar a capacidade de engravidar. Os métodos irreversíveis não são recomendados para adolescentes: é preciso ter capacidade civil plena, mais de 25 anos e pelo menos dois filhos.

A escolha do método anticoncepcional

Entre os diversos tipos de métodos anticoncepcionais existentes, vamos nos concentrar nos *reversíveis*: pílulas anticoncepcionais, pílula anticoncepcional de emergência, injeções anticoncepcionais, camisinha masculina e feminina, espermicidas, dispositivo diafragma, dispositivo intrauterino, tabela, muco cervical, temperatura basal, sintotérmico (combina os dois anteriores), coito interrompido, método da amamentação, ligadura de trompas, vasectomia.

O anexo 2 apresenta um pequeno guia para orientar o uso dos métodos de contracepção mais comuns e acessíveis na rede pública de saúde e considerados eficientes.

Atenção

- 1. adolescentes que amamentam não podem usar injeção mensal, nem pílula combinada (que são dois remédios), pois seca a produção de leite. Existem, porém, métodos próprios para quem está amamentando e ainda não menstruou e para aquelas que amamentam e já menstruaram que podem ser informados nos serviços de saúde.*
- 2. o melhor método para uma pessoa usar é aquele que a deixa confortável e que melhor se adapta ao seu modo de vida e à sua condição de saúde. É importante procurar um serviço de saúde para obter mais informações sobre os métodos anticoncepcionais.*
- 3. os problemas relacionados à contracepção incluem o uso irregular da pílula anticoncepcional; a relação sexual não programada e espontânea, que complica o uso de contraceptivos; as preocupações sobre o uso de contraceptivos orais; e a limitação das opções de métodos contraceptivos (para que a (o) adolescente saiba como colocá-lo, é necessário que a primeira colocação do diafragma seja realizada em um serviço de saúde).*

A orientação e a educação familiar em relação à sexualidade e à saúde sexual e reprodutiva são fundamentais para adolescentes de ambos os sexos e muito úteis para diminuir a vulnerabilidade frente às doenças sexualmente transmissíveis e mesmo para prevenir uma gravidez não planejada, que poderia levar a um aborto inseguro e risco de vida para a mãe, já que o aborto continua sendo proibido, exceto em casos muito especiais, como estupro.

Aqui temos um ponto que você deve trabalhar aprofundadamente com os adolescentes, com o objetivo de que eles tenham a oportunidade e a capacidade de usar os recursos disponíveis que permitam que eles escolham o que querem para si, sem serem atropelados pelos seus hormônios, pela cultura do aqui e agora, do imediatismo, pelos enormes riscos ligados ao aborto clandestino e pelas limitações impostas por um filho não planejado no meio da adolescência, aliados à desinformação. Entretanto, deve-se lembrar que o(a) adolescente, ainda assim, com todas essas situações listadas acima, pode *querer e decidir* ter um filho. Cabe a ele e a ela responsabilizarem-se e cuidarem do filho, sendo protegidos pela família, pela sociedade e pelo Estado.

ATIVIDADE 7 – A gravidez de adolescentes e a comunidade

Para o desenvolvimento desse tema, oriente os jovens a se reunirem em grupos para discutir fatores que influenciam na ocorrência de gravidez em adolescentes naquela comunidade. Organize-os em grupos mistos, com quatro a seis pessoas, e solicite que respondam as perguntas a seguir, escolhendo um representante para falar ao Coletivo, sobre as conclusões, ponderações e sugestões a que o grupo chegou. 1) Por que, mesmo com tanta informação disponível, ocorrem ainda tantos casos de gravidez adolescente, tantos abortos clandestinos? 2) Que fatores influenciam e influenciaram tantos jovens, que acabaram tendo suas vidas alteradas por uma gravidez não planejada e não desejada naquele momento?

Outra atividade interessante aqui seria realizarem um debate sobre os fatores que podem levar a um aborto, a questão legal que o envolve, suas consequências e o que pode ser feito pelos e pelas adolescentes para evitá-lo. Abre-se para discussão sobre o assunto, tentando ao final mostrar como é uma discussão *muito* difícil e como é tão mais fácil e viável simplesmente prevenir a gravidez não planejada.

Violência Sexual

Vimos, anteriormente, que a violência sexual é a manifestação extrema do domínio de uma pessoa sobre a outra. Deve ser contextualizada em cada sociedade em função das diferenças de poder de gênero, classes sociais e etnias. No entanto, não existe especificidade cultural, por mais excêntrica que seja, que justifique a sua ocorrência. As mulheres estão mais sujeitas à violência porque ainda persiste a ideia derivada do machismo e do sistema de patriarcado de que devem ocupar uma posição de subordinação ao homem. A mulher está mais vulnerável à violência masculina. Embora a violência sexual possa atingir também meninos e adolescentes do sexo masculino, ela é mais comum contra adolescentes de sexo feminino. A violência sexual em todas as suas manifestações – estupro, abuso sexual, atentado violento ao pudor, assédio sexual, agressões sexuais, bem como os maus-tratos – são, em sua maioria, praticados por homens da própria família, pais, padrastos, tios, ou alguém próximo à família, embora não seja incomum a participação de mulheres como autoras desses tipos de violência. Vejamos algumas estatísticas:

• *em 2001/2002 (BEMFAM, 2001; UNICEF, 2002), 32,8% dos (as) adolescentes brasileiros (as) com faixa etária entre 12 e 17 anos já haviam tido relações sexuais. Desses, 61% eram homens e 39% mulheres. Segundo o IBGE (2000), 9,5% dos jovens entre 15 e 19 anos (82% mulheres e 18% homens) vivenciam algum tipo de união, com vida sexual ativa. Entre os(as) jovens de 20 a 24 anos, 36,5% estavam em uniões conjugais, sendo a maioria de mulheres (62%). (Ferreira e Portella, 2005).*

As causas e consequências da violência, porém, diferenciam-se também por sexo. Enquanto entre homens os agressores em geral são desconhecidos, entre as mulheres é mais frequente que os agressores sejam homens próximos das vítimas. É no espaço doméstico onde ocorre a maioria dos casos de violência – física, psicológica e sexual – entre mulheres. As consequências da violência sobre a saúde sexual e reprodutiva são muito mais significativas entre mulheres. Pesquisa da OMS (2000) demonstrou relação entre violência doméstica e agravos à saúde sexual e reprodutiva: mulheres em situação de violência, quando comparadas àquelas que não vivenciam violência, apresentam um pior quadro de saúde (Ferreira e Portella, 2005). Outros estudos, como veremos a seguir, associam a ocorrência de gravidez entre adolescentes de 10 a 14 anos à violência sexual, frequentemente cometida por pais e padrastos.

É comum a revelação ocorrer quando alguém da família “percebe” algo diferente ou quando a menina aparece grávida. Um estudo realizado pelo Dr. Jefferson Drezett (2000 *apud* Cavasin *et al*, 2004), no Hospital Pérola Byington, de São Paulo, mostra que dos 1.200 casos notificados no serviço, em 84,5% dos casos de violência sexual contra a criança o agressor era conhecido (em 21,6% dos casos o pai era o agressor; em 16,7%, o padrasto; em 11,6%, o tio; em 16,7%, o vizinho; e em 21,7%, outro conhecido da família). (Portella, 2005, p. 24).

Atenção

O Serviço de Atendimento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que surgiu do antigo Programa Sentinela é uma opção de serviço a ser buscada nesses casos para atender às pessoas vítimas de violência sexual. Por outro lado, lembramos que participar ou ter participado desse programa ou do Programa Sentinela habilita o jovem a ter uma vaga no Projovem Adolescente. Existe também um Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (é só discar o número 100, a ligação é gratuita).

Violência de Gênero

A violência contra a mulher constitui-se em importante problema de saúde pública, com estatísticas crescentes e assustadoras, precisando ser enfrentado urgentemente de forma intersetorial pelo Estado, inclusive pelos serviços e profissionais de saúde. Reflete as desigualdades históricas das relações de poder entre homens e mulheres, remontando ao abuso de poder característico ainda do patriarcado e ainda ocorrendo de forma residual e desequilibrada devido às mudanças na correlação de poder entre homens e mulheres observadas desde o início dos movimentos feministas.

Atinge a mulher, independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social. Tem um impacto tão grande na vida de meninas, adolescentes e mulheres, que é responsável por um em cada cinco anos potenciais de vida saudável perdidos, considerando-se apenas a violência sofrida na esfera doméstica. O efeito além do ataque à integridade física e à vida da mulher, é social e psicológico, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e autoestima delas. As meninas e adolescentes estão sujeitas a uma dupla desqualificação, de gênero e geracional, por serem do sexo feminino e por não serem adultas, além de terem menos recursos para defenderem-se de agressões. Muitas vezes a mulher agredida é fruto ou continuidade de uma menina e adolescente que foi criada em meio a agressões, o que traz uma consequência negativa da *naturalização* desse estado de coisas. Algumas mulheres passam a acreditar que o mundo é assim mesmo, o que mina suas possibilidades de reverter a situação e mina coletivamente as possibilidades de resistência e reação a essa cultura.

Historicamente, à *violência doméstica e sexual* somam-se outras formas de violação dos direitos das mulheres: a diferença de remuneração pelo trabalho em relação aos homens; o tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde; o assédio sexual no local de trabalho. Essas discriminações e sua invisibilidade agravam os efeitos da violência física, sexual e psicológica contra crianças e adolescentes do sexo feminino e depois na mulher.

Relação de Gênero

Para chegar até aqui, já tocamos neste tema por várias vezes, na maior parte delas relacionado à violência, ao abuso de poder, às reminiscências (restos, sobras) ruins do patriarcado, do poder patriarcal e do abuso sexual. Voltaremos a esse tema quando trabalharmos o tema da morbidade e mortalidade entre adolescentes. Por ora, vamos propor uma atividade para saber melhor o que os adolescentes pensam de fato sobre isso, sobre o que significa ser uma adolescente do sexo feminino e o que significa ser um adolescente do sexo masculino e como se dá o encontro entre os dois.

ATIVIDADE 8 – Como eu vejo o adolescente do sexo oposto?

1) A proposta desta vez é separar os adolescentes do Coletivo em dois grandes grupos, divididos por sexo e cada um com uma tarefa muito difícil. Cada grupo responderá, tendo que desenvolver argumentos para sustentar o que dizem, o que é ser um adolescente do sexo oposto àquele do grupo, ou seja, o grupo das adolescentes do sexo feminino responderá o que para elas é ser um adolescente do sexo masculino nos dias de hoje e vice-versa, os homens respondendo o mesmo sobre as adolescentes.

2) Depois, cada grupo dirá o quanto o outro acertou, abrindo para uma rodada geral de debate, que deve ficar bastante acirrado. O Orientador, se possível, deve propor, ao final da discussão, a questão do encontro entre essas duas formas de ser. Qual seria a relação ideal?

4. Saúde oral: saúde da boca, saúde da gente

O objetivo deste tópico é dar atenção à saúde bucal como fator importante para apresentar-se no/ao mundo e ganhar em autoestima.

No crescimento e desenvolvimento saudável de adolescentes, além das questões de saúde sexual e saúde reprodutiva, é importante que se tomem outros cuidados com a saúde, como, por exemplo, o controle das doenças imunopreveníveis (doenças que podem ser prevenidas pela vacinação), porque vacina não é coisa só de criança. Doenças que não foram tratadas ou prevenidas na infância continuam na adolescência e outras podem aparecer quando a desinformação dos adolescentes os deixa vulneráveis a elas. Vamos conhecer e discutir algumas delas?

Saúde da boca, saúde da gente

O cuidado com a *saúde oral*, considerando-se a atenção integral ao adolescente, constitui um componente importante na melhora da qualidade de vida. Devem-se levar em consideração os seguintes aspectos: a) o papel da família e da comunidade na promoção à saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento precoce das doenças prevalentes; b) o cuidado com as situações de risco no estudo e na solução dos problemas de saúde; c) a importância de capacitar jovens multiplicadores em ações de promoção da saúde; e d) o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de educação, prevenção, recursos físicos e materiais.

A melhor maneira de os adolescentes manterem um sorriso bonito e dentes saudáveis é continuar a manter os bons hábitos orais iniciados durante a infância.

ATIVIDADE 9 – Hábitos e problemas de saúde oral

1) Leia para os jovens cada um dos itens listados a seguir relativos aos cuidados com a saúde oral. Pergunte se eles os praticam e por que o fazem ou deixam de fazê-lo. A cada dificuldade ou aparente impossibilidade com cada um dos cuidados que forem sendo apresentados por algum dos membros do grupo, solicite que pensem todos juntos em soluções para aqueles problemas específicos. Por exemplo, um adolescente diz que não tem pasta de dente em casa, pois sua mãe não compra, alegando que não tem dinheiro. Ele tem que aceitar essa situação? Ficar com os dentes ruins e não poder mais sorrir sem ficar envergonhado?

2) Como o Coletivo, dividido em pequenos grupos, pode contribuir para resolver essa situação ou outras parecidas? Que pensem em soluções e depois, caso seja escolhida a divisão em pequenos grupos, cada grupo, através de um representante, relata ao Coletivo, havendo ao fim um debate entre todos.

A seguir estão enumerados alguns cuidados fundamentais para uma boa saúde oral, que devem ser trabalhados de modo interativo com os jovens, tirando-se dúvidas e pensando coletivamente a melhor solução diante de alguma dificuldade: 1. escovar os dentes duas vezes por dia com uma pasta dental com flúor para remover a placa bacteriana (uma espécie de placa que acaba reunindo bactérias colocando os dentes, a saúde bucal e o hálito em risco). A placa bacteriana é a principal causa da cárie dentária e das doenças gengivais; 2. Usar o fio dental diariamente para remover a placa bacteriana entre os dentes e abaixo da linha da gengiva. Se a placa bacteriana não for removida diariamente, pode endurecer e transformar-se em tártaro – uma estrutura rígida, desagradável e amarelada e progressivamente nociva para a saúde da boca e dos dentes, já que vai aumentando e se aprofundando;

3) Limitar a ingestão de alimentos açucarados e com hidratos de carbono (contidos em cereais, raízes, tubérculos, leguminosas, vegetais e frutos e produtos láteos); 4. Visitar o serviço de saúde regularmente para fazer uma destartarização e uma consulta de rotina.

Atenção

Se esta última recomendação causar comoção, dúvida, perplexidade, confusão entre os jovens ou algum sentimento de ser algo inadequado de ter sido mencionado, questionar isso com eles, por que estão tendo essa reação? Não tem o serviço em sua comunidade, nem em cidades próximas? O que fazer então para que esse serviço seja disponibilizado pelo Estado? Pensar em planos de ação para movimentos preparatórios, mas especialmente para o segundo Ciclo. Será que um abaixo-assinado com a assinatura de quase todos do bairro pode ajudar? Como e para quem poderemos encaminhar esse documento? E como faremos o acompanhamento de seu trâmite e a cobrança de respostas rápidas?

Os problemas dentários podem acontecer durante a adolescência. Estar bem informado sobre os assuntos que influenciam a saúde oral auxilia no autoconhecimento, no autocuidado e na autoestima, o que acaba tendo um efeito de cuidado também com o outro, já que manter sua boca saudável significa que, ao beijar alguém, será mais prazeroso e você terá menos chance de passar algum problema para essa pessoa. Devemos aqui associar dois ou três temas com que temos trabalhado: sexo, DSTs, e saúde oral – como acontece isso? Quando ocorre a prática de sexo oral, a boca, especialmente quando a saúde da boca não está mantida, funciona como porta de entrada para DSTs, como por exemplo, a AIDS. Por isso recomenda-se o uso da camisinha também para o sexo oral. A associação de adolescente com problemas de saúde oral, com outro adolescente portador de DSTs / AIDS, fazendo sexo oral sem proteção, trará grande chance de contaminação do primeiro.

As *Doenças orais na adolescência* mais prevalentes são as cáries e a doença periodontal, que atinge os tecidos da boca, como a gengiva, por exemplo. Atingem a impressionante cifra de 95% da população. A *cárie dental* é uma doença que destrói os tecidos duros do dente e tem causas múltiplas, entre as quais a placa bacteriana cariogênica (que contém bactérias causadoras de cárie), a quantidade e a qualidade de saliva, a dieta, fatores biológicos inerentes ao indivíduo e outros relacionados à idade, à conduta e à disponibilidade de cuidados de saúde.

ATIVIDADE 10 – Os serviços de saúde e a saúde oral

Etapa 1: Visitando os serviços de saúde

Estimule para que façam uma pesquisa junto ao estabelecimento de saúde mais próximo para tirar a dúvida sobre os últimos itens relatados.

Etapa 2: Socializando as informações

No próximo Encontro sobre o tema transversal da saúde, dois grupos de cinco jovens expõem ao grupo grande as informações obtidas nas visitas, buscando-se integrá-las num conhecimento mais ampliado sobre o tema.

Dica

Essa dinâmica deve ser repetida, quando for possível, para os outros itens em relação aos quais houver estranhamento.

Elementos importantes para a saúde oral

Fumar – Se não fuma, não comece. Juntamente com outros problemas de saúde, o tabaco mancha os seus dentes e gengivas. Fumar, a longo prazo, aumenta o risco de desenvolvimento de cancro oral e doenças gengivais. Se você fuma, comunique ao seu dentista ou médico, informando-lhes caso perceba algum problema oral.

Halitose – Significa “ter mau hálito”. O mau hálito pode ter diversas causas, desde má escovação dos dentes e língua (sim, tem que escovar também a língua, principalmente de manhã), problemas com a saúde bucal, até problemas extrabucais, os mais variados. Deve-se buscar logo a solução para esse problema, que às vezes é muito simples, uma vez que a maior causa é a escovação inadequada, pois ele traz com frequência sérios transtornos interpessoais para quem sofre dele, passando muitas vezes a evitar o contato com os outros. Acaba dificultando as relações afetivas, contribuindo para baixar a autoestima e pode levar à depressão, ou seja, os prejuízos psicossociais podem se tornar grandes para um problema que pode ter simples solução. Procurar o serviço de saúde é um bom começo, para que seja diagnosticada a causa.

Nutrição – A nutrição desempenha um papel importante na sua saúde oral. Os açúcares e os hidratos de carbono existentes em muitos alimentos e bebidas suportam a formação da placa bacteriana que destrói o esmalte do dente. Deve-se limitar a quantidade de alimentos e bebidas que contenham açúcares e hidratos de carbono, porque os seus dentes são atacados por ácidos durante 20 minutos ou mais, quando se ingere tais alimentos. Fazer uma dieta equilibrada que contenha os cinco grupos alimentares (os cereais, as hortaliças, as frutas, o leite e as carnes) pode trazer uma grande diferença na sua saúde oral. Para as pequenas refeições, escolha alimentos nutritivos como queijo, vegetais crus, iogurte natural ou fruta.

Disfunções na alimentação – A bulimia (vômito depois de ingerir comida) e a anorexia (um medo aumentado de ganhar peso, frequentemente resultando no vômito) são desordens muito sérias que afetam diretamente os dentes por erosão do esmalte dentário. Enquanto o dentista pode corrigir um esmalte dentário deteriorado, já não consegue tratar essa desordem na alimentação – que pode ameaçar a vida de quem dela sofre. Essas disfunções devem ser tratadas com tratamento psicológico. Se achar que tem, ou pode vir a ter, alguma disfunção alimentar, procure atendimento com urgência no estabelecimento de saúde com médico ou com um psicólogo, se existirem esses profissionais no Posto de Saúde.

Dica

Para todos os casos acima, sugerimos adotar uma posição de falar o nome do problema e perguntar se alguém sabe sobre o que você está falando. Escute os adolescentes, dê tempo para que possam ir construindo uma resposta coletiva, juntando diversas contribuições que forem surgindo. Pergunte – cuidado aqui para não ser indiscreto, invasivo, para não submeter ninguém à situação de vergonha – se conhecem situações de pessoas com problemas de saúde oral e como essas pessoas resolveram seus problemas. Se a pessoa não conseguiu resolver, de novo, como fazer diferente para tentar chegar a outro desfecho, caso eles precisem resolver algum problema de saúde bucal?

ATIVIDADE 11 – Atualizando o mapa da Saúde: fatores protetores e fatores de risco e vulnerabilidade no território.

Material de apoio

Mapa com o bairro onde funciona o Coletivo e bairros adjacentes; pincéis atômicos verde e vermelho; uma folha grande de papel pardo, folha grande papel manteiga.

O Objetivo é retomar com os jovens o instrumento usado no Percurso Socioeducativo I para caracterização das vulnerabilidades sociais do território em que vivem e que têm impacto nas condições de vida e de saúde e verificar as mudanças ocorridas desde que iniciaram a elaboração do mapa.

Dicas

Lembre-se que no Percurso Socioeducativo I o mapa do território foi elaborado considerando:

- a) Fatores protetores: serviços públicos de qualidade (Educação, Saúde, Assistência Social, entre outros), possibilidades de lazer e culturais, oferta de trabalho digno, associativismo comunitário;*
 - b) Fatores de risco e vulnerabilidade: focos de prostituição, de venda e consumo de drogas; trabalho degradante; trabalho infantil; travessia de autoestrada sem passarela ou sinal de trânsito, locais ermos e sem policiamento, iluminação pública precária, manipulação política da população, entre outros fatores.*
- O território deve ser mapeado, apontando em vermelho, os locais do bairro onde se encontram fatores de risco à saúde, e em verde, os locais onde prevalecem fatores protetivos.*

Levantar com os jovens a fotografia atual do território e comparar com a fotografia inicial, desenvolvida no Percurso Socioeducativo I. Verificar se houve avanços e recuos e onde ocorreram e que situações permaneceram iguais. Debater em pequenos grupos os motivos dos avanços e os motivos dos recuos, bem como os motivos que levaram alguns pontos a ficarem na mesma, sejam positivos ou negativos, ou seja, verificar o que foi capaz de manter pontos positivos, de proteção, em funcionamento e o que levou pontos negativos, de risco, a persistirem.

Orientador Social, você deve ajudar a levantar com os jovens as listas de ações que devem ter sido criadas, a cada Percurso, sobre o que já estava sendo feito, ou o que poderia ser feito para transformar pontos vermelhos em neutros ou em verdes, manter e fortalecer os pontos verdes. Bem como levantar se havia algum movimento de pontos neutros ou verdes para vermelhos ou neutros, procurando entender esse movimento e levantar possibilidades de reversão deste último movimento. Elaborar, então, com os jovens um quadro para cada Percurso Socioeducativo com as ações levantadas e o que aconteceu com cada uma dessas ações – esta atividade deve ser desenvolvida com muita atenção, pois será central na condução do Ciclo II de trabalho do Projovem.

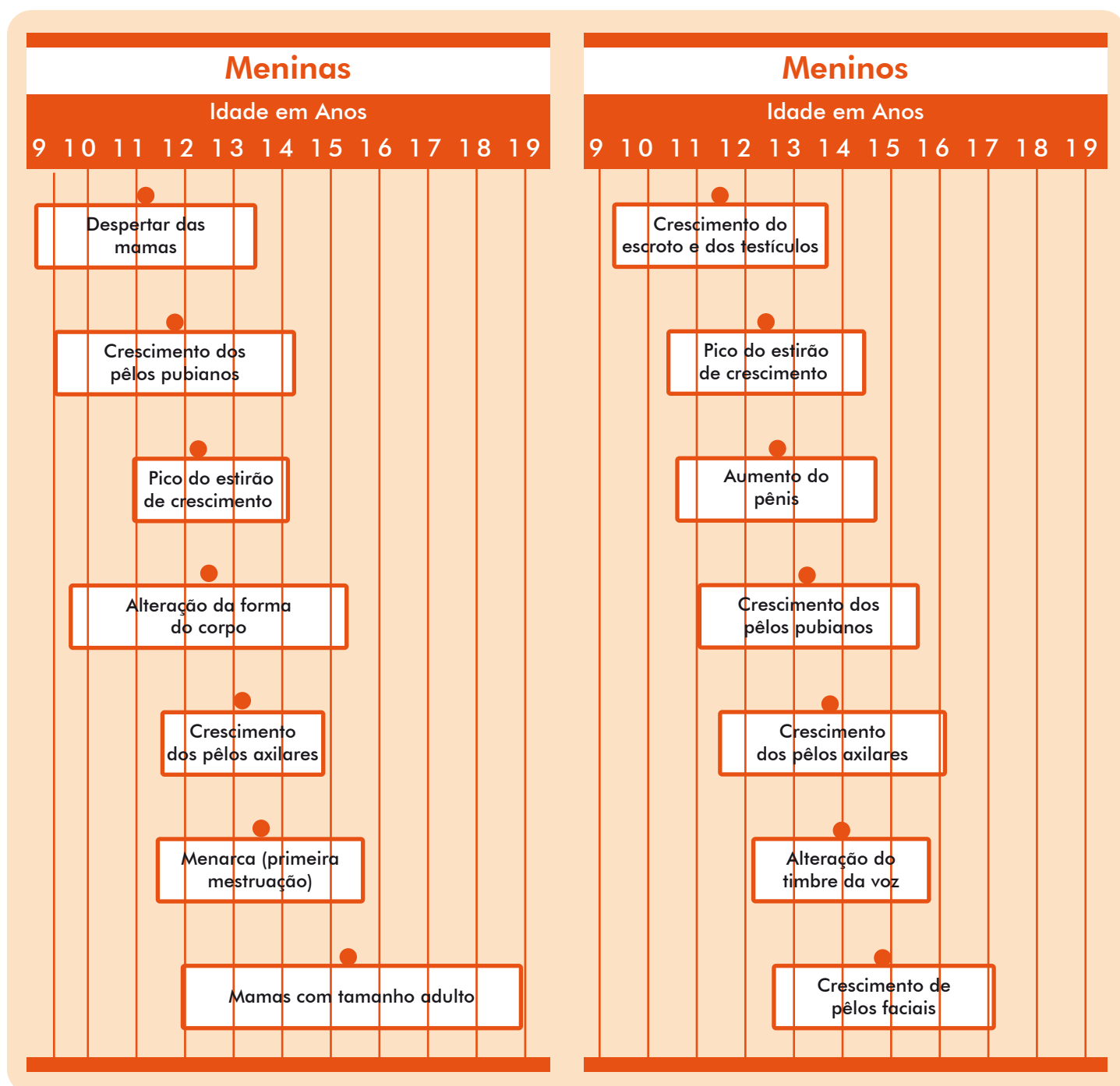
Sugerimos que você divida os jovens em quatro grupos e cada grupo se encarregue de fazer o levantamento de cada um dos Percursos Socioeducativos. Depois, no grupo grande, veremos como caminharam as ações através dos Percursos.

No caso da tarefa de elaboração do mapa do território e levantamento de ações não ter sido desenvolvida no Percurso anterior, a tarefa continua sendo a de dividir o Coletivo em quatro grupos para pensarem sobre por que não realizaram esta atividade tão importante para o Coletivo e para os territórios em que habitam. O segundo passo deste plano alternativo à atividade proposta será ver o que conseguem ainda realizar tanto do mapa, como das ações em andamento e que podem ser propostas pelo Coletivo. Sugerimos que você, Orientador, dê o tempo que for preciso para que os jovens se empenhem e mergulhem profundamente nesta tarefa, sempre com seu auxílio, lembrando novamente que este mapa será de extrema importância como eixo do Ciclo II.

Anexo 1 – Etapas do Desenvolvimento Sexual

Etapas do Desenvolvimento Sexual

Durante a puberdade, o desenvolvimento sexual geralmente ocorre numa sequência determinada. O momento em que uma alteração começa varia de uma pessoa a outra, mas sempre ocorre dentro de uma faixa etária determinada, indicada por um retângulo no diagrama abaixo. A idade média na qual a alteração inicia é indicada por um círculo.



Anexo 2 – Métodos Anticoncepcionais

Vejam os seguintes um pouco dos métodos anticoncepcionais de uso mais comum, encontrados na rede pública de saúde e consideravelmente eficientes. Depois veremos o que pode fazer quem não tiver acesso aos primeiros métodos descritos.

A *camisinha* masculina ou feminina deve ser usada em todas as relações sexuais, independentemente do uso de outro método anticoncepcional, pois a camisinha é o único método que oferece dupla proteção, ou seja, protege ao mesmo tempo das doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e da gravidez não desejada.

Camisinha Masculina: a camisinha funciona como uma barreira. O esperma ejaculado pelo homem fica retido na camisinha, assim os espermatozoides não entram no corpo da (o) parceira (o). A camisinha masculina é eficaz para proteger da gravidez e de DST/HIV/AIDS, quando usada em todas as relações sexuais, antes de qualquer contato do pênis com a vagina, com o ânus ou com a boca. A maioria das camisinhas vem lubrificada. Cuidados importantes com a camisinha:

- guardar a camisinha em local seco e fresco;
- a camisinha não deve ficar exposta ao sol e ao calor;
- não carregar a camisinha permanentemente na carteira, no bolso da calça, na agenda, onde o calor e os movimentos podem rasgar o envelope ou ressecá-lo;
- não abrir a embalagem com os dentes, unha ou tesoura, a embalagem já vem picotada nas laterais para facilitar sua abertura;
- não usar lubrificantes oleosos, como vaselina ou manteiga;
- nunca se devem usar duas camisinhas ao mesmo tempo, nem masculina com feminina, nem duas masculinas, nem duas femininas, pois o risco de rompimento é maior;
- verificar o prazo de validade e se tem o carimbo do Inmetro, que determina a qualidade da camisinha;
- antes de usar, verificar se a embalagem não está furada.

Quando a camisinha rompe ou ocorre vazamento do esperma, a mulher pode tomar a pílula anticoncepcional de emergência para evitar a gravidez. Essa pílula pode ser adquirida nos serviços de saúde.

Camisinha feminina: é um tubo feito de plástico macio, fino e resistente, que já vem lubrificada e que se coloca dentro da vagina, para impedir o contato do pênis com a vagina. A camisinha feminina é eficaz para proteger da gravidez e de DST/HIV/AIDS, quando usada em todas as relações sexuais, antes de qualquer contato do pênis com a vagina. A camisinha feminina dá maior autonomia à mulher sobre seu corpo e sua vida sexual, quando as mulheres têm dificuldade de negociar o uso da camisinha masculina com o parceiro. Funciona como uma barreira, recebendo o esperma ejaculado pelo homem na relação sexual, impedindo a entrada dos espermatozoides no corpo da mulher. A camisinha feminina deve ser usada em todas as relações sexuais, mesmo durante a menstruação, antes de qualquer contato da vagina com o pênis. Pode ser colocada na vagina imediatamente antes da penetração ou até oito horas antes da relação sexual. A camisinha feminina, quando é bem colocada, não incomoda nem diminui o prazer sexual.

A Pílula tem que começar a ser tomada no 1º dia da menstruação e normalmente por 21 dias (periodicidade mais comum – confirmar esta informação com o tipo de pílula usada). Não se pode antecipar ou atrasar o horário de tomar a pílula por mais de 12 horas. Um bom recurso é tomá-la sempre de manhã, pois se houver esquecimento, ela pode ser tomada durante o dia. Ocorrendo um atraso de 12 horas ou mais do horário em que devia ter tomada, deve-se associar (passar a usar também) a camisinha até terminar a cartela. **Vale lembrar que a pílula não protege contra DSTs e AIDS. Use sempre camisinha.**

Anticoncepcional injetável mensal: deve ser aplicado do 1º ao 5º dia a partir do início da menstruação. A partir de então, deve ser aplicado sempre neste dia, nos meses seguintes. Ocorrendo um atraso maior que três dias na aplicação, o método deixa de ser confiável neste mês (do atraso), sendo necessário (neste mês) associar outro método, como a camisinha. **A injeção não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha.**

Injeções trimestrais: neste método, o efeito de contracepção só é obtido após 15 dias. Pode haver sangramento irregular no início (até três meses depois de iniciado o uso), que costuma ser diário e escuro; depois não tem nem mais sangramento nem menstruação (é o único método disponível na rede que suprime a menstruação). Deve ser aplicada, conforme o próprio nome indica, de três em três meses. **A injeção não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha.**

DIU TCU 380: de cobre – dura 10 anos. Não deve ser usado por adolescentes que tenham múltiplos parceiros, que tenham malformações uterinas, doença inflamatória pélvica ou parceiro com múltiplas parceiras, ou ainda que sejam portadoras de HIV ou outra imunodeficiência (deficiência do sistema imunológico, sistema de defesas do organismo). **O DIU não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha.**

Minipílula: método adequado para adolescentes no pós-parto, que tem amamentação exclusiva (o filho não pode estar comendo papinhas, sucos, nada além do leite materno) até 6 meses depois do parto ou até a primeira menstruação depois do parto. Após um desses casos, o que vier primeiro, perde o efeito, sendo necessário trocar de método. **A minipílula não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha**

Pílula anticoncepcional de emergência: pílulas deste tipo podem ser tomadas até 72h após a relação sexual e, dependendo da rapidez com que for ingerida, têm o poder de evitar em até 98% a probabilidade de a gravidez acontecer. Efeitos colaterais desagradáveis poderão ser observados. Bastam dois comprimidos: o primeiro deve ser tomado o mais rápido possível, depois do sexo sem proteção, e o segundo deve ser ingerido 12 horas depois do primeiro. Efeitos: se a fecundação ainda não aconteceu, a pílula dificulta o encontro do espermatozoide com o óvulo. Se ela já ocorreu, a pílula provoca uma descamação do útero, impedindo a implantação do ovo fecundado. Dessa forma, a mulher não chega a ficar grávida: a pílula do dia seguinte previne a gravidez e não provoca o aborto. Algumas mulheres podem ter reações desagradáveis ao ingerir o medicamento, como náuseas e vômitos. Só deve ser usada em casos de emergência. **A pílula não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha.**

Caso o indivíduo não tenha acesso a nenhum dos métodos acima, poderá usar o *método de tabela* – A adolescente ou mulher que quiser utilizar este método deve ser orientada a marcar em um calendário, durante pelo menos seis meses, o primeiro dia de cada menstruação, para verificar o número de dias que durou cada ciclo menstrual e, com esses dados, calcular o período fértil, com a ajuda de um profissional de saúde. Para evitar a gravidez, no período fértil o casal não deve ter relação sexual com penetração vaginal. E o homem não deve ejacular próximo à entrada da vagina, como, por exemplo, na coxa, no períneo ou na virilha. A tabela não é indicada após o parto ou durante a amamentação, ou para adolescentes e mulheres na pré-menopausa que estejam apresentando ciclos menstruais irregulares. No período fértil, o casal pode namorar, trocar carícias, desde que tenha os cuidados necessários para que não haja contato do pênis com a vagina.

A adolescente precisa ter ciclos regulares (menstruações sempre com o mesmo intervalo de dias entre uma e outra). O dia fértil ocorre 14 dias antes da menstruação seguinte. É necessário que a adolescente faça uma pausa de três dias antes e três dias depois do dia fértil totalizando 7 dias de abstinência sexual. A eficácia da tabela aumenta se associada ao *coito interrompido* (que é quando o adolescente do sexo masculino goza fora). O sucesso do método do coito interrompido depende do controle preciso do momento da ejaculação, sendo que adolescentes normalmente não têm este controle porque estão em fase de descoberta do próprio corpo e da sexualidade. Mesmo que a ejaculação ocorra fora do corpo da menina, sempre ocorre a passagem de espermatozoides antes do momento da ejaculação. **A tabela não protege de DST/HIV/AIDS. Use sempre camisinha.**

4.3. JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

No Percurso Socioeducativo I, buscou-se, partindo do desenvolvimento de conceitos e atividades, relacionando os direitos à cidadania, contribuir para o autorreconhecimento do jovem e para o reconhecimento do outro para a construção das condições de convívio e de trabalho coletivo, com vistas ao desenvolvimento do Serviço Socioeducativo.

Neste segundo Percurso Socioeducativo, vamos buscar afinidades dentro do grupo de adolescentes do Projovem e explorar a diversidade do território brasileiro – os diferentes grupos de pessoas que aqui moram e o que os torna singular, notando que temos o direito de ser diferentes e que essencialmente somos todos humanos, todos iguais apesar das diferenças.

1 – Diversidade e igualdade

O objetivo deste tópico é explorar a diversidade e as diferenças que singularizam os indivíduos para a ampliação da percepção da igualdade da essência humana.

Depois que o grupo se apresentou e se conheceu um pouquinho mais, uma questão interessante de ser trabalhada é a seguinte: “Somos todos completamente iguais?” Claro que não. Há os homens e as mulheres. Alguns gostam de homens, outros de mulheres, outros dos dois, ainda outros sabem que nasceram dentro de um corpo do sexo contrário ao sexo a que se sentem pertencer. Alguns moram no campo, outros na cidade e as atividades que exercemos são as mais diversas. Algumas pessoas nasceram com limitações ou tiveram doenças e acidentes que as causaram: não podem falar, ou enxergar, têm dificuldades de se locomover ou outras limitações físicas e mentais. A cor da pele de cada um varia também: pode ser amarelada, avermelhada, escura, clara, ou até uma mistura disso tudo. Tem gente que não acredita na existência de Deus, tem gente que acredita e, entre os que acreditam a fé toma diversos caminhos e são variadas as formas de praticá-la. Ou seja: temos muitas diferenças. Entretanto, mesmo com tantas diferenças, somos todos humanos. Aí está a chave da questão: todos temos a mesma essência humana e dela decorre o reconhecimento de que todos temos o direito a igual dignidade e respeito. Nesse sentido moral, somos, sim, todos iguais. Temos inclusive o direito a sermos diferentes uns dos outros. E isso é muito bom.

O Brasil é o quinto maior país do mundo, tanto em população como em extensão, tendo uma área de 8.514.876,599 km² de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em um país tão grande, habitado por tanta gente, seria muito estranho se todos fossem absolutamente iguais, morassem do mesmo jeito, exercessem as mesmas atividades, tivessem uma única forma de ver e experimentar a realidade. Ainda bem que isso não acontece mesmo. O Brasil é formado por pessoas das mais diferentes tradições, compondo vivências que, juntas, constituem a riqueza da diversidade do país.

ATIVIDADE 1 – O Brasil em colcha de retalhos

Material de apoio

Pedaco de papel (craft, pardo ou similar) em tamanho grande (3 x 2 metros) para desenhar o mapa; folhas de papel ou cartolina para a confecção dos símbolos a serem colocados em lugares variados sobre o mapa; pincéis atômicos (cores variadas), canetinhas, lápis de cor, tinta guache.

A ideia é, ao fim, montar com os jovens uma colcha de retalhos do Brasil. Desenhe em uma cartolina grande o mapa do Brasil e pregue, nas regiões adequadas, símbolos relativos aos diferentes habitantes. Para isso antes os símbolos têm que ser decididos. Por exemplo, para uma comunidade que se define pela pesca pode ser utilizado o desenho de um peixe. Para outros, o desenho da mandioca, do babaçu, do boi... Podem ser utilizadas também cores, para indicar a presença de negros, brancos, pardos, e ocas ou arco e flechas, para indicar índios. Enfim, vai depender das características econômicas, culturais e étnicas que possam representar o povo que queremos abordar, sempre lembrando que os símbolos são somente representações visuais daquela população e que, na verdade, todas as culturas têm muito mais a oferecer. Quando o mapa estiver pronto, vai ser possível aos jovens visualizar os diferentes tipos de pessoas e a forma como se inserem no território.

Os **povos indígenas** são os habitantes mais antigos do território brasileiro. De acordo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, hoje, no Brasil, vivem cerca de 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades indígenas, mais 67 grupos de índios isolados (que não têm contato com outros povos indígenas nem com outras parcelas da sociedade brasileira), perfazendo cerca de 0,25% da população brasileira. Pelo menos 180 línguas diferentes são faladas pelos membros dessas sociedades. Cabe esclarecer que esse dado populacional considera tão somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além desses, há entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Existem também grupos que estão reque-rendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista. A maior parte dos índios está nos estados do Norte e Centro-Oeste, mas existem povos indígenas em todos os estados do Brasil, exceto em dois: Piauí e Rio Grande do Norte.

Os **africanos**, que chegaram ao Brasil na condição de escravizados, vieram de regiões distintas da África, tendo por principais etnias os Bantos (Angola, Golfo da Guiné, Congo e Moçambique), Sudaneses (costa norte do Golfo da Guiné e Sudão), e em menor parte Malês (sudanese muçulmanos).

De acordo com o historiador Boris Fausto (2003), estima-se que 4 milhões de africanos chegaram ao Brasil na condição de escravizados entre 1550 e 1855. Na época da colônia, muitos africanos lutaram contra a escravidão e formaram comunidades de resistência, os **quilombos**.

De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), existem hoje oficialmente 3.524 comunidades remanescentes de quilombos em todo o território nacional, com concentração nos estados da Bahia e Maranhão.

Os **europeus** que chegaram ao Brasil não foram só portugueses, mas também italianos, espanhóis, alemães (IBGE, 1963) e poloneses. Os italianos, os alemães e poloneses que aqui chegaram foram principalmente para zonas rurais no sudeste e sul do país. Ao contrário deles, os espanhóis se instalaram principalmente nas cidades, sendo as principais Santos, Rio de Janeiro e Salvador. Outras ondas migratórias foram constituídas por árabes, judeus e japoneses. Em sua maior parte, os árabes foram para o estado de São Paulo e em menor número para o Rio de Janeiro

e Minas Gerais. Os japoneses foram principalmente para São Paulo e Paraná e em menor proporção para o Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os judeus vieram para o Brasil em vários momentos e vários grupos e nem todos ficaram por aqui. Na época colonial, os judeus originários do Marrocos foram para a Amazônia, Pernambuco e Bahia. Já os que vieram depois, fugindo do regime nazista, foram principalmente para os grandes centros urbanos, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (DECOL, 2001).

Entre as várias pessoas que moram no Brasil, algumas formam hoje o que chamamos de **povos e comunidades tradicionais**. O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, define quem são: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Vejamos então alguns dos povos tradicionais, além dos índios e dos quilombolas dos quais já falamos anteriormente, tendo o cuidado de notar que estas são descrições extremamente simplificadas. Para obter maiores informações é interessante realizar uma pesquisa a respeito de cada comunidade tradicional.

- **caiçaras** – localizam-se no litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e no norte de Santa Catarina. São descendentes de uma mescla principalmente de indígenas com brancos. Fazem uso da pesca e pequena agricultura (mandioca, cana-de-açúcar, banana).

- **castanheiros** – realizam a extração das castanhas-do-pará na floresta amazônica.

- **ciganos** – constituem uma nação sem território. São nômades ou seminômades e são conhecidos pelo comércio, artesanato, música e leitura da sorte. Os ciganos adotam a religião do país que os acolhe e falam o Romani, uma língua parecida com o antigo sânscrito que era falado na Índia.

- **faxinais** – grupo situado no Paraná, que faz uso comum da terra com produção animal e agricultura familiar. Os produtos mais importantes são a erva-mate e os porcos.

- **pomeranos** – grupo agrícola situado no Espírito Santo, descendentes da Pomerânia, uma região entre a Polônia e a Alemanha atual.

- **quebradeiras de coco de babaçu** – mulheres, principalmente do Maranhão, que têm nessa palmeira a fonte de trabalho e renda.

- **quilombolas** – existem hoje oficialmente 3.524 comunidades remanescentes de quilombos em todo o território nacional, com concentração nos estados da Bahia e Maranhão.

- **ribeirinhos** – vivem na margem de grandes rios no Amazonas e sobrevivem da pesca, da extração de látex e da coleta de frutas.

- **seringueiros** – realizam a extração de látex das seringueiras encontradas na Floresta Amazônica para a fabricação de borracha.

- **pantaneiros** – moram no Pantanal. Muitos são descendentes de bandeirantes, misturados com paraguaios e indígenas. A atividade mais importante é a criação de gado.

Esses não são os únicos povos tradicionais, mas somente uma amostra. É interessante trabalhar com os jovens se eles se reconhecem como membros de alguma comunidade tradicional, ou alternadamente, se eles sabem da existência, no território em que habitam, de alguma comunidade tradicional e se esta tem voz e participação na esfera local.

Uma outra reflexão que surge a partir da contemplação destas diferentes comunidades é o uso da terra como essencial para o sustento e a preservação do modo de vida dessas culturas. De um lado, temos o direito ao desenvolvimento e ao mesmo tempo temos direito a um meio ambiente saudável. O grande desafio é uni-los: garantir o direito das culturas tradicionais, garantir o desenvolvimento, lidar com a globalização e enfrentar a pobreza, tudo de uma forma que não destrua o meio ambiente que nos acolhe e que sustentará a vida das próximas gerações.

Todas as pessoas que já estavam ou que se instalaram no território brasileiro contribuíram e contribuem até hoje para dar ao Brasil sua característica peculiar: a diversidade e mistura de etnias e culturas. A diversidade é algo muito bom: possibilita uma pluralidade de olhares, gostos, ideias e inovações. Ela é uma das maiores riquezas de um país como o nosso. No entanto, a diversidade também traz alguns desafios, principalmente o de garantir os direitos de todos, ao mesmo tempo. Ser diferente e ter direito a essa diferença não pode ser utilizado como justificativa para fazer qualquer coisa que se queira, o direito de todos e de cada um tem que ser levado em conta.

Dica

Os conflitos culturais são parte de uma questão muito complexa. Se sentir necessidade de maior orientação ou se surgirem conflitos ligados a esta temática, busque o suporte do CRAS e da prefeitura. Principalmente nas regiões com forte presença de comunidades tradicionais, em geral existem profissionais que podem contribuir para enriquecer a reflexão sobre essas questões.

4.4. JUVENTUDE E CULTURA

A partir da ideia de que viver é conviver, buscou-se, no primeiro Percurso, estimular as vivências coletivas entre os participantes por meio de atividades lúdicas, do incentivo da empatia dentro do grupo, da ampliação da compreensão de que existem várias formas de se perceber o mundo e de se comunicar e de dialogar, com vistas a contribuir para a integração dos jovens no Coletivo.

Como a herança biológica e cultural ajudam a compreender o “ser brasileiro”? É com essa indagação que iniciamos este segundo Percurso. Focando-se nas temáticas saúde e meio ambiente, com o diferencial de suas relações com a cultura, busca-se problematizar a localidade, a família e as origens, para ampliar a compreensão do processo de formação da sociedade brasileira em sua diversidade e valorizar as conquistas de direitos de saúde e de proteção da cultura e da natureza, para a qualidade de vida.

Somos todos juntos uma miscigenação
E não podemos fugir da nossa etnia
Índios, brancos, negros e mestiços
Nada de errado em seus princípios
O seu e o meu são iguais
Corre nas veias sem parar
Costumes, é folclore é tradição
Capoeira que rasga o chão
Samba que sai da favela acabada
É hip hop na minha embolada
É o povo na arte
É arte no povo
E não o povo na arte
De quem faz arte com o povo
Por detrás de algo que se esconde
Há sempre uma grande mina de conhecimentos
e sentimentos
Não há mistérios em descobrir
O que você tem e o que gosta
Não há mistérios em descobrir
O que você é e o que você faz
Maracatu psicodélico
Capoeira da Pesada
Bumba meu rádio
Berimbau elétrico
Frevo, Samba e Cores
Cores unidas e alegria
Nada de errado em nossa etnia.

Etnia

(Nação Zumbi, Composição: Chico Sciencel Lucio Maia)



Grupo Corpo. Foto de cena espetáculo Onqtô, José Luiz Pederneiras. www.grupocorpo.com.br

1. Matrizes culturais e a diversidade na formação da sociedade brasileira

O objetivo deste tópico é problematizar a localidade, a família e as origens para entender a formação da sociedade brasileira em sua diversidade.

Começamos o segundo Percurso Socioeducativo e já foi possível perceber a importância do nosso corpo como meio de expressão cultural que nos aproxima das outras pessoas. Chegar a esse momento é uma vitória de todos que persistiram e aceitaram a proposta inicial de conhecer a si mesmo e aos outros. Os desenhos de novos “mapas” da cultura já foram iniciados. Tarefa de um e de outro, tarefa dos Coletivos que encontraram meios para se relacionar, dividir responsabilidades, perambular por caminhos conhecidos e desconhecidos, colocando o corpo em movimento em um encontro diferenciado com a cultura local.

Alegrias, irritações, tranquilidades, tédios, cansaços, impaciências, gratidão e vergonhas são sentimentos que muito provavelmente foram experimentados pelo grupo para consolidar esse convívio mais duradouro. Como qualquer amizade, essas devem ter feito passar muitas impressões pela cabeça que foram guardadas para não magoar ou irritar o outro, várias situações de riso solto e de colaboração e casos em que os debates inflamaram os ânimos até que conseguiram chegar a um consenso. Esses são os riscos da convivência de que falávamos antes: prazeres e dores, que nos fazem sentir que estamos ali juntos “para o que der e vier”. E parece que é só desse jeito que se torna possível consolidar as emoções e os conhecimentos em um grupo.

É hora de seguirmos a nossa caminhada. O enfoque privilegiado deste Percurso está nas temáticas saúde e meio ambiente: saber como cuidar ainda mais dos nossos corpos individuais e dos corpos sociais como parte de uma natureza que precisa de zelo.

Não é nenhuma novidade dizer que o Brasil foi composto por diferentes culturas e grupos étnicos, mas, indo além, vamos revisar essa perspectiva para perceber a dinâmica histórica da composição dos nossos laços mais diretos de herança biológica e cultural, visando compreender essa condição de “ser brasileiro”.

O desafio dos Coletivos nesta etapa não se limitará à “afinação” de um dia a dia com um grupo próximo em idade e interesses. Deixa de ser apenas a expressão dos gestos mais costumeiros do seu corpo jovem, mas a relação mais complexa com a sua localidade, sua família e de suas origens ancestrais. Assim, a busca das origens começa a estender a visão pelo lugar que ocupamos nessa sociedade brasileira tão diversa e pelas conquistas de direitos a saúde e da proteção da cultura e da natureza adquiridas e necessárias.

Dica

Uma visão geral Um Coletivo também é formado por diversidades que aprendem a conviver. Para cumprir o propósito deste Percurso, sua ênfase deve ser a de apresentar a formação da sociedade brasileira pautada pela diversidade cultural. Para isso, os conceitos fundamentais serão os de miscigenação e aculturação e sua expressão nos hábitos e costumes que formam o convívio diário de uma sociedade.

Deve também mostrar o quanto o patrimônio cultural é diretamente vinculado a uma memória das gerações anteriores que se manifesta no dia a dia. Está presente no espaço natural e construído pelas pessoas, mas também em festas, danças, músicas, modos de vestir e falar, artesanato, trabalho e alimentação.

Estimule:

- a valorização do conhecimento das diversidades culturais;
- a curiosidade acerca da história brasileira como algo que pode ser próximo do nosso cotidiano; e
- a relação do patrimônio cultural com nossas origens e com o nosso modo de ser.

Cultura e construção das origens históricas

Todos nós somos mestiços. Qualquer povo é mestiço. Qualquer povo é produto do encontro de várias culturas, de vários povos e a contribuição das diferenças é que dá originalidade para qualquer cultura. Todos os povos, de certa forma, tentaram se pensar como puros. Criando uma ideia de autenticidade no início da história. Como aquilo que é o “ser francês” e o “ser alemão”. Uma lição importante que o Brasil pode dar para todos os outros povos é aceitar o desafio da mistura. Aceitar o desafio de pensar a mistura. Aceitar o desafio de pensar que nós não temos uma essência, não temos uma pureza, mas que somos desde sempre mestiços e é a partir daí que temos que inventar uma maneira de estar no mundo.

(Hermano Vianna, depoimento extraído do Vídeo “O Povo Brasileiro”)

Você saberia dizer quem você é? Quais as suas origens? De onde a sua família diz que vieram os seus antepassados? Você consegue olhar no espelho e observar em si mesmo traços de algumas dessas origens que você conhece ou ainda traços parecidos com os de outras pessoas que você imagina muito diferentes de você?

Só de pensar nas suas origens étnicas e de algumas pessoas que você conhece já dá para ter uma ideia de quantos Brasis existem. Quantos jeitos de falar, costumes e rostos diferentes. Quantos alimentos, temperos e gostos de cada cozinha regional.

Então o que é ser brasileiro? É ter nascido no Brasil, habitar o seu território e falar português? Ou tem algo mais? Será que podemos mesmo falar de uma cultura brasileira ou devemos falar em culturas brasileiras?

*A formação da sociedade brasileira é fundamentalmente marcada pela **miscigenação** e pela **aculturação**.*

*A **miscigenação** é a mistura de diferentes etnias através da união de pessoas de origens diversas, gerando filhos que herdaram não apenas as características físicas de ambos, mas também, por meio do convívio, algumas das características culturais. Por consequência, a miscigenação também leva a uma mistura cultural.*

*Já a **aculturação** é assimilação de características de outra cultura, resultado do convívio direto. A aculturação pode ser resultado de uma imposição, resultado da dominação de uma cultura por outra, ou espontânea, como adotar hábitos de outra cultura por serem mais adequados àquele ambiente.*

Muito se fala que o povo brasileiro é um povo miscigenado como algo que em si o diferencia dos demais. Mas a verdade é que não existe nenhum povo puro, todos os povos foram formados por pessoas de várias origens que em algum momento da história passaram a conviver num mesmo território. A própria ideia de “raça” se tornou questionável, uma vez que nem sempre o aspecto físico da pessoa, se ela é mais clara ou mais escura, alta ou baixa, tem necessariamente relação direta com a sua origem. Mas, infelizmente, persiste a discriminação racial, quando da aparência da pessoa se supõe a sua origem e ao mesmo tempo se presumem “defeitos”, independentemente da condição social e do caráter individual.

No Brasil, esse processo é ainda muito recente, e a miscigenação é mais evidente, pois também vivemos uma época em que as diferenças são cada vez mais consideradas e estão na ordem do dia das discussões na opinião pública na maioria dos países democráticos. Mas, como outras grandes questões atuais, esta também está profundamente enraizada no passado de cada povo. Compreender esse processo histórico no Brasil é justamente entender não apenas como se dá a consciência dessa miscigenação, como também toda uma trajetória de conquista de direitos.

Muito da cultura africana e indígena, que antes era negada ou desprezada, agora passa por uma redescoberta e revalorização. Quando os portugueses tomaram os territórios dos povos indígenas e trouxeram africanos escravizados para trabalhar, tentaram muitas vezes proibir as línguas e hábitos desses povos. Entretanto, não apenas muitos resistiram de forma direta ou silenciosa, como os próprios portugueses, precisando se adaptar ao novo ambiente tropical, tiveram que aprender muito com esses grupos étnicos. Contando com índios como guias em terras desconhecidas, muitos lugares e rios permaneceram com os nomes indígenas originais. Contando com o trabalho africano, aceitaram muito do artesanato e da sua cozinha.

A partir do fim do século XIX, começam a chegar imigrantes de outros cantos do mundo: europeus (italianos, alemães entre outros), árabes e asiáticos (japoneses, chineses e coreanos). Cada povo trouxe mais alguma contribuição para essa mistura brasileira. Em algumas pequenas cidades e bairros das metrópoles é possível perceber muitas pessoas dessas outras origens, identificadas pelos seus traços físicos e hábitos tradicionais preservados.

Em sua região, seja seu estado, sua cidade ou seu bairro, será que todas as pessoas têm a mesma origem? Há pessoas que vieram há pouco tempo de outros lugares? Há outras que conservam traços físicos e culturais dos seus antepassados?

Muitas informações nesse sentido também poderão ser encontradas em objetos artesanais e no aspecto de antigas casas. Ambos compõem parte do patrimônio cultural de uma região, ao qual se somam elementos típicos como a culinária e que revelam muito da origem e da história das pessoas que lá vivem. Igualmente importante também é o patrimônio ambiental, paisagens naturais que revelam muito de como aquele local era em sua origem e podem mostrar alguns dos motivos por que os primeiros moradores escolheram aquele espaço para se fixarem. Mais que contrastar com o entorno transformado pela ação humana, as paisagens naturais preservadas atestam estas mudanças e também fazem parte da identidade local.

Patrimônio cultural (material e imaterial)

O patrimônio cultural, também definido como bens culturais, está diretamente vinculado à memória das gerações anteriores que sobreviveu até os nossos dias e às marcas das ocupações realizadas em alguns lugares pelos homens e mulheres. O patrimônio material é tudo o que pode ser tocado, visto, lido; das nossas casas, aos caminhos, ruas, mercados e igrejas. Esse conjunto de objetos físicos diferenciados são elementos da cultura material: monumentos históricos e artísticos ou outros artefatos da cultura oficial. Mas o patrimônio cultural ainda é mais do que isso. Estende-se ao que se convencionou designar de “imaterial” ou “intangível”, saberes e fazeres tradicionais, formas de expressão como as festas e brincadeiras, as relações sociais e familiares, as danças e as músicas, modos de vestir e falar, artesanatos, modos de cultivo, colheita, pesca, construção de moradias, uso de plantas medicinais, o jeito de fazer uma comida ou uma panela de barro, as rezas, crenças e rituais.

Dica

A partir daqui trabalhe a relação da cultura como referência para a melhoria da qualidade de vida. Como a cultura expressa as conquistas sociais e a trajetória da consolidação da cidadania. Como a cultura também é a nossa “reserva” de valores e conhecimentos tradicionais sobre o nosso ambiente e saúde.

Estimule:

- a busca por informações sobre os avanços em termos de garantias sociais e direitos, e
- o questionamento dos problemas que persistem na localidade e quais seriam as garantias a serem buscadas pelo Coletivo.

2. Cultura e cidadania

O objetivo deste tópico é valorizar a importância das conquistas de direitos à saúde e da proteção da cultura e da natureza para a qualidade de vida.

O conhecimento da história e a valorização do patrimônio cultural e ambiental é um passo importante na consolidação da cidadania. O reconhecimento de uma história e de um patrimônio que reflitam uma gama ampla de tradições culturais que formaram o Brasil já atesta uma evolução nesse sentido. Mas a consolidação da cidadania exige também conhecer os problemas e contradições que ainda precisam ser superados. Somos um país de muita riqueza em diversidade humana e natural, mas com muitas potencialidades irrealizadas, já que muitos recursos estão restritos a

parcelas privilegiadas da população, limitando o potencial criativo e transformador das nossas diversidades brasileiras. Cabe a cada comunidade identificar e exigir os seus direitos. Cabe às políticas públicas oferecerem subsídios para a promoção da cidadania de uma forma justa e equânime. Conhecer e dar voz às expressões e manifestações culturais são caminhos que vêm sendo trilhados para reverter esse jogo.

Cidadania é o exercício social que promove o cumprimento dos direitos e deveres políticos, civis e sociais. A cidadania é uma prática diária de atitudes como solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças que garantem tanto os nossos direitos como os dos outros. A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que quer dizer cidade. A expressão, surgida na Roma antiga, definia a situação política e os direitos que as pessoas tinham no espaço público.

Cultura e saúde

A grande diversidade humana e natural brasileira também vem contribuindo para outro aspecto fundamental da consolidação da cidadania: a saúde. Mas para instituir uma cultura da saúde no país não será preciso “partir do zero” ou como se diz também “inventar a roda”. Há muito que conhecer e aproveitar das tradições alimentares e das diversas culturas formadoras das farmacologias tropical indígena e africana.

As noções de saúde corporal, a partir da compreensão de que os alimentos e a movimentação do corpo tornam a vida mais saudável, são relativamente recentes no processo histórico da humanidade. As contraposições homem-natureza herdadas de tradições europeias justificaram por muito tempo ações depredadoras do ambiente natural e a construção de ambientes urbanizados pouco saudáveis.

As questões atuais de cuidado com os corpos individuais dos cidadãos podem encontrar paralelo no cuidado com o nosso “corpo maior” e comum, o ambiente natural, que pode ser resgatado das culturas ancestrais dos povos das florestas e dos caboclos ribeirinhos, que se vinculam à terra e têm apreço pela mata, pelos animais e pela água. Já a garantia de bem-estar físico, respeito aos limites e à superação de determinadas doenças pode ser consolidada quando nos valem dos saberes tradicionais e dos seus usos de ervas medicinais, hortaliças e frutas encontradas no ambiente. E a riqueza da cozinha das regionalidades brasileiras pode muito bem ser contraposta aos padrões da indústria alimentícia e do “fast food”.

Dica

Para trazer à realidade do grupo e começar a transformar em ação, faça deste momento um incentivo para que conheçam melhor o entorno. Sob a luz do que foi discutido antes, converse sobre possibilidades de estudar a realidade da comunidade em termos de diversidades, valores, garantias conquistadas e por conquistar.

Estimule:

- o interesse pela história e realidade local, sob a perspectiva de que tudo isso faz parte de histórias e realidades maiores;
- a ida para além do “gosto/não gosto” e a busca de um entendimento mais crítico da realidade local; e
- a escolha de temas específicos da cultura local para aprofundarem, através da sugestão de pontos de partida para observação.

Cultura e ação

Pensando nesses termos, você conseguiria descrever o local em que vive, a começar pelo seu bairro? Depois tente pensar o mesmo para a sua cidade, estado e para o país.

Você consegue listar o que gosta e o que não gosta no local onde mora? Que motivos fazem você gostar ou não de um lugar? E você acha que esses motivos sempre foram assim e sempre serão? O que é recente, resultado de uma situação, de um contexto?

Esse pode ser o começo para saber diferenciar as características culturais próprias do lugar e dos problemas que este enfrenta. Além das possíveis formas de discriminação, social ou étnica, por exemplo. Ou ainda, a dificuldade de geração de empregos e de renda. Já vivenciou uma situação de discriminação qualquer? O lugar onde vive apresenta dificuldades de acesso como distância de locais de trabalho e serviços? Convive diretamente com problemas ambientais? As pessoas têm condições ou auxílio para tratar os problemas de saúde? É possível ver alguma relação entre os problemas de saúde e as condições ambientais?

Conhecer as diferenças entre o lugar em que se vive e os outros, tentando entender as origens dessas diferenças, ajuda a nos questionarmos se as coisas realmente sempre foram assim e se continuarão sendo. Ou podem ser mudadas?

... a memória social (isso que vulgarmente se chama “tradição” ou “cultura”), que é sempre feita de uma história com H maiúsculo, é também marcada por meio desses momentos que permitem alternâncias certas entre o que foi concebido e vivido como rotineiro e habitual e tudo aquilo que foi vivenciado como crise, acidente, festa ou milagre. Pois o homem é o único animal que se constrói pela lembrança, pela recordação e pela “saudades”, e se “desconstrói” pelo esquecimento e pelo modo ativo com que consegue deixar de lembrar. No Brasil, como em muitas outras sociedades, o rotineiro é sempre equacionado ao trabalho ou a tudo aquilo que remete a obrigações e castigos... a tudo que se é obrigado a realizar; ao passo que o extraordinário, como próprio nome indica, evoca tudo que é fora do comum e, exatamente por isso, pode ser inventado e criado por meio de artifícios e mecanismos. Cada um desses lados permite “esquecer” o outro, como as duas faces de uma mesma moeda. E, no entanto, os dois fazem parte e constituem expressões ou reflexões de uma mesma totalidade, uma mesma coisa. Ou melhor: tanto a festa quanto a rotina são modos que a sociedade tem de exprimir-se, de atualizar-se concretamente, deixando ver a sua “alma” ou o seu coração. Na nossa sociedade, temos grande consciência dessa alternância, de tal modo que a vida, para a maioria de nós, se define sempre pela oscilação entre rotinas e festas, trabalho e feriado, despreocupações e “chateações”, dias felizes e momentos dolorosos, vida e morte, os dias de “dureza” e “trabalho duro” do mundo “real” e os dias de alegria e fantasia desse “outro lado da vida” constituído pela festa, pelo feriado e pela ausência de trabalho para o outro (o patrão, o Governo, o chefe, o dono do negócio etc.). (DAMATTA, 1984, p.45)

ATIVIDADE 1 – Viagens no tempo: Equipamentos e serviços culturais de hoje e de ontem

Material de apoio

“Diário de Campo”, do jovem, para registro e elaboração das informações pesquisadas.

Etapa 1: Ponto de partida para observação: Diário de Campo

Dinâmica externa – Escolha um local público da sua localidade que seja acessível e tranquilo para estabelecer um diálogo com o seu grupo de trabalho. Se possível dê preferência a um espaço que mantenha características naturais ou arquitetônicas tradicionais. Marque o Encontro nesse local e comece a dinâmica explicando os motivos para ter selecionado aquele espaço (sugestões: origens da localidade, ponto de encontro de algum grupo social, lugar de festividades religiosas ou profanas, representativo de alguma atividade). Em seguida, solicite manifestações dos componentes do grupo sobre as percepções daquele local no dia a dia. Solicite a todos que observem o lugar e façam anotações em um “Diário de campo” sobre o que mais chamou a atenção naquele espaço e nos comentários das pessoas.

Etapa 2: Escolhendo e registrando o que observar

Organize o grupo em duplas ou trios e oriente para que façam um trajeto de livre escolha, buscando mais três lugares que consideram expressivos para representar a localidade. Preferencialmente, espaços vinculados às manifestações culturais, artísticas e históricas da sociedade. Relembre com o grupo o sentido amplo e complexo de cultura abordado nos dois Percursos Socioeducativos. Solicite que registrem em um mapa ou em forma de desenho esquemático.

1. Estimule o grupo a formalizar um resumo de cada um dos espaços selecionados e visitados;
2. Sugira que nesse relato descritivo registrem a localização o mais precisamente possível (endereços completos e pontos de referências) e uma descrição sintética do que encontraram que lhes chamou mais atenção – tanto os aspectos positivos como os negativos;
3. Estimule a capacidade criativa de expressão, considerando oferecer a possibilidade de uma pessoa que não conhece a localidade chegar até aquele local; e
4. Após a elaboração dessa primeira versão da descrição dos locais selecionados, estimule os participantes a questionarem os seus familiares mais velhos (em entrevistas informais) sobre as origens, usos e ocupações antigas daqueles espaços. O que existia naquele lugar? O que as pessoas costumavam fazer? Existia algum outro lugar na localidade que tivesse um papel social semelhante (ex: praça de encontro jovem recém construída e uma praça antiga).

Dica

Dependendo das condições técnicas locais que as instituições oferecerem, você, Orientador, pode estimular a utilização de registros fotográficos, mapas, desenhos, diários de campo e outros.

Etapa 3: Viagens pelos territórios desconhecidos: Calendário apresentando os destinos

Reúna novamente todo o grupo num lugar público, de preferência um ambiente natural em que possam se sentir à vontade. Solicite que as duplas ou os trios formados para a pesquisa de campo, se reúnam e escolham um dos lugares para apresentar aos demais. Após a apresentação de todos faça uma votação elegendo com o grupo um dos lugares que apresentariam a um visitante de fora da localidade como representativo das suas origens.

Em seguida, conversem sobre a alimentação e as festas comunitárias que ocorrem nesses espaços públicos, solicitando que alguém do grupo anote as lembranças que forem surgindo. Juntos elaborem um calendário dos acontecimentos mais importantes da localidade e as características específicas desses eventos. Verifiquem, a partir do diálogo, se algum dos lugares que havia sido selecionado para as pesquisas e descrições anteriores é o “palco” desses acontecimentos. Eleja uma dessas atividades e lugares, preferencialmente, onde ocorre uma festa tradicional para dar continuidade às pesquisas sobre a alimentação, tipo de vestuário, música, comportamento. Estimule a conclusão dessa pesquisa a partir das observações, do resgate das próprias lembranças do grupo e do diálogo com os familiares.

1. Se possível estimule que utilizem desenhos, mapas e fotografias para essa apresentação;
2. Estimule que utilizem da criatividade para elaborar uma apresentação diferenciada fazendo uso de música, teatro, dança, poesia, painéis, colagens, jornais ou folhetos;
3. Estimule a realização da pesquisa como uma atividade de observação que pode ser divertida e fonte de alegria;
4. Estimule a circulação pelos espaços da localidade e os diálogos com os mais velhos, familiares, usuários e frequentadores dos ambientes; e
5. Sempre que possível estimule a degustação dos alimentos da cultura regional, as refeições coletivas no grupo ao ar livre e a observação das festas locais.

ATIVIDADE 2 – Mescla cultural: jeito de “ser brasileiro”

Material de apoio

aparelhos para a reprodução de DVD.

Promova um debate após a audição da música Etnia e leitura do trecho de Hermano Viana. A seguir, sugerem-se alguns questionamentos para a orientação do debate:

1. Como se expressa a mescla cultural brasileira na minha região?
2. Como se expressa essa mescla cultural no Coletivo do Projovem de que participo?

Sugestão de atividade complementar

Utilizando-se da mesma metodologia utilizada no Percorso I para a análise da imagem, o Orientador poderá desenvolver uma reflexão didática sobre a importância das parcerias profissionais, das possibilidades de ampliação da capacidade de cada um pelo auxílio mútuo e estabelecer um diálogo sobre a confiança no outro.

4.5. JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

No primeiro Percurso Socioeducativo, apresentamos inicialmente o que é Cultura Corporal, entendida como amplo e riquíssimo campo da cultura que abrange a produção e vivência de práticas corporais em seus aspectos participativos, lúdicos, criativos, subjetivos, cooperativos e competitivos.

Neste segundo Percurso Socioeducativo, desenvolve-se a reflexão sobre cultura corporal e saúde, buscando-se mostrar os limites e as possibilidades da atividade física como sinônimo de promoção de saúde. Desenvolve-se também a compreensão sobre a organização interna do esporte e do jogo, especialmente no que se refere à formulação coletiva de regras e seu potencial socioeducativo para a convivência e a sociabilidade.

1 – Cultura corporal e saúde

O objetivo deste tópico é mostrar ao jovem as distinções entre a aptidão física e saúde e os limites e possibilidades da atividade física como sinônimo de promoção de saúde, por meio da reflexão sobre como a atividade física na promoção da saúde tornou-se mais uma mercadoria do que direito do cidadão.

As atividades relacionadas ao Esporte e ao Lazer, se desenvolvidas em harmonia com uma proposta de experimentação e construção de conhecimento apropriado a determinado fim socioeducativo, não podem prescindir da essência que as constitui, sua ludicidade. Isso caracteriza o esporte como um tipo de atividade humana peculiar, que foi se configurando, se desenvolvendo ao longo da história dos homens e, assim, pela cultura, sendo determinada. Portanto, não é qualquer movimento que diz respeito às práticas esportivas e de lazer. Essa afirmação requer maior atenção, já que tem sido lugar comum entender que atividades que envolvam o movimento são exclusividade do Esporte e Lazer, restando às outras áreas preocupações relacionadas, simplesmente, ao intelecto. Se isso realmente fosse verdade, imagine como seria árduo seu papel frente à juventude, pois o único momento de “movimentação” seriam as atividades desenvolvidas por você. Esse entendimento deve ser discutido, já que as atividades de Esporte e Lazer não devem caracterizar apenas um momento de descanso para outras atividades que ocorram em espaços fechados, como uma sala. Deve ser mais que isso, caracterizando-se por sua criticidade e ludicidade, propiciando integração entre os temas. Tal integração potencializa os valores lúdicos e críticos para além do esporte e lazer, de forma que sejam vivenciados nas atividades desenvolvidas por todos os temas e na vida em geral.

Para debater com o jovem

Busque saber junto aos jovens como são, ou foram, suas atividades escolares. Faça-os relembrares se havia atenção especial a atividades que utilizassem o movimento como linguagem. Se houver alguma resposta negativa quanto à lembrança, procure aprofundar os motivos dessa negação do movimento por outras disciplinas. Será que o movimento não deveria compor atenção especial a todas as disciplinas?

Realizadas as primeiras considerações sobre o papel de integração das áreas, tendo como uma de suas linguagens o movimento, você deve estar se perguntando em que medida esta discussão tem a ver com a Cultura corporal e a saúde. Bem, com relação à cultura corporal, podemos afirmar ser o objeto da Educação Física, Esporte e Lazer, por estruturar as diversas manifestações de sua cultura particular.

Sua relação com a saúde em grande medida é confundida e atravessada pelo discurso da aptidão física, e seus benefícios incondicionais, para o estabelecimento de um estilo de vida sadio, como se o movimento fosse novamente exclusividade da Educação Física, do Esporte e do Lazer, e sua prescrição responsável pela solução dos problemas de saúde que acometem as pessoas. Mais que isso, questionam-se, aqui, propostas genéricas sobre a prescrição e a prática de atividades físicas. Tais informações não problematizam e, muito menos, relativizam os benefícios da atividade física para o ser humano. Escuta-se muito que, para se ter uma vida saudável, é necessário realizar atividades regularmente. Com isso, desconsidera-se uma série de fatores que extrapolam a simples relação entre saúde e atividade física. É fundamental abordar a saúde de forma abrangente, sem reduzi-la a aspectos biológicos, apenas. Isso vale para várias áreas que são tocantes ao tema, na educação para a saúde, por exemplo. Quando se transforma a visão higienista de saúde para uma visão social, pode-se tratar a relação prevenção/terapêutica mediada pela prática humana e as condições objetivas da população (moradia, saneamento e outras). Dessa forma, o esporte e atividade física, como práticas sociais, passam a ter um papel fundamental para elevar a qualidade de vida, não isoladamente, como fator exclusivo, mas no conjunto de fatores que corroboram com o desenvolvimento humano. Com a abordagem social da saúde, o esporte e a atividade física ganham sentido mais amplo, numa visão de totalidade, sem reducionismos aos aspectos meramente de aprimoramento do comportamento motor e/ou de repetições de exercícios. Passa a ser elemento de integração e outros. A prática de esporte é fundamental, a questão é o método com que se deve tratá-lo, pois forma e conteúdo são inseparáveis.

Com essas considerações, uma primeira pergunta surge: imagine os jovens que fazem parte de seu grupo de atuação. Será que todos são iguais? Sua resposta, provavelmente, será que existem diferenças marcantes entre eles. Inclusive por necessidades educacionais ou físicas especiais que necessitam de condições e propostas diferenciadas nesta e em outras áreas, para garantir o seu desenvolvimento pleno.

Isso anuncia a insuficiência da prescrição da atividade física de forma generalista, como se todos fossem iguais e se portassem da mesma forma diante de qualquer exercício corporal. Justamente por acreditar na insuficiência dessa homogeneização da atividade física num contexto conflitivo como é o caso do Brasil e de tantos países com condições iguais as nossas, que Matiello Junior e Gonçalves (2001, p. 3) afirmam “que o exercício [físico] não irá causar efeitos sempre previsíveis e benéficos, bem como as pessoas guardam singularidades que as diferenciam das outras, sendo, portanto, exagerada a noção de que sua execução proporciona aptidão física indistintamente”.

O anúncio de que a atividade física é condição imprescindível para a obtenção de saúde, desconsidera outras dimensões determinantes da qualidade de vida das populações, ao evidenciar apenas a dimensão biológica. Com esse posicionamento defende a promoção da saúde por meio de aprimoramento do comportamento motor, e adaptação a exercícios, cujos propósitos e resultados podem ser questionados (ou melhor fundamentados). Para essa perspectiva, o grande vilão é o sedentarismo e o remédio, a atividade física. É fundamental explorar com a juventude outras formas de se pensar a prática da atividade física, envolvendo, aí, dimensões humanas, em sua totalidade, bem como, outros determinantes sociais e econômicos.

Destaque

O Esporte e o Lazer, “sobretudo nas atividades não-escolares, como a ginástica laboral (ou empresarial), têm se dedicado, ingenuamente ou não, a melhorar os padrões de movimento do homem moderno, na crença equivocada de que é o sedentarismo – decorrente do abuso das novas tecnologias – o maior vilão a atuar contra a humanidade, gerando em consequência doenças hipocinéticas e estresse; deixa, no entanto, de atuar no cerne da questão, ou seja, na forma de organização produtiva determinante do desgaste dos trabalhadores (se descomprometendo com os desempregados!).”
(MATIELLO JUNIOR e GONÇALVES, p. 4-5),

Não se pode acreditar que a responsabilidade pela promoção da saúde se restrinja ao indivíduo exclusivamente. Com essa visão individualizada, a busca pela satisfação das necessidades básicas de sobrevivência culpabiliza o indivíduo e desresponsabiliza o conjunto da sociedade, pelas condições precárias de saúde que acometem grande parte da população mundial. Aqui, é importante debater com o jovem as condições econômicas e sociais para a prática de qualquer manifestação da cultura corporal, que realmente podem contribuir muito para a saúde, assim como outras políticas públicas de desenvolvimento social.

Por isso, entende-se que o conceito de Saúde deve ser ampliado, envolvendo, além dos aspectos biológicos, aspectos sociais como saneamento básico, acesso à moradia, salubridade, condições dignas de trabalho. Com isso, a saúde dependerá de outros fatores que, agregados à atividade física, poderão contribuir para sua promoção, de forma efetiva.

Mesmo com os avanços percebidos nas políticas públicas, como serviços gratuitos nas áreas de esporte e lazer, já difundidos, principalmente no âmbito da gestão municipal, o desafio ainda é grande para que parcelas cada vez maiores da população tenham acesso a programas e projetos governamentais.

O desafio é ainda maior, quando se verifica que o país estagnou durante anos com escassas políticas públicas de saúde e esporte, o que aprofundou a precariedade e a exclusão de grande parcela da juventude a esses direitos. Nesse sentido, reafirma-se o desafio assumido pelo Projovem, através de políticas dirigidas para a juventude, integradas e com a perspectiva multidisciplinar – saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura, fazendo a juventude refletir sobre sua importância na ação diretiva e propositiva de melhorias neste campo.

Quando se busca a promoção da saúde por meio da aptidão física, mais que solucionar os problemas, criam-se outros, principalmente relacionados aos desejos e impossibilidades de realizá-los. Entra em cena o processo de mercadorização da atividade física no qual a academia assume *locus* privilegiado. As manifestações da cultura corporal tornam-se, assim, mercadoria que se vende com a promessa de solucionar possíveis problemas de saúde, sem que, muitas vezes, se faça um levantamento das causas dos problemas, já propondo que o pleno desenvolvimento da aptidão física seja responsável por “curar” as doenças provenientes da falta de exercício.

A questão é: e os direitos assegurados ao cidadão de que a promoção da saúde deve ser fundamento de ações públicas, sem qualquer impeditivo e, nesse caminho, a atividade física ser uma ação pública, para além dos programas de incentivo à prática das manifestações da cultura corporal, com a efetivação e formação de uma consciência crítica sobre os graves problemas que assolam as condições de saúde, principalmente serviços como saneamento básico, nutrição adequada, lazer com qualidade, atividades físicas gratuitas e com qualidade.

ATIVIDADE 1 – A atividade física e a promoção da saúde

Texto de apoio

*“Carta dos Povos pela Saúde”. Esta Carta pode ser encontrada no endereço:
<http://www.nepef.ufsc.br/grupos/vefsc/CartaDosPovosPelaSaude.pdf>*

O tópico **Cultura corporal e saúde** traz à agenda práticas, discussões e reflexões sobre a atividade física e os mitos que se originam e se reforçam quanto à real efetividade de seus benefícios. É fato que a atividade física contribui para a saúde das pessoas, o problema é que se tornou comum acreditar em seus poderes quase incontestáveis. Por isso, o objetivo aqui é perceber a atividade física como mais um importante instrumento de promoção da saúde, não conclusivo muito menos definitivo.

Etapa 1: Leitura e debate sobre a “Carta dos Povos pela Saúde”

Proponha uma leitura e discussão com os jovens sobre a “Carta dos Povos pela Saúde”. Após a leitura, lance o desafio para que eles apontem onde podem encontrar aproximações sobre a atividade física como importante serviço de promoção da saúde.

Etapa 2: Ações para efetivar propostas da “Carta dos Povos pela Saúde”

O trecho da carta abaixo denuncia a negligência de serviços fundamentais à saúde pública como acesso a alimentos, educação, serviços de água etc. Qual seria a solução apresentada pelo jovem para que os serviços mencionados na carta estivessem ao alcance da população em geral?

Nas últimas décadas, mudanças econômicas ocorridas no mundo inteiro têm afetado profundamente a saúde das pessoas e seu acesso à assistência médica e a outros serviços sociais. Apesar de termos alcançado níveis de riqueza jamais vistos, a fome e a pobreza não param de crescer. O abismo entre nações ricas e pobres aumentou, assim como aumentaram as desigualdades entre as classes sociais, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos. Grande parte da população mundial ainda não tem acesso a alimentos, educação, serviços de água e esgoto, abrigo, terras e seus recursos, emprego e assistência médica. A discriminação continua a prevalecer, o que afeta tanto a ocorrência de doenças quanto o acesso à assistência médica.

ATIVIDADE 2 – A saúde e a padronização do corpo

A busca por um corpo perfeito é resultado da padronização do que é belo. Corpos esguios, torneados e musculosos tornaram-se sinônimos de saúde e desejo de grande parte da população em geral, principalmente a jovem. Tendo em vista essa busca quase desenfreada e desmedida por alcançar um padrão estético, o objetivo desta atividade é alertar os jovens para os perigos dessa busca, sem medir as consequências para a saúde.

Etapa 1: Práticas saudáveis e prejudiciais para a padronização do corpo

a) Busque saber junto aos jovens, quem são os homens e mulheres considerados, por eles, mais belos. Quais são as características destas pessoas?

b) Pergunte ao Coletivo, o que seriam capazes de fazer para ter o corpo ideal? Ficariam sem comer? Fariam exercícios físicos sem qualquer observação cuidadosa sobre os perigos que podem causar ao corpo? Tomariam substâncias que facilitassem o emagrecimento, ou torneamento do corpo?

c) Busque saber se algum jovem conhece alguém que sofra de problemas relacionados à alimentação inadequada, automedicação, regimes alimentares. Debata os motivos que levam às pessoas a sofrerem de doenças dessa natureza.

Etapa 2: O padrão de beleza na história da humanidade

d) Realize uma pesquisa, para descobrir se o padrão de beleza que hoje é predominante sofreu alterações ao longo da história. Identifique com alguma imagem ou quadro artístico as possíveis mudanças, caso elas tenham ocorrido de fato.

2 – Organização do Esporte e do Jogo

O objetivo deste tópico é mostrar ao jovem o esporte e o jogo em sua organização interna, como manifestações que potencializam a formulação coletiva de regras. Para isso, o jovem deve compreender as distinções entre jogo e esporte e suas importantes aproximações.

No Percurso I, você observou que o esporte deriva das práticas envolvendo o jogo em toda sua ludicidade. Verificou, ainda, que as distinções entre o jogo e o esporte são marcadas, entre tantas coisas, pela institucionalização e internacionalização das regras estabelecidas no esporte. Agora, você terá condições de trabalhar com os jovens a organização e estabelecimento de regras que tenham função primeira de incluir a turma toda em atividades lúdicas, cooperativas. Para tanto, vamos nos apropriar, ainda mais, das discussões sobre o esporte e o jogo, considerando suas distinções e aproximações.

Uma primeira característica que apresenta de forma clara a organização distinta com que se configuraram o jogo e o esporte trata da profissionalização do segundo. Enquanto o jogo se realiza na própria atividade com o único objetivo de experiência do lúdico, o esporte profissional se insere na lógica de mercadorias, o que afasta seu produtor de seu produto. Dito em outras palavras, o valor do jogo está evidenciado na prática como seu único fim, tendo objetivos claramente lúdicos. Já o esporte profissional não possui essa característica, pois seus praticantes são trabalhadores como qualquer jovem que esteja inserido no mundo do trabalho produtivo. Para além do esporte profissional, podemos resgatar a prática do esporte pelos valores lúdicos, das contribuições à socialização das pessoas. O esporte possui, também, outros papéis e contribuições, como já nos referimos anteriormente, sendo capaz de potencializar a organização individual e coletiva.

Dessa primeira distinção mais clara do jogo e do esporte, surge outra que assegura a organização e possibilidade de formulação de regras coletivas. O jogo, por ser uma atividade que visa a expressividade corporal, por meio da competição lúdica, propicia aos seus praticantes a adaptação e o estabelecimento coletivo das regras, possibilitando a homens e mulheres participarem conjuntamente de uma mesma atividade. São as regras que permitem padronizar essas atividades, uma vez que as mesmas além de disciplinar têm função de tornar o jogo mais dinâmico e mais exigente, elevando o nível do desempenho. O alcance internacional que o esporte obteve é uma consequência dessa padronização, necessária para se aferirem os desempenhos diferentes, mas não explica, por si só, as características do esporte de alto rendimento, isto é do esporte que exige o desempenho máximo, a alta performance, a alta produtividade do atleta.

Para Debater com o jovem

Sobre o alcance internacional que o esporte atinge, debata com o jovem uma modalidade, o voleibol, por exemplo. Pergunte a ele se já havia imaginado que o voleibol praticado aqui no Brasil é o mesmo praticado lá no Japão que fica do outro lado do mundo? Isso só é possível pela institucionalização das regras, ou seja, pela organização de federações, confederações que determinam uma regra já convencionada mundialmente.

O Orientador deve proporcionar aos jovens práticas corporais que correspondam à realidade vivida por eles, em manifestações esportivas e lúdicas próprias da cultura local e regional, além da possibilidade da criação e adaptação de regras institucionalizadas com vistas à inclusão.

Um bom exemplo de ressignificação de regras é a Capoeira, que vem se institucionalizando como esporte. Como já nos referimos anteriormente, um jogo, para se transformar em esporte, tem como condição a profissionalização e a internacionalização de suas regras. Assim, a capoeira é um esporte, um jogo, uma luta ou uma dança?

A capoeira é uma luta – na sua origem, expressou a resistência dos escravos na luta por sua libertação – e também pode ser considerada uma dança, por envolver diversos ritmos, instrumentos musicais e movimentos que se confundem com o dançar. Pode ser considerada, ainda, um jogo, quando na roda os dois capoeiristas jogam juntos, ou seja, ambos dependem do outro para jogar. Finalmente, tem-se caracterizado como esporte por meio da criação de confederações, utilização de uniformes, graduação/hierarquia, entre outras características.

ATIVIDADE 3 – As regras no jogo e no esporte

Uma das principais diferenças existentes entre o jogo e o esporte é a rigidez das regras deste último. Esta atividade pretende tornar o jovem agente de transformações das regras dos esportes, adaptando-as conforme as necessidades do Coletivo de jovens.

Etapa 1: Reinventando as regras

Procure listar as modalidades esportivas mais praticadas entre os jovens. Com essa lista, peça para eles selecionarem a atividade de que mais gostam e oriente-os a que comecem a praticá-la (lembre-se que as regras internacionais não permitem jogos mistos, muito menos a participação de todo o Coletivo na atividade). Em determinado momento da atividade, solicite aos jovens que reelaborem as regras com o objetivo de:

- I) incluir toda a turma na disputa; e
- II) estabelecer uma relação de respeito e cooperação entre meninos e meninas.

Etapa 2: Futebol misto

Agora que já reelaboraram as regras da atividade escolhida, sugira que o mesmo seja feito com o futebol. Primeiramente, solicite que joguem o esporte com as regras oficiais, sem permissão para extrapolar o número de jogadores permitidos ou organizar jogos de que participem meninos e meninas juntos. Após as partidas, procure adaptar as regras, organizando jogos mistos.

Etapa 3: Gol de menina

Organize jogos de futebol em duplas, formadas por um menino e uma menina. Nesta atividade, as únicas pessoas que têm permissão para fazer o gol são as meninas. O objetivo desta atividade é igualar as condições de acesso e participação de meninas e meninos na dinâmica do jogo.

A atividade sugerida traz à tona um esporte que, de tão importante, é capaz de identificar uma nação inteira. Quem nunca ouviu a célebre frase: “Brasil, o país do futebol!!!” Por estar tão presente no imaginário das pessoas, algumas questões passam despercebidas. Uma delas, que diz respeito ao que se está discutindo neste tópico, são as regras que organizam este esporte. Como explicar que, numa sociedade que, movida com rapidez, pelas necessidades do capital, as regras de tantos esportes tenham se modificado com igual velocidade, menos as do futebol? O voleibol teve suas regras modificadas em grande parte por exigências televisivas e para dar maior dinamicidade ao jogo. Mas e o futebol? Por que suas regras permanecem quase inalteradas há décadas? Quando muito, alteram-se questões pontuais, como o

recuo de bola ao goleiro, seja com os pés ou através da cobrança de lateral. Mas o impedimento? A cobrança de lateral com os pés, ou ainda, questões mais polêmicas como a utilização de dois árbitros em campo, visto a amplitude de um campo de futebol. Como explicar a insistência em não utilizar-se a TV na solução de dúvidas que frequentemente aparecem?

Possivelmente, pela tradição que o futebol assumiu ao longo de sua história, os dirigentes responsáveis por sua organização são os mesmos por um tempo grande. Essa manutenção do poder é um dos possíveis motivos, talvez o principal, da resistência em alhear regras significativas. Como poderiam continuar no poder, se as regras pudessem ser alteradas conforme as necessidades de cada país? Como manter o poder, se regras consideradas seculares fossem alteradas? Fica clara a tentativa de manter o poder de decisão das regras e consequentemente dos encaminhamentos do futebol por parte destas pessoas. Ao finalizar este tópico, debata com os jovens esta questão. Com certeza isso trará pontos polêmicos em virtude do grande envolvimento que a maioria deles possui com a prática do futebol.

4.5.1. DINÂMICAS INTEGRANDO CULTURA, ESPORTE E LAZER

Oficina – Culturas de “jovens” + Culturas de “velhos” – Somando na comunidade para integrar a sociedade:
Projeto “Encontro dos Insólitos”

Tempo de duração aproximado

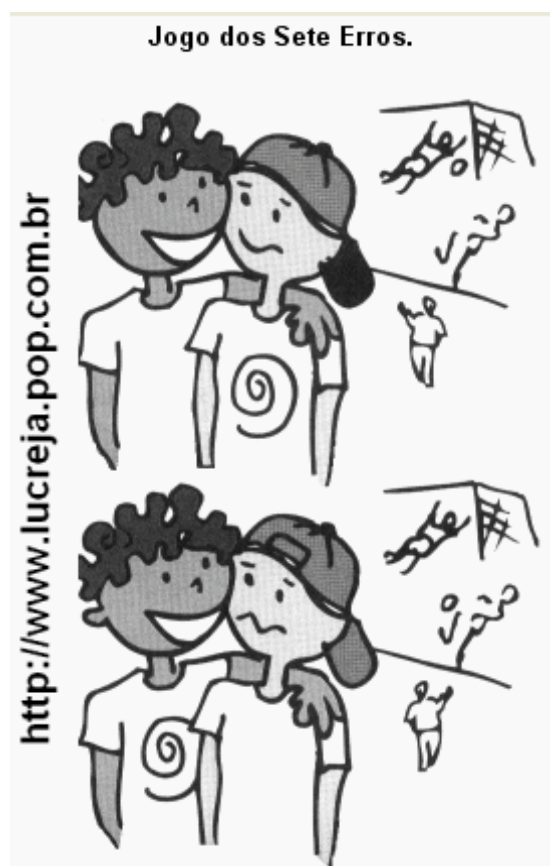
15 horas (dispostas, tal como um projeto para ser executado ao longo de 2 a 3 meses – desde a etapa de planejamento ao evento cultural)

O Projeto “**Encontro dos Insólitos**” tem entre seus objetivos a coesão do grupo, a participação social e a promoção dos encontros intergeracionais, o exercício de aprendizados de organização, planejamento e montagem de um pequeno evento cultural, além da fixação de todos os conteúdos do Percorso I e II, especialmente, vivências de diversidade cultural, fortalecimento das identidades e compreensão das diferenças como possibilidades de diálogos entre as comunidades.

Etapa 1 – Jogar com o “lugar” e com o “fora do lugar”

Você sabe o que é insólito?

É algo que dificilmente acontece e que quase sempre nos deixa surpresos. Poderíamos dizer até, que é um “evento” que não estava previsto no “roteiro da vida”. Para completar essa ideia: Insólito também é considerado aquilo que está fora do lugar. Um bom exemplo é o jogo abaixo em que o desenhista nos pede para encontrar os objetos que estão no “lugar errado” em relação ao contexto. Que tal brincar um pouco com essas coisas “fora do lugar” do jogo para depois seguirmos nessa conversa insólita sobre o insólito!

Desafio 1: JOGO DOS ERROS (sem solução)

Com solução



Etapa 2 – O lugar certo dos insólitos

Ao procurar pelas diferenças nesse joguinho não nos perguntamos sobre muita coisa – simplesmente acreditamos que achar as coisas indicadas e cumprir a meta estabelecida, basta. Toda a atenção se volta para encontrar o que é “certo” e o que é “errado” naquele lugar. Mas na vida em grupo tem momentos que é difícil saber se as coisas que estão ali na frente da gente estão ou não, no “lugar certo”. Outra coisa que complica mais ainda o “jogo da vida” é que o que está no “lugar” para um de nós, pode estar “fora do lugar” para o outro.

Já havia pensado sobre isso antes? Qual é o “lugar” para a música e a dança de que você mais gosta no local onde você mora? Existe uma música e uma dança “tradicional” (folclórica, por exemplo) que ocorra no local onde você mora? Os “lugares” onde as pessoas se encontram para escutar as músicas de que você gosta são os mesmos onde os outros escutam as músicas “tradicionais”?

Desafio 2: Responda as questões acima dialogando com um grupo formado por 3 ou 4 componentes

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

Anotações Extras _____**Etapa 3 – Promovendo o encontro dos insólitos**

Experimentamos o “insólito” graficamente ao encontrar as diferenças do desenho e foram os nossos olhos que nos ajudaram a cumprir a tarefa. Experimentamos o “insólito” exercitando a lembrança que está registrada em nossos ouvidos e aos nossos olhos quando identificamos as “músicas e danças”, provavelmente chamadas de “jovens” e de “velhas” onde você vive. Se isso que estamos dizendo for verdade, ao olhar para as respostas das questões 2 e 3 que acabaram de preencher no “desafio 2” – lá estará o insólito por escrito. Agora vamos usá-lo como um “mapa cultural” para criar um “Encontro Insólito”.

Desafio 3 – Procure em sua localidade os artistas que melhor representam os gêneros de música e dança que foram listados acima. Caso existam várias alternativas procurem fazer uma votação para eleger um representante para cada estilo de música – “jovem” e “tradicional”.

Convide-os para realizar uma apresentação para o grupo do Projovem (um ou mais Coletivos jovens) explicando que esse é um desafio que prevê uma “conversa” direta com o público. A forma que consideramos mais interessante de realizar essas apresentações prevê a abertura por um dos jovens do Coletivo (que cumpriria o papel de apresentador, identificando o artista – seu nome, idade, gênero musical ou de dança), primeiramente, a apresentação das manifestações “jovens” seguida das “tradicionalistas”. Seria interessante que, após as duas apresentações, que não excederiam 15 minutos cada uma, uma pessoa conhecedora dos gêneros apresentados fizesse um comentário sobre as diferenças existentes entre o que acabaram de assistir (considerando o tipo de gênero, instrumentos, aspectos históricos e locais em que normalmente os artistas costumam apresentar-se na localidade). É fundamental que esse comentário não implique nenhum tipo de “juízo de valor”, sobre o que é melhor ou pior, enfatizando o caráter diferencial. Sempre que possível, os artistas podem ser convidados a regressar para uma última apresentação, dessa vez simultânea, como se fosse um diálogo entre os instrumentos e a voz. Idealmente, executariam duas músicas, sendo que cada um teria direito de escolher uma canção para que o outro acompanhasse da forma que lhe fosse possível.

Dica alternativa para a etapa 3

Caso seja impossível realizar essa atividade com os artistas pessoalmente (porque não aceitaram o convite do grupo), sugerimos duas alternativas para que a organização do “Encontro Insólito” não seja inviabilizada:

- *utilize os recursos de equipamento de som e imagem disponíveis – se preciso solicitando o apoio de instituições como o CRAS, as escolas, igrejas e mesmo particulares;*
- *utilize vídeos, DVDs, fotografias e recortes de jornais para mostrar as imagens dessas manifestações artísticas escolhidas – se necessário solicite o apoio das mesmas instituições e pessoas listadas acima; e*
- *utilize técnicas de dramatização e dança com os próprios jovens que podem ter vocações artísticas que gostariam de mostrar para o grupo.*

4.6. JUVENTUDE E TRABALHO

No Percurso I, buscou-se estimular a integração dos participantes do Coletivo, fazendo com que reconhecessem semelhanças e diferenças presentes no grupo, a partir da problematização e do resgate das experiências de trabalho vivenciadas pelos jovens, desenvolvendo-se noções relativas ao conceito de trabalho em seus aspectos positivos e negativos: trabalho como liberdade e trabalho como necessidade. Iniciou-se também o aprimoramento de suas habilidades cognitivas de interpretar, resumir, relatar, comparar e produzir textos na modalidade oral e escrita da língua portuguesa. Buscou-se, ainda, desenvolver a compreensão da relação entre técnica, tecnologia e ciência, por meio da reflexão sobre a natureza e as formas de produção do conhecimento e sobre quanto de conhecimento existe atrás de muitas práticas do nosso cotidiano e como ele vai sendo construído socialmente por muitos anônimos nas comunidades humanas e entre comunidades diferentes.

Neste segundo Percurso, objetiva-se, a partir da reflexão acerca da relação indissociável entre Trabalho – Saúde – Vida – Meio Ambiente, desenvolver a percepção sobre como as atitudes e procedimentos no dia a dia na vida e nas atividades do trabalho e em geral podem concorrer ou não para um ambiente saudável e sustentável, propiciando um olhar crítico sobre o corpo, a saúde (física e mental) e o meio ambiente. A partir da análise sobre o processo de conhecimento e do desenvolvimento tecnológico e sua relação com a forma de organização da sociedade e dos impactos sociais decorrentes das escolhas para o desenvolvimento e uso da tecnologia, busca-se a compreensão das formas de alienação dos sujeitos na produção e no consumo, discutindo-se sobre como a sociedade de consumo pode levar à negação da identidade cultural.

Como no Percurso I, a presença do asterisco (*) no texto indica que o termo está definido no Glossário (Anexo II) ao fim do tema, e a presença do símbolo @, indica que é um termo do PontoCom@, que trata das competências de comunicação e estará definido no próprio texto em seguida à sua ocorrência.

1 – Avaliação do Percurso Socioeducativo I

Os objetivos a serem alcançados no desenvolvimento deste tópico são os seguintes: a) proporcionar ao Coletivo de jovens um primeiro momento de avaliação do Percurso Socioeducativo relativo ao 1º trimestre, de forma participativa, considerando o desenvolvimento de todas as dimensões do Serviço, e b) discutir coletivamente as facilidades e dificuldades encontradas e encaminhar soluções para a continuidade da caminhada do Coletivo neste Percurso.

A avaliação no processo formativo é de extrema valia. A partir deste primeiro Encontro de avaliação, que se repetirá ao início dos demais Percursos, pretende-se aferir a caminhada e o trabalho até aqui desenvolvidos pelos grupos de jovens. Não deve se prestar a medir o desempenho individual dos jovens no Percorso Socioeducativo do Serviço, mas visa refletir sobre os obstáculos enfrentados individual e coletivamente, constituindo um momento essencial para a superação das dificuldades e recomposição das energias para o prosseguimento da caminhada.

ATIVIDADE 1 – Dinâmica de auto-avaliação: “Estrada da formação”

O objetivo desta dinâmica não é estético, mas um meio de propiciar a expressão lúdica e criativa do que essa caminhada ao longo do Percorso Socioeducativo I representou para os jovens. O resultado da criação deve ser guardado para comparação com os desenhos da Estrada da Formação nos demais Percursos.

Material de apoio

Folhas de papel duplo ofício e lápis de cor, tesouras, revistas, colas e rolo de fita crepe.

Convide os jovens para o processo de avaliação:

- distribua uma folha de papel para cada participante;
- oriente-os a criarem símbolos (por exemplo: pedra, montanha, árvores e outros elementos da estrada) que expressem as suas vivências (dificuldades, facilidades, prazer e insatisfações) ao longo das atividades desenvolvidas no Percorso Socioeducativo I para a produção de uma síntese de seu aproveitamento naquele Percorso, através da produção de um desenho;
- sugira que os jovens elaborem uma legenda com os símbolos criados;
- após a produção dos desenhos, peça que fixem nas paredes ou exponham mesmo no chão para a apreciação de todos; e
- promova a socialização da avaliação a partir da leitura dos desenhos: solicite um voluntário que exponha sua autoavaliação do Percorso Socioeducativo I.

Importante! Crie um ambiente de confiança e solidariedade. Iniba manifestações desrespeitosas. Reafirme o objetivo da avaliação sempre que necessário. Abra o debate. O processo avaliativo em grupo deve buscar soluções coletivas. Não se furte ao diálogo. Faça comentários, ora problematizando, ora destacando a pertinência das análises.

Dica

Esta atividade não se confunde nem é redundante com a Atividade de Avaliação a ser realizada ao final de cada Percurso Socioeducativo. Aqui se oferece uma importante oportunidade de os jovens utilizarem a linguagem plástica para a expressão dos seus sentimentos de forma criativa e comunicativa. Estimule-os a criarem os símbolos da legenda de maneira livre, criativa e informativa. Isso resultará, com certeza, em diferentes expressões plásticas e em diferentes avaliações sobre os aspectos positivos e negativos avaliados pelos jovens. Por exemplo, para uns a estrada pode ser atravessar uma montanha de obstáculos e pode ter um cume elevado que represente uma grande dificuldade, que deve ser nomeado por eles, identificando a etapa, o assunto ou a atividade que representaram maior obstáculo para eles naquele Percurso. Já, para alguns, o caminho pode ser de pedras e acidentado e menos íngreme do que para outros. E haverá ainda aqueles que desenharão um caminho em um campo silvestre, florido e aprazível, por exemplo. A forma de desenhar e de utilizar os símbolos no desenho deve ser representativa dos aspectos que no Percurso I representaram dificuldades, facilidades, alegrias, tristezas, enfim, as vivências concretas dos jovens no processo socioeducativo. No comentário das produções, observe o símbolo que representa o jovem, como ele se vê e se retrata, e procure incentivar a interpretação da linguagem visual como uma importante habilidade no mundo contemporâneo, muito presente em todas as formas de comunicação. Relacione a linguagem corporal do jovem (já trabalhada no Percurso I em atividades de Cultura e de Esporte e Lazer) através da autorrepresentação e valorize a sua expressividade.

2. Mundo do trabalho, mercado de trabalho e do consumo

Os objetivos a serem alcançados no desenvolvimento deste tópico são os seguintes: a) desenvolver a percepção sobre como as atitudes e procedimentos no dia a dia na vida e nas atividades do trabalho e em geral podem concorrer ou não para um ambiente saudável e sustentável; b) propiciar um olhar crítico sobre o corpo, a saúde (física e mental) e o meio ambiente; e c) compreender as formas de alienação dos sujeitos: na produção e no consumo.

3. Qualidade de vida e qualidade no trabalho

Os objetivos deste tópico são os seguintes: a) promover a compreensão da relação indissociável entre trabalho-saúde-vida-meio ambiente e qualidade de vida; b) desenvolver visão crítica sobre as formas de produção, organização e divisão do trabalho que alienam, por um lado, e, por outro, sobre como atitudes e procedimentos nas várias atividades, sobretudo nas de trabalho, podem concorrer ou não para a emancipação sustentável; c) discutir sobre como a sociedade de consumo pode levar à negação da identidade cultural; e d) relacionar a qualidade do/no trabalho à qualidade de vida.

Procuramos, nesta oportunidade, dar continuidade às discussões sobre a construção da identidade desses sujeitos nas dimensões individuais e coletivas. E, em contraponto, discutir como a sociedade de consumo pode levar à negação de uma identidade cultural, à medida que padroniza, pasteuriza o corpo, o comportamento, as relações, a cultura enfim.

Para tanto, vamos desenvolver os conteúdos e as atividades desses dois tópicos – “**Mundo do trabalho, mercado de trabalho e do consumo**” e “**Qualidade de vida e qualidade no trabalho**” – de forma integrada e articulada, uma vez que na vida real são indissociáveis.

A lógica da produção e do consumo na sociedade capitalista*, cotidianamente, acaba moldando indivíduos e tornando-os subordinados e reprodutores de um modelo de desenvolvimento baseado na máxima exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humana. A finalidade de obtenção de lucros e de ganhos econômicos para uma parcela cada vez menor de segmentos e setores da população de determinadas regiões e centros urbanos do país compromete o desenvolvimento social, contrasta com o alargamento do empobrecimento da maioria e com a deterioração da qualidade de vida em muitas cidades no campo e em várias metrópoles no país e no planeta, que não conseguem assimilar os novos modelos de produção. E, mais do que isso, descaracteriza as identidades e a diversidade cultural, conformando-as a um único padrão de consumo e alienando-as dos seus potenciais de produção regionalmente sustentáveis.

Cabe, nesse momento, levar o jovem a perceber que, paradoxalmente, ele é objeto de um modo de produção e consumo, mas é também potencialmente sujeito que modifica e interfere na realidade e no ambiente. Como então podemos experimentar novas bases de consumo na sociedade, ancoradas numa concepção socialmente responsável de desenvolvimento sustentável, tendo como referência o trabalho, a saúde e o meio ambiente?

O primeiro passo é conseguir identificar criticamente que existe um padrão de consumo dos jovens. Por que consumimos determinados produtos e serviços? Em que eles se diferenciam? Em que se assemelham?

O passo seguinte é procurar ampliar a reflexão para os outros segmentos sociais.

Dica

Para aprofundar as noções força de trabalho humano, recursos naturais e desenvolvimento social ver os textos de apoio 1 Processo de trabalho (OLIVEIRA, p. 6-8, 198) e 2, O choque teórico da Politecnia (SAVIANI, 131-152, 2003) no Anexo III.

ATIVIDADE 2 – Padrão de Consumo

Etapa 1: Identificando padrão de consumo

Material de apoio

Folhas de papel ofício e lápis, folhas de papel pardo, pincéis atômicos e rolo de fita crepe.

Solicite que cada jovem liste 10 produtos que consome regularmente e apresente seus motivos. O registro pode ser assim organizado:

Produto (1 a 10)	Motivo (1 a 10)
1.	1.

Divida o Coletivo em 4 ou 5 grupos. Cada grupo deverá registrar os 5 produtos que mais foram listados individualmente

Produto (1 a 5)	Motivo (1 a 5 ou mais de 5)
1.	1.

Para montar um quadro com o padrão de consumo do Coletivo, podem-se listar as menções de cada grupo registrando as que se repetem com as suas respectivas motivações. Exemplo:

Produtos	Motivos	Quantidade de menções
1.	1.	1.

Etapa 2: Analisando o padrão de consumo

A partir da observação do quadro de informações acerca do consumo dos jovens participantes, faça os seguintes questionamentos:

1. Quais os produtos mais consumidos pelo Coletivo? Há semelhança nas motivações individuais? Existe outro produto assemelhado disponível no mercado? Por que não foi listado como objeto de consumo?

2. Indague: podemos afirmar que existe um determinado padrão de consumo do Coletivo? Há semelhanças com o consumo médio de outros agrupamentos sociais?

3. As motivações para o consumo desses itens são mais pessoais (da personalidade, do ser) ou sociais (*status*, da aparência, da imagem que o outro faz de você, do ter)?

4. Explore as contradições presentes nos discursos dos jovens. O que buscamos quando adquirimos um produto ou fazemos uso de serviços? Qualidade? Custo e benefício? Em caso de explicações baseadas na questão financeira, justificando o não consumo, confronte-as com comportamentos que apontem o inverso. Consumimos mal e produtos muitas vezes mais caros. Por que não tomamos sucos naturais em vez do refrigerante? Quais seriam os atributos de qualidade que fazem com que a escolha seja pelo refrigerante?

5. Qual a relação do que consumimos com a produção e a oferta de mercadorias?

6. Pergunte-lhes sobre a questão do lixo, dos resíduos do consumo na atualidade?

Dando continuidade à problematização dos aspectos relacionados à lógica utilitarista de produção e consumo na sociedade industrial capitalista, a proposta é explorar as contribuições do curta-metragem “Ilha das Flores” de Jorge Furtado. O curta pode ser encontrado no site: www.portacurtas.com.br.

O filme retrata a sociedade atual, tendo como enfoque seus problemas de ordem sociais, econômicas e culturais, na medida em que contrasta a força do apelo consumista, os desvios culturais retratados no desperdício, e o preço da liberdade do homem, enquanto um ser individual e responsável pela própria sobrevivência. Através da demonstração do consumo e desperdício diário de materiais (lixo), o autor aborda toda a questão da evolução social de indivíduo,

em todos os sentidos. Torna evidente ainda todos os excessos decorrentes do poder exercido pelo dinheiro, numa sociedade onde a relação opressão e oprimido é alimentada pela falsa ideia de liberdade de uns, em contraposição à sobrevivência monitorada de outros.

Assim, com as imagens do filme, podemos abordar a forma pela qual a sociedade industrial produz a alienação, tanto no mundo da produção, quanto no mundo do consumo.

Antes de assistir ao filme, propomos uma atividade de preparação cujo tema é a relação entre saúde-trabalho-vida-meio ambiente. Interessa-nos destacar num primeiro momento que a separação desses conceitos (vida, saúde, trabalho, meio ambiente) no tocante à vida cotidiana é uma mera abstração didática, para individualizar cada uma dessas dimensões, a partir da fragmentação do tempo imposta pela sociedade industrial moderna, como vimos nas atividades desenvolvidas no Percurso anterior. Cada uma dessas esferas da vida não existe sem a outra. Viver, trabalhar, cuidar da saúde e do meio ambiente não são ações isoladas na prática cotidiana. Pensamos e agimos assim porque isso predominantemente ainda nos é imposto.

Na verdade, a provocação é intencional, pois pensar separadamente esses sistemas resulta na não compreensão da complexa teia da vida social.

Caro Orientador, propomos que os jovens possam ampliar sua reflexão com relação aos diversos aspectos colocados pela trama: trabalho precário* e ilegal, em condições precárias X trabalho decente; redução do trabalhador à máquina ou mercadoria; tecnologia a serviço da produtividade e do lucro e não da melhoria das condições de vida e trabalho; saúde do trabalhador; alienação no consumo e na produção; resignação e conformismo X inconformismo e resistência; mobilidade tendo como fator a busca pela melhoria de vida; contraste entre riqueza e pobreza; degradação do meio ambiente, entre outros aspectos presentes em cada realidade e vivência local.

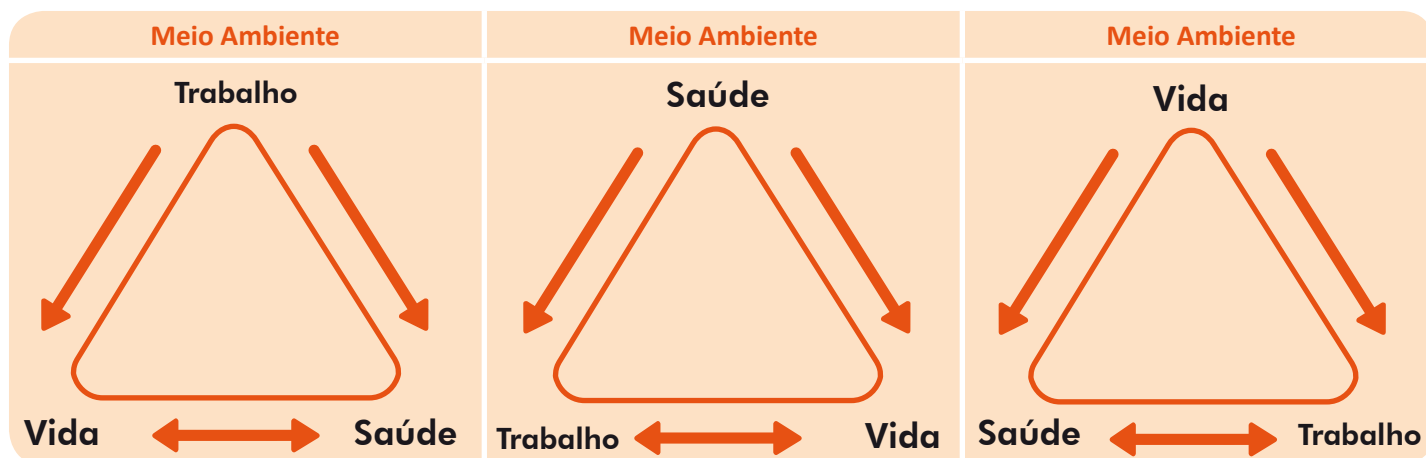
Para tanto, desenvolvemos a Atividade 3, a “dinâmica dos triângulos”, com vistas a aguçar a crítica e o olhar do jovem na consideração dessas três dimensões – vida, o trabalho e a saúde – que se fazem presentes de forma indissociável e interdependente no cotidiano e na produção da cultura e da sociedade, mas que nas matérias escolares e nas representações dos diferentes campos de saber e de ação, parecem ser separadas e não tendo relação de causa e efeito entre si.

O que se pretende é que os jovens reflitam sobre essa relação, percebendo que cada uma das três dimensões, vida, saúde e trabalho, pode igualmente figurar em qualquer um dos três vértices do triângulo, que não há relação de predominância ou de prioridade entre elas. Ao contrário, que a qualidade de vida depende da relação indissociável e intrínseca que há entre qualidade no trabalho e bem-estar, isto é saúde e trabalho constituem a base saudável para uma vida saudável. E como o trabalho é a ação do homem no meio ambiente para atender as suas necessidades de sobrevivência e de ser de cultura, os impactos dessa ação podem resultar ou não em degradação da sociedade e do meio ambiente e comprometer a saúde e a qualidade de vida do indivíduo e da coletividade.

ATIVIDADE 3 – Aguçando o olhar

Material de apoio

Cópias dos três triângulos abaixo em papel duplo ofício ou desenho dos mesmos em papel pardo separados.



Etapa 1: Dinâmica dos triângulos – preparando o olhar para o filme

Exponha os triângulos abaixo em pontos diferentes no ambiente em que será desenvolvida a atividade e solicite que os participantes se coloquem diante daquele que represente melhor a relação trabalho-saúde-vida-meio ambiente. Em seguida, nos pequenos grupos formados no entorno de cada figura, cada um deve argumentar sobre sua escolha.

Etapa 2: Dinâmica dos triângulos (continuação)

Em seguida, solicite que um relator de cada grupo exponha os argumentos apresentados para a escolha da respectiva relação expressa na figura escolhida. Problematicize os argumentos dos grupos. A expectativa é que eles se limitem a escolhas fragmentadas, valorizando uma ou outra determinação expressa na figura. Como dissemos anteriormente, a separação desses termos no tocante à vida cotidiana é uma mera abstração. Pensar separadamente esses sistemas resulta na não compreensão da complexa teia da vida social.

Etapa 3: Dinâmica dos triângulos (finalização)

Pergunte-lhes: haveria outra forma de representação mais adequada da relação trabalho-saúde-vida-meio ambiente? Incentive-os voluntariamente a desenhar essa nova relação. A ideia não é achar uma resposta correta que represente essa relação, mas destacar pontos de interpretação diferentes. Dependendo do enfoque da argumentação privilegia-se uma ou outra representação. São todas justificáveis.

Conclua a atividade convidando-os para assistirem ao curta-metragem 'Ilha das Flores'.

ATIVIDADE 4 – Ilha das Flores

Material de apoio

DVD ou fita de vídeo com o filme e aparelhos para a reprodução
(TV, DVD ou vídeo cassete)

Etapa 1: Assistir ao filme “Ilha das Flores”

Orientador, o curta-metragem apresenta uma trama que possibilita o desenvolvimento transversal dos diversos temas (cultura, saúde, meio ambiente, direitos e trabalho). A atividade 5 do tema Juventude e Meio Ambiente apresenta dinâmicas que podem e devem ser articuladas ao filme. Portanto, sugerimos que você se planeje para concentrar numa mesma semana ou quinzena um conjunto de atividades/Encontros com os seus respectivos Coletivos de jovens.

IMPORTANTE! Assista ao filme com antecedência. A preparação para o trabalho é um dos elementos da FTG.

Convide os jovens a assistirem ao filme. 1) Leia a sinopse[@] do filme (ver na contra capa do DVD ou da fita de vídeo ou mesmo no site. O vídeo pode ser encontrado no site: **www.portacurtas.com.br**. Se necessário, explique o que é uma sinopse; 2) Ao final do filme, peça que cada um manifeste livremente suas primeiras impressões. O que mais chamou a atenção? Procure registrar essas falas para posterior reflexão; e 3) Releia a sinopse e indague: vocês fariam uma outra sinopse para o filme?

PontoCom@

Sinopse: é a apresentação concisa do texto de um artigo, obra ou documento que acompanha, devendo ser redigida pelo autor ou pelo editor da obra. Consiste em um texto que oferece a visão do conjunto da obra, por meio de uma narração breve do conteúdo da obra.

Etapa 2: Reapresentação e debate

Solicite que observem o roteiro a seguir para que procurem imagens que ressaltam no filme que apresentem: a) o corpo como mercadoria; b) a saúde como mercadoria; c) o meio ambiente como mercadoria, e d) a alienação* no trabalho e no consumo.

Convide-os para o debate sobre o filme. 1) Questione-os se nos espaços em que circulam identificam cenas que retratem os mesmos aspectos ressaltados no filme; 2) Recupere as primeiras impressões manifestadas pelos jovens logo após a primeira sessão do filme, tecendo breves comentários; e 3) Pergunte-lhes sobre o enredo[@], os personagens[@] e quais os problemas que a trama[@] em forma de documentário, nos provoca a refletir.

PontoCom@

Trama: intriga; resumo ao essencial dos incidentes, acontecimentos, situações e eventos que constituem o enredo.

Enredo: conjunto de incidentes, situações e eventos, arrançados em sequência temporal ou conforme a vontade do autor, que constituem a ação de uma obra de ficção. Diferencia-se sutilmente da trama ou intriga por esta referir-se mais ao essencial dessa totalidade.

Personagem: cada uma das pessoas fictícias ou reais, que figuram em qualquer forma de narrativa (romance, reportagem, poema, peça teatral, filme etc.).

Narrador: pessoa que narra ou descreve, que conta uma história. Intérprete que resume uma situação da história ou descreve detalhes necessários que não caibam no diálogo.

Coordene o debate na roda com todos de acordo como os objetivos propostos.

Propomos aqui alguns aspectos a serem abordados:

- ✓ Onde se passa o documentário?
- ✓ Quais as problemáticas sociais que atravessam?
- ✓ Que cenas podem identificar: a mercantilização do corpo, da saúde e do meio ambiente como objetos de consumo, como mercadoria?
- ✓ Os processos de alienação no trabalho e no consumo.

Ao longo deste Percurso Socioeducativo, os jovens foram desafiados a realizar um movimento de aproximação e distanciamento do seu cotidiano. Primeiro, buscaram perceber quais os hábitos de consumo comuns ao grupo. Em seguida, viajaram com o filme “Ilha das Flores” e foram instigados a pensar sobre a integralidade das dimensões humanas. Apresentar essa obra foi a estratégia para aprofundar a reflexão coletiva acerca da estreita relação entre qualidade de vida e qualidade no/do trabalho entendendo o ser humano como um sujeito integral. A qualidade de vida e qualidade do e no trabalho foram objeto de reflexão.

Agora, convide os jovens a exercitar uma das capacidades mais presentes nesse tempo da vida: através da imaginação construir uma história coletiva em que a reflexão sobre a qualidade do trabalho apareça como elemento fundamental para qualidade de vida.

ATIVIDADE 5 – Criando a História

A sugestão é que a atividade se desdobre em quatro etapas: a concepção, o planejamento, a preparação e a apresentação de um esquete sobre as reflexões desenvolvidas neste Percurso Socioeducativo.

Etapa 1: Construindo uma história – (concepção).

Nesta primeira etapa da atividade valorize o exercício da imaginação, da verbalização, da rapidez e do espírito de grupo. Organize o espaço em círculo. Um dos jovens inicia uma história cujo tema seja qualidade de trabalho e qualidade de vida. É importante estimular o Coletivo para a realização da atividade. A história vai sendo completada com a fala do companheiro(a) à sua direita e assim sucessivamente até que todos participem na construção dessa história.

Atenção

Frisar que não deve haver interrupção da história, ao receber o enredo passado pelo companheiro, o participante deve imediatamente continuar a história com coerência. Uma pessoa, o próprio Orientador ou mesmo um jovem deve registrar a história num quadro, num papel pardo, em algo que permita a todos visualizarem o texto produzido. Revisar o texto coletivamente de modo a garantir a coerência da história.

Etapa 2: Construindo uma história – (planejamento)

Distribua tarefas e responsabilidades: Quantos e quais são os personagens? Quem será ator/atriz? A história precisa de um narrador[@]? Quem irá assumir esse papel? Qual será o lugar para realização do evento? Quem do Coletivo se compromete a garantir um espaço? A peça/cena/esquete[@] terá uma indumentária? Um grupo pode se responsabilizar por isso? Quem dirige a peça/cena/esquete? Haverá um cenário? Quem irá construí-lo? Com que materiais?

Etapa 3: Construindo uma história – (preparação)

É hora de ensaiar, ajustar o texto escrito a sua nova finalidade: um texto ‘teatral’, dito com sentimento e expressão, marcar os espaços de atuação no ‘palco’ (direção). Deve ser levada em conta a adequação do espaço.

PontoCom@

Esquete: pequeno quadro teatral, rapidíssimo, geralmente cômico, improvisado ou não, com unidade dramática e com princípio, meio e fim determinados. Muito frequente em teatro de revista e em programas humorísticos de rádio e de televisão.

É a oportunidade de desenvolver a comunicação gestual e corporal, trabalhar a inibição, a cooperação e a análise crítica de situações e vivências a serem ressignificadas na perspectiva de soluções positivas e otimistas para a realidade dos jovens.

ATIVIDADE 6 – Esquete

Etapa final: A história numa esquete (apresentação)

Esse é o momento de culminância do Percorso II. Sugerimos que o Coletivo de jovens possa convidar seus amigos e parentes para assistir ao que produziram. É uma forma de apresentar à comunidade o que a ação socioeducativa tem realizado. Caso exista outro Coletivo de jovens na região, a apresentação pode ser no mesmo dia como forma de socialização entre os dois grupos.

ANEXO I – Ficha 2 do POP

Ocupações e relações de trabalho dos jovens e familiares

FICHA I – A: Relações de Trabalho dos Pais/Responsáveis e dos Filhos

Ocupação		Tipo de vínculo de trabalho com o empregador: carteira assinada, pagamento por tarefa, outros.
<i>De meu pai ou responsável</i>	<i>No local de origem</i>	
	<i>No atual local de moradia</i>	
<i>De minha mãe ou responsável</i>	<i>No local de origem</i>	
	<i>No atual local de moradia</i>	
<i>Minha experiência</i>	<i>No local de origem</i>	
	<i>No atual local de moradia</i>	

Quais eram as relações de trabalho dos familiares ou pessoas que você listou na Ficha 1? E as relações de trabalho que você teve? Compare e verifique se houve mudanças. Quais foram?

FICHA II – B: Ocupações na minha comunidade e território

Ocupações	Características
<i>Ex: balconista</i>	<i>Lida com pessoas. Precisa sabe comunicar-se; saber tratar o freguês. É movimentado. A ocupação exige ensino fundamental incompleto e curso de informática.</i>
1.	
2.	

ANEXO II – Glossário

Alienação

Ação pela qual – ou estado no qual – um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam – ou permanecem – alheios, estranhos (1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade; e à atividade, ela mesma; (2) à natureza na qual vivem, e (3) a outros seres humanos. Com isso, alienam-se de si mesmos e de suas possibilidades construídas historicamente. Assim, o ser humano se afasta de sua real natureza e torna-se estranho a si mesmo na medida em que já não controla sua atividade essencial (o trabalho), pois os objetos que produz, as mercadorias, passam a adquirir existência independente do seu poder e antagônica aos seus interesses. Assim, a alienação no trabalho se manifesta em três dimensões principais: (1) em relação aos produtos do trabalho – o trabalhador não detém a propriedade nem o controle sobre os frutos do seu trabalho, não determina o que produzir nem o por que produzir; (2) em relação à atividade de trabalho – o trabalhador não controla como o produto é produzido; é o executor de um processo concebido por outros, e (3) em relação à espécie – o trabalhador, ao se sujeitar a esse processo de desapropriação de si, não se desenvolve plenamente como ser humano.

Sociedade capitalista / Capital / Capitalismo

O capital é uma relação social necessária e essencialmente antagônica, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção. O capital é um sistema social produtor de mercadorias, que tem como sentido último a produção de valor excedente, isto é do lucro. Caracteriza-se ainda pela relação salarial em que a força de trabalho é trocada como mercadoria, sua relação fundamental. A divisão social do trabalho na qual assenta o capital, separa proprietários dos meios de produção, aos quais cabem os lucros, e trabalhadores, aos quais cabem os salários, numa relação produzida e reproduzida constantemente. A concentração e a centralização de capital é uma das mais importantes leis desse sistema e é consequência daquela divisão social do trabalho e da concorrência entre capitalistas. O modo de produção que se consolidou a partir do desenvolvimento do capital chama-se capitalismo. A diferenciação entre capital e capitalismo parte da ideia de que aquele é anterior e pode sobreviver a este. Esta diferenciação é importante para se pensar as estratégias socialistas de superação histórica, pois abolir esta ou aquela forma particular de capitalismo não implica a abolição do capital como totalidade global.

Trabalho precário e precarização

A precarização das condições de trabalho decorre do aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial – o que se denomina como ‘bico’. O trabalho precário é exercido em condições caracterizadas pela ausência de dispositivos institucionais de garantia dos direitos historicamente constituídos como parte do estatuto de cidadania dos trabalhadores. A precarização do trabalho vem sendo reforçada pela nova correlação de forças entre capital e trabalho, pela debilidade dos sindicatos, pelo desemprego crescente e pela abertura das economias nacionais.

ANEXO III – Textos de apoio

Texto de apoio 1 – Processo de trabalho (Oliveira, p. 6-8. 1998)

Processo de trabalho é o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força de trabalho e do produto do trabalho. O objeto do trabalho é a matéria com que se trabalha: matéria bruta é a matéria que se encontra em estado natural; matéria-prima é a matéria que já sofreu interferência do homem, mas ainda não foi convertida em produto.

Os meios de trabalho são os instrumentos que o homem utiliza para realizar a transformação da matéria e o ambiente em que ocorre essa transformação: serrote e a oficina de marcenaria são meios de trabalho. Força de trabalho é a energia humana empregada no processo de transformação, mas não pode ser confundida com trabalho (o trabalho é o rendimento da força de trabalho). Produto é o valor criado pelo trabalho e corresponde ao objeto produzido para satisfazer as necessidades humanas. (o produto é então um valor de uso). Logo, pelos conceitos expostos, o trabalho está embutido num processo que envolve elementos concretos e abstratos em todas as suas etapas.

O trabalho não se interrompe no produto, no seu valor de uso, mas completa-se no seu valor de troca, quando então se encontra reproduzido como mercadoria. O que determina o valor de troca são as relações que Marx denomina *relações de produção*, tecidas entre os homens na busca da produção. As relações de produção são técnicas e sociais. São técnicas quando os agentes da produção (trabalhadores e não-trabalhadores) se organizam de acordo com a natureza do trabalho (individual ou coletivo). São sociais quando as relações se estabelecem entre o produtor direto (trabalhador não-proprietário) e o produtor indireto (o proprietário dos meios, que depende o produtor direto). No processo de produção, as relações sociais é que determinam as condições de trabalho, isto é, assalariado ou não, tendo em vista a finalidade da produção.

É interessante observar ainda que o avanço tecnológico da produção é sempre produzido pelas relações sociais reprodutoras das estruturas dominantes. Assim sendo, é somente com o domínio da estrutura econômica e de um tipo de coerção correspondente que se extraem os excedentes que determinam historicamente as transformações tecnológicas.

Outra questão importante para a definição da história do trabalho consiste na discussão sobre a relação entre progresso econômico e o progresso social. Poder-se-ia inferir precipitadamente que, quanto maior o progresso econômico, mais avança o progresso social.

Na verdade, o progresso social é produto das lutas de classes no processo histórico, desencadeadas sempre no interior de diferentes formas de apropriação e de coerção do trabalho, pois da incompatibilidade histórica entre o capital e o trabalho surge sempre a sua negação, do trabalho, das estruturas dominantes. Os exemplos mais claros disso encontram-se no processo na ruptura do feudalismo e na constituição do Estado socialista contemporâneo.

Consubstanciando algumas questões fundamentais para estabelecer os parâmetros de uma história do trabalho, pode-se indagar: por que produz? como se produz? para que se produz?

Texto de apoio 2 – O choque teórico da Politecnia (SAVIANI, 2003, p. 131-152)

Na formação dos homens, deve-se considerar o grau atingido pelo desenvolvimento da humanidade. Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem. É possível detectar, ao longo da história, diferentes modos de produção da exis-

tência humana que passam pelo modo comunitário, o comunismo primitivo; o modo de produção asiático; o modo de produção antigo, ou escravista; o modo de produção feudal, com base no trabalho do servo que cultivava a terra, propriedade privada do senhor; e o modo de produção capitalista, em que os trabalhadores produzem com meios de produção que não são deles.

Esses diferentes modos de produção revolucionam sucessivamente a forma como os homens existem. E a formação dos homens ao longo da História traz a determinação do modo como produzem a sua existência. Um pressuposto dessa concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho.

Se o homem se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a as suas necessidades (e ajustar às necessidades significa plasmar a matéria, a realidade, segundo uma intenção, segundo um objetivo, que é antecipado mentalmente), então o exercício da função intelectual já está presente nos trabalhos manuais os mais rudimentares, os mais primitivos. A separação dessas funções é um produto histórico-social e não é absoluta, mas relativa. Essas manifestações se separam por um processo formal, abstrato, em que os elementos predominantemente manuais se sistematizam como tarefa de um determinado grupo da sociedade, ao passo que os elementos predominantemente intelectuais se sistematizam como tarefa específica de um outro grupo da sociedade.

Temos, então, o que conhecemos por trabalhadores manuais, por profissões manuais. A sistematização dessas tarefas manuais passa a definir de forma dominante essas profissões, mas não excluem a função intelectual. O próprio fenômeno da aprendizagem evidencia isso: se o trabalhador pode aprender essas funções, exercer essas atividades, é porque aplica a sua inteligência no domínio desse processo. Inversamente, as funções e as profissões ditas intelectuais têm esse nome porque se organizam tendo como eixo de articulação as funções intelectuais. Mas também não se fazem sem o recurso à prática, à ação manual. É por isso que a ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem a base da ação.

O que a ideia de politecnia tenta trazer é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação. A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade. Na medida em que o processo de trabalho, historicamente, liberta os homens do jugo da natureza, do trabalho braçal, transferindo-o progressivamente para as máquinas, não ocorre nada mais do que um desenvolvimento do próprio controle da natureza pelo homem. As máquinas não são outra coisa senão energia natural que o homem controla. Ao construir as máquinas, o homem usa a energia da natureza para vencer obstáculos que ele antes tinha de vencer com a energia dos próprios músculos, do próprio corpo.

Ao transferir para as máquinas grande parte do trabalho socialmente necessário, o homem libera tempo para o seu usufruto. O trabalho intelectual, ao mesmo tempo em que resulta em um crescimento material – que, por sua vez, repercute no trabalho intelectual – disponibiliza mais tempo para o ser humano.

No entanto, tal processo, na sociedade capitalista, é marcado por uma distorção: os frutos desse processo são apropriados privadamente, o que faz com que o usufruto de tempo livre só exista para uma pequena parcela da humanidade, ao passo que os trabalhadores, em que pese o crescimento da riqueza social, são lançados na necessidade de prosseguir em um processo de trabalho forçado.

A superação desse tipo de sociedade é que viabiliza as condições para que todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual.

5. BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, M. C. B. **Famílias e Políticas Públicas**. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (Orgs). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

SPOSATI, A. **Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais**. Caderno e Textos da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS/MDSCF, 2007.

JUVENTUDE E SAÚDE

BRASIL. **Boletim Epidemiológico AIDS / DSTs**. Ano IV, nº 1. Brasília: MS, 2007/2008.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.060, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Documento base: I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio**. Dicionário Eletrônico Séc. XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HUGUET, C. **Adolescentes pobres e tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro**: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, ENSP – FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <http://bvssp.cict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/1/4/841-huguetcrm.pdf>.

MANUAL MERCK para a família. Problemas de Saúde na Infância. In: Puberdade e Problemas na Adolescência. São Paulo: Med, 2006.

PORTELLA, A. P. **Gravidez na Adolescência** – Documento de Referência para o Debate no Ministério da Saúde. Recife: mimeo, 2005.

VALENTE, G. M. S. **Saúde Oral na adolescência**. Adolesc. Latinoam. V. 1, nº 3 Out./Dez. Porto Alegre: 1998.

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

DECOL, R. D. **Judeus no Brasil**: explorando os dados censitários. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2001.

FAUSTO, B. (2003). **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/>.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1993.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio: <http://www.funai.gov.br>.

JUVENTUDE E CULTURA

BOFF, L. **Depois de 500 anos** – Que Brasil Queremos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRANDÃO, J. L. **A Tradição da Diversidade Cultural**. Seminário Diversidade Cultural Brasileira, 2004. Disponível em: www.cultura.gov.br/upload/Jacyntho_1110823766.pdf. Acesso em: 05 dez. 2007.

Diversidade Cultural Brasileira. Seminário Diversidade Cultural Brasileira, 2004. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/politicas/identidade_e_diversidade/index.php?p=9922&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 05 dez. 2007.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

DAMATTA, R. A. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Unesp, 2000.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GOODEY, B. & MURTA, S. M. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MAIA, A. C.. **Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional**. Seminário Diversidade Cultural Brasileira, 2004 p.3. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Antonio_Cavalcanti_1110823613.pdf> Acesso em: 05 dez. 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. **Patrimônio Mundial do Brasil**. Brasília: Unesco & Caixa Econômica Federal, 2000.

JUVENTUDE E TRABALHO

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.060, de 13 de julho de 1990.

FIDALGO, F & MACHADO, L. **Dicionário da Educação Profissional**. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG. Belo: Horizonte: UFMG, 2000.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ed Ática, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Aurélio. Versão eletrônica autorizada à Positivo Informática Ltda, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. 2000.

OLIVEIRA, C. R. **Processo de trabalho**. Adaptação da Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Formação – Programa Integração – Elevação de Escolaridade e qualificação profissional de trabalhadores. In: **História do trabalho**. SP: Ed. Ática, 2000.

SAVIANI, D. **O choque teórico da Politécnica**. In: Trabalho, Educação e Saúde, 2003.

6. ANEXO

Sugestões de Matrizes para a organização e distribuição das atividades socioeducativas neste Percurso Socioeducativo II.

Siglas utilizadas nas Matrizes 1 e 2:

a) Temas transversais:

- **JC** – Juventude e Cultura.
- **JDHS** – Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais.
- **JEL** – Juventude e Esporte e Lazer.
- **JMA** – Juventude e Meio Ambiente.
- **JS** – Juventude e Saúde.
- **JT** – Juventude e Trabalho.

b) Ações socioeducativas:

- **ATIV** – Encontros para realização das **Atividades** de cada tema transversal, em suas Etapas.
- **DAV** – Encontro envolvendo a realização de **Dinâmica de Avaliação** do Percurso II pelos jovens.
- **DEI** – Encontro para realização do evento de **Encerramento e de Integração** do Percurso II, incluindo **Dinâmicas Integrando Cultura, Esporte e Lazer**.
- **DICEL** – Encontros envolvendo a realização de **Dinâmicas Integrando Cultura, Esporte e Lazer** (apresentadas no item 2.5.1.) para o desenvolvimento de Projeto “Encontro dos Insólitos”.
- **DIS** – Encontro para **Dinâmica de Sistematização**, pelos jovens, de seus resultados e aquisições no Percurso II – (Cartografia e Esquete), de forma lúdica e criativa.
- **DPAIF** – Encontro para a realização de Dinâmica socioassistencial reunindo os jovens e a equipe do PAIF do CRAS ao qual o Coletivo está referenciado.
- **DPLA** – Encontro para a realização de **Dinâmica de Planejamento** das ações socioeducativas, reunindo os jovens, o Orientador Social e os Facilitadores de Oficinas.
- **DSE** – Encontros envolvendo a realização de **Dinâmicas Socioeducativas sobre a Escola**.
- **DSF** – Encontros envolvendo a realização de **Dinâmicas Socioeducativas sobre Família**.
- **OFICEL** – Oficinas para a realização de dinâmicas de integração, práticas esportivas e de alguma modalidade de expressão artístico/cultural definida pelo município.

Matriz 1 – Sugestão de distribuição das atividades socioeducativas em (5) cinco dias da semana no Percurso Socioeducativo II.

MÊS 1					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Semana 01	DAV/DPLA 1 AT.1 JT Pág.	ATIV 1 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 1 Etapa 1 JDHS Pág.	ATIV 1 Etapa 2 JDHS Pág.	ATIV 1 Etapa 1 JC Pág.
	OFICEL 1/Dicel	OFICEL 2	OFICEL 3	OFICEL 4	OFICEL 5
Semana 02	ATIV 1 Etapa 2 JC Pág.	ATIV 1 Etapa 3 JC Pág.	ATIV 1 JS Pág.	ATIV 1 JS Pág.	ATIV 1 Etapa 2 JMA Pág.
	OFICEL 6/Dicel	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9	OFICEL 10
Semana 03	DSE 1	ATIV 1 Etapa 1 JEL Pág.	ATIV 1 Etapa 2 JEL Pág.	ATIV 2 JMA Pág.	ATIV 3 JS Pág.
	OFICEL11/Dicel	OFICEL 12	OFICEL 13	OFICEL 14	OFICEL 15
Semana 04	ATIV 3 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 3 Etapa 1 JMA Pág.	DSF1	ATIV 2 Etapa 1 JT Pág.	ATIV 2 Etapa 2 JT Pág.
	OFICEL 16/Dicel	OFICEL 17	OFICEL 18	OFICEL 19	OFICEL 20
MÊS 02					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Semana 01	DAV /DPLA 2	ATIV 4 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 4 Etapa 2 JMA Pág.	ATIV 4 Etapa 1 JS Pág.	ATIV 4 Etapa 2 JS Pág.
	OFICEL 1/Dicel	OFICEL 2	OFICEL 3	OFICEL 4	OFICEL 5
Semana 02	ATIV 1 Etapa 3 JC Pág.	ATIV 5 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 5 Etapa 2 JMA Pág.	ATIV 3 JT Pág.	ATIV 4 Etapa 1 JT Pág.
	OFICEL 6/Dicel	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9	OFICEL 10
Semana 03	ATIV 4 Etapa 2 JT Pág.	ATIV 5 JS Pág.	ATIV 6 JS Pág.	ATIV 2 Etapa 1 JEL Pág.	ATIV 2 Etapa 2 JEL Pág.
	OFICEL11/Dicel	OFICEL 12	OFICEL 13	OFICEL 14	OFICEL 15
Semana 04	DSE 2	ATIV 7 JS Pág.	ATIV 8 JS Pág.	ATIV 2 JC Pág.	DPAIF
	OFICEL16/Dicel	OFICEL 17	OFICEL 18	OFICEL 19	OFICEL 20

MÊS 03

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Semana 01	DAV/DPLA3	ATIV 9 JS Pág.	ATIV 3 Etapa 1 JEL Pág.	ATIV 4 Etapa 2 JEL Pág.	ATIV 3 JEL Pág.
	OFICEL 1/Dicel	OFICEL 2	OFICEL 3	OFICEL 4	OFICEL 5
Semana 02	ATIV 5 Etapa 3 JMA Pág.	ATIV 6 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 10 Etapa 1 JS Pág.	ATIV 10 Etapa 2 JS Pág.	DSE 3
	OFICEL 6/Dicel	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9	OFICEL 10
Semana 03	DFS 2	ATIV 4 Etapa 3 JMA Pág.	ATIV 6 Etapa 2 JMA Pág.	ATIV 5 Etapa 1 JT Pág.	ATIV 5 Etapa 2 JT Pág.
	OFICEL 11/Dicel	OFICEL 12	OFICEL 13	OFICEL 14	OFICEL 15
Semana 04	POP Ficha 2 Pág.	DIS/Cartografia ATIV 11 JS ATIV 2 e 6 Etapa 2 JMA ATIV 1 Etapa 2 JDHS -ATIV 1 Etapa 3 JC	ATIV 5 Etapa 3 JT Pág.	DIS /Esquete ATIV 6 JT Pág.	DICEL 12 – DEI
	OFICEL 16	OFICEL 17	OFICEL 18	OFICEL 19	OFICEL 20/ DEI/ DICEL 12

Observação: Encontros com 01:30 h de duração e Oficinas com 01:00 h hora de duração

Matriz 2 – Sugestão de distribuição das atividades socioeducativas em (3) três dias da semana no Percorso Socioeducativo II.

MÊS 01			
	SEGUNDA/TERÇA	QUARTA/QUINTA	SEXTA/SÁBADO
Semana 01	DAV/DPLA 1 ATIV 1 JT Pág.	ATIV 1 Etapa1 JMA Pág.	ATIV 1 JDHS Pág.
	OFICEL 1	OFICEL 2	OFICEL 3
Semana 02	ATIV 1 JC Pág.	ATIV 1 e 2 Pág.	ATIV 1 Etapa 2 JMA Pág.
	OFICEL 4	OFICEL 5	OFICEL 6
Semana 03	DSE 1	ATIV 1 Etapa 1, 2 JEL Pág.	ATIV.3 JS Pág.
	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9
Semana 04	ATIV 2 e 3 JMA Pág.	DSF 1	ATIV 2 JT Pág.
	OFICEL 10	OFICEL 11	OFICEL 12
MÊS 02			
	SEGUNDA/TERÇA	QUARTA/QUINTA	SEXTA/SÁBADO
Semana 01	DAV/DPLA 2	ATIV 4 Etapa 1 e 2 JMA Pág.	Ativ 4 Etapa 1 e 2 JS Pág.
	OFICEL 1	OFICEL 2	OFICEL 3
Semana 02	ATIV 1 Etapa 3 JC Pág.	ATIV 5 Etapa 1 e 2 JMA Pág.	ATIV 3 e 4 JT Pág.
	OFICEL 4	OFICEL 5	OFICEL 6
Semana 03	ATIV 4 Etapa 2 JT Pág.	ATIV 5 e 6 JS Pág.	ATIV 2 Etapa 1 2 JEL Pág.
	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9
Semana 04	DSE 2	ATIV 7 e 8 JS Pág.	DPAIF
	OFICEL 10	OFICEL 11	OFICEL 12

MÊS 03			
	SEGUNDA/TERÇA	QUARTA/QUINTA	SEXTA/SÁBADO
Semana 01	DAV/DPLA 3	ATIV 2 Pág.	ATIV 3 JEL Pág.
	OFICEL 1	OFICEL 2	OFICEL 3
Semana 02	ATIV 5 Etapa ATIV 6 Etapa 1 JMA Pág.	ATIV 9 10 JS Pág.	DSE 3
	OFICEL 4	OFICEL 5	OFICEL 6
Semana 03	DFS2	ATIV 4 Etapa 3 e ATIV 6 Etapa 2 JMA Pág.	ATIV 5 Etapa 1 e 2 JT 80/82
	OFICEL 7	OFICEL 8	OFICEL 9
Semana 04	DIS Cartografia POP	ATIV 5 Etapa 3 e ATIV 6 JT Esquete-D IS Pág.	DICEL 12-DEI
	OFICEL 10	OFICEL 11	OFICEL 12

Observação: Encontros com 02:30 h de duração e Oficinas com 01:20 h de duração

Todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0800 707 2003
www.mds.gov.br

Esplanada dos Ministérios
Bloco C • CEP 70.046-900 • Brasília • DF



**Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome**

